

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

MARTHA VANESSA LIMA DO NASCIMENTO CARDOSO

**UM ESTUDO SOBRE O PROJOVEM URBANO MACEIÓ, ALAGOAS NA
PERSPECTIVA DO SUJEITO-ALUNO PARTÍCIPE DO PROGRAMA**

Maceió
2018

MARTHA VANESSA LIMA DO NASCIMENTO CARDOSO

**UM ESTUDO SOBRE O PROJÓVEM URBANO MACEIÓ, ALAGOAS NA
PERSPECTIVA DO SUJEITO-ALUNO PARTICÍPE DO PROGRAMA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Educação.

Orientação: Profa. Dra. Inalda Maria dos Santos.

Maceió
2018

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central

Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale – CRB4 - 661

C268e Cardoso, Martha Vanessa Lima do Nascimento.
Um estudo sobre o Projovem Urbano Maceió, Alagoas na perspectiva do
sujeito-aluno partícipe do programa / Martha Vanessa Lima do Nascimento
Cardoso. – 2018.

122 f.

Orientadora: Inalda Maria dos Santos.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas
Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Maceió, 2018.

Bibliografia: f. 108-114.

Apêndice: f. 115-122.

1. Educação de jovens e adultos. 2. Projovem Urbano – Maceió(AL).
3. Ensino profissional. 4. Juventude. I. Título.

CDU: 374.3(813.5)

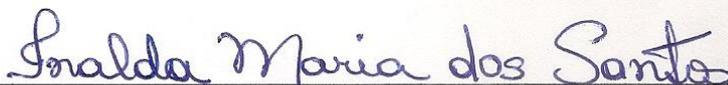
Universidade Federal de Alagoas
Centro de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

UM ESTUDO SOBRE O PROJOVEM URBANO MACEIO. ALAGOAS NA
PERSPECTIVA DO SUJEITO-ALUNO PARTICIPE DO CURSO

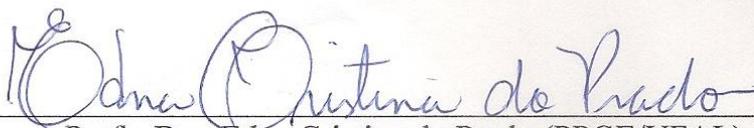
MARTHA VANESSA LIMA DO NASCIMENTO

Dissertação de Mestrado submetida à banca examinadora, já referendada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 30 de outubro de 2018.

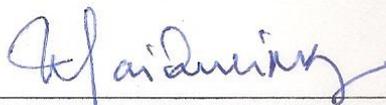
Banca Examinadora:



Profa. Dra. Inalda Maria dos Santos (PPGE/UFAL)
(Orientadora)



Profa. Dra. Edna Cristina do Prado (PPGE/UFAL)
(Examinadora Interna)



Profa. Dra. Marinaide Lima de Queiroz (PPGE/UFAL)
(Examinadora Interna)



Profa. Dra. Ângela Maria Monteiro da Motta Pires (PPGDH/UFPE)
(Examinadora Externa)

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me conceder o direito do sonhar e por me proporcionar a realização.

À minha família, pai, Jorge José do Nascimento (in memoriam), mãe, Maria das Graças Cunha Lima do Nascimento, por ter nos ensinado a valorizar a educação, despertando em seus filhos, por meio do exemplo, o gosto pela leitura e escrita. Aos meus irmãos Mônica e Marcelo.

Ao meu esposo, amigo e companheiro, Juliano Barbosa Cardoso, por me incentivar em tudo aquilo que me proponho a aprender.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES por apoiar e financiar a nossa pesquisa de modo que tivéssemos todas as condições para desenvolvê-la.

À professora Dra. Inalda Maria dos Santos, por me dar oportunidade de ser sua orientanda, direcionando nossos estudos com muita sabedoria, humildade e paciência durante todo esse importante processo.

À professora Dra Marinaide Lima de Queiroz Freitas, pelo incentivo a pesquisa desde a graduação, pelas oportunidades de vivenciar à docência na Educação de Jovens e Adultos, nos mais diferentes contextos, e, pelas valorosas contribuições para este estudo e para a vida.

À professora Dra. Edna Maria do Prado, por contribuir de forma substancial quando da qualificação deste trabalho de dissertação.

À professora Dra. Angela Maria Monteiro de Motta Pires, pelas importantes contribuições quando da qualificação deste estudo.

Às professoras Dra Marinaide Lima de Queiroz Freitas, Dra Edna Maria do Prado e Dra Angela Maria Monteiro pelas presenças na banca de defesa, o meu profundo respeito e gratidão.

Em especial, aos sujeitos da nossa pesquisa, pelas memórias compartilhadas e que dão sentido a nossa escrita.

À Secretaria Municipal de Educação de Maceió - SEMED pelos depoimentos e materiais concedidos.

A todos os professores, pelas contribuições das disciplinas que cursei na graduação e pós-graduação em educação.

A todos os amigos que caminharam junto comigo e me auxiliaram de algum modo durante esta importante trajetória. Muito obrigada!

A ostra, para fazer uma pérola, precisa ter dentro de si um grão de areia que a faça sofrer. Sofrendo, a ostra diz para si mesmo: "Preciso envolver essa areia pontuda que me machuca com uma esfera lisa que lhe tire as pontas..." Ostras felizes não fazem pérolas... Pessoas felizes não sentem a necessidade de criar. A ato criador, seja na ciência ou na arte, surge sempre de uma dor, não é preciso que seja uma dor dóida. Por vezes a dor aparece como aquela coceira que tem o nome de curiosidade. Este livro está cheio de areias pontudas que me machucaram. Para me livrar da dor, escrevi"

"Ostra feliz não faz pérola" de Rubem Alves.

RESUMO

O trabalho de pesquisa no âmbito do Mestrado em Educação da Universidade Federal de Alagoas, teve como foco o Projovem Urbano em Maceió, Alagoas considerando o período de 2005-2015. Tivemos como objetivo considerando os sujeitos-alunos partícipes do Programa como os interlocutores fundamentais da pesquisa, compreender, a partir de suas narrativas, a relação de importância no que se refere à participação no curso e à proposta de elevação da escolarização, qualificação profissional e participação cidadã que o Projovem se propõe desenvolver. O tratamento do problema toma como marco teórico Certeau (1982, 1994), Paiva (2004, 2006, 2009), Oliveira (2009), Carrano (2007), Arretche (2007), Freire (1993), Saviane (2007), Dayrell (2003), Silva (2011), Abramovay (2015), entre outros, efetivando-se numa abordagem qualitativa, tomada a Ludke e André (1986) e Thompson (1992). De acordo com as entrevistas, os sujeitos apontam para a existência de uma relevância muito significativa do Programa para as suas vidas, sobretudo em relação às seguintes categorias: conclusão do Ensino Fundamental, qualificação profissional, caráter inicial e participação cidadã. A análise faz ver que a maioria dos estudantes não prossegue com os estudos após a participação no Programa, o que se constitui numa barreira para que adentrem no mercado de trabalho formal. Embora nas falas dos sujeitos-alunos entrevistados seja constatada uma recorrente valorização da atuação do professor em todo o processo de desenvolvimento do curso e, conseqüentemente, da construção do conhecimento, as entrevistas mostram que eles apontam falhas de ordem estrutural no Programa. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Palavras-chave: Projovem Urbano. Juventudes. Qualificação profissional. Educação de jovens e adultos.

SUMMARY

The work of research within the Master in Education of the Federal University of Alagoas, focused on the Projovem Urbano in Maceió, Alagoas considering the period 2005-2015. We aimed at considering the subjects-students participating in the Program as the fundamental interlocutors of the research, to understand, from their narratives, the relation of importance regarding participation in the course and the proposal to increase schooling, professional qualification and participation citizen that the Projovem intends to develop. The treatment of the problem takes as a theoretical framework Certeau (1982, 1994), Oliveira (2009), Carrano (2007), Arretche (2007), Freire (1993), Saviane (2003), Silva (2011), Abramovay (2015), among others, taking place in a qualitative approach, taken to Ludke and André (1986) and Thompson (1992). According to the interviews, the subjects point to the existence of a very significant relevance of the Program to their lives, especially in relation to the following categories: completion of Primary Education, professional qualification, initial character and citizen participation. The analysis shows that most students do not pursue their studies after participating in the program, which constitutes a barrier to entry into the formal labor market. Although in the speeches of the subjects interviewed, a recurrent appreciation of the teacher's performance in the entire course development process and, consequently, in the construction of knowledge, the interviews show that they point to structural failures in the Program. The present work was carried out with the support of the Coordination of Improvement of Higher Education Personnel - Brazil (CAPES) - Financing Code 001.

Keywords: Projovem Urbano. Youth. Professional qualification. Education of young people and adults.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
1 INTRODUÇÃO	14
2 PERCURSO METODOLÓGICO	21
2.1 Os interlocutores da pesquisa.....	21
2.1.1 O caminho percorrido para a pesquisa de campo	23
2.1.2 O processo de escrita do texto	26
2.1.3 O Programa de Inclusão de Jovens: Projovem Urbano	27
2.2 Políticas Públicas Educacionais de Profissionalização – Conceituação	28
2.2.1 Estrutura, implementação e ampliação do Projovem Urbano.....	30
2.2.2 Programa de Inclusão de Jovens – modalidades de curso.....	32
2.2.3 A operacionalização do Projovem no Município de Maceió e no Estado de Alagoas....	39
3. JUVENTUDES	45
3.1. Conceito de <i>juventude</i> no contexto das sociedades antigas e no da contemporânea	45
3.1.1 As juventudes e os modelos sociais preestabelecidos	45
3.1.2 Ser jovem face à contemporaneidade	49
3.1.3 Juventudes e direitos sociais instituídos por lei.....	52
3.4 Juventude, divisão etária e multiplicidade	55
3.4.1 Políticas Públicas Direcionadas à Juventude	57
3.4.2 Projovem Urbano e a Educação de Jovens e Adultos – EJA.....	62
3.4.3 Sujeitos da Educação de Jovens e Adultos e Projovem Urbano	63
4. PROJOMEM URBANO MACEIÓ, ALAGOAS NA PERSPECTIVA DOS SUJEITOS-ALUNOS	66
4.1 O que nos disseram os sujeitos-alunos sobre a principal motivação para retornarem aos estudos.....	66
4.2 A importância da bolsa para os sujeitos-alunos do Programa	69
4.2.1 O Projovem Urbano Maceió, Alagoas e a proposta de elevação da escolarização	73
4.2.2 Evasão e reenturmação no Projovem Urbano Maceió, Alagoas – relação professor-aluno	83
4.3 O Projovem Urbano Maceió, Alagoas e a qualificação profissional ofertada aos jovens.....	86
4.3.1 Relação do Projovem Urbano Maceió, Alagoas com a inserção do aluno no mercado de trabalho	87

4.4 A participação social ofertada aos estudantes do Projovem Urbano Maceió, Alagoas	90
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS.....	99
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA (EX-ESTUDANTES)	106
APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA (EX-PROFESSORES)	107
APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA (MEMBRO DA COORDENAÇÃO)	108
APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	109
APÊNDICE E – ARCOS OCUPACIONAIS DO PROJOVEM URBANO	111
ANEXO F – LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO REFERENTE AOS ESTUDOS E PESQUISAS QUE JÁ FORAM REALIZADAS NO BRASIL ACERCA DO PROJOVEM URBANO	112

APRESENTAÇÃO

Sou¹ Pedagoga formada pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal) em 2014, pós-graduada em Educação em Direitos Humanos e Diversidade, também pela Ufal, pós-graduada em Docência para o Ensino Superior pelo Centro Universitário Cesmac e mestranda no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE-Ufal).

Durante a graduação, atuei, como extensionista, na qualidade de estudante-bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Pesquisa-ação de um projeto interdisciplinar na Ufal voltado para a inclusão social de homens e mulheres na educação, reeducandos, na época, do sistema prisional do Estado de Alagoas e trabalhadores no campus A. C Simões/Ufal.

A referida experiência culminou no meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Educação de Jovens e Adultos (EJA), que dirigia o olhar para o perfil e o percurso de escolaridade do apenado²-trabalhador-aluno, participante do referido projeto.

Em 2015, participei do Projovem Urbano Maceió, Alagoas, até então última edição devidamente concluída do Programa, desde a sua suspensão pelo Governo Federal, em 2016, e conseqüente retomada, como edição especial, no ano de 2018.

Durante a participação no Programa, exerci a função de Formadora Pedagógica, realizando formações quinzenais durante dezoito meses (tempo de duração do curso) com os educadores do Projovem Urbano Maceió, Alagoas.

Ressalto que o fato de ter cursado as disciplinas eletivas de Educação de Jovens e Adultos – EJA I e EJA II – na graduação e todo o aprendizado construído durante as experiências citadas proporcionaram-me um olhar diferenciado para as questões relacionadas às juventudes na EJA.

Portanto, diante do percurso acadêmico/profissional apresentado e da forma como toda essa vivência me ressignificou, surgiu-me, então, o interesse pelo tema **“Um estudo sobre o Projovem Urbano no município de Maceió, Alagoas: sob a perspectiva dos sujeitos-alunos partícipes do Programa”**, desta feita no âmbito do mestrado, como forma de dar continuidade aos estudos sobre a EJA e as políticas públicas de atenção às juventudes.

¹ O uso da 1ª pessoa ficará restrito à apresentação.

² Conforme o dicionário jurídico (<https://www.sitesa.com.br/juridico/dicionarios/dicionario.html>), “apenado” é “aquele que foi condenado a cumprir alguma pena; que foi punido ou castigado”.

A motivação pelo estudo nasce, sobretudo, do meu envolvimento nas formações pedagógicas com os educadores e da oportunidade de engajamento nas ações desenvolvidas pelos sujeitos-alunos do Programa, detentores de saberes, experiências de vida e objetivos distintos, mas que, ao mesmo tempo, mostravam-se, por meio da superação diária, tão iguais na busca de alcançá-los.

Com a participação no Programa, também percebi que há uma preocupação no que tange à capacitação dos formadores e educadores, de modo que estes estejam aptos a acolher os alunos ingressantes e a encorajá-los a dar continuidade ao curso, visto o número expressivo de evasão na EJA, bem como estimulá-los na participação efetiva nas atividades orientadas e, conseqüentemente, no engajamento da proposta do Programa (elevação da escolarização, profissionalização, de cunho inicial, e participação cidadã).

Para essa preparação, contamos³ com um curso de aperfeiçoamento denominado de “Formadores de Educadores”, com um total de 240 horas-aulas no formato Educação a distância (EAD) e também com a participação presencial nas formações nacionais ofertadas pelo Projovem Urbano por meio da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), das quais participei, realizadas no decorrer do ano de 2015 em Brasília - DF, Fortaleza - CE e Natal - RN.

Nesses encontros, foi proporcionado ao formador não somente a interação com formadores de outros estados, comparando-se as realidades locais, como também o contato presencial com alguns dos próprios organizadores dos materiais didáticos utilizados no curso⁴.

Práticas como essas me auxiliaram também em relação à obtenção de uma compreensão acerca da dinâmica do Projovem Urbano. Porém, friso que, para mim, o sentido do curso vai para além das importantes formações e estudos preparatórios, pois o sentido do Projovem Urbano é construído cotidianamente, observando-se cuidadosamente as produções dos sujeitos e os seus esforços diários (educandos e educadores) que, no período noturno, cumprem de modo pontual o horário das aulas, mesmo enfrentando, em alguns casos, outras rotinas de trabalho durante o dia, driblando assim o cansaço e a falta de apoio e infraestrutura das escolas nas quais o curso é

³A equipe de formadores do Projovem Urbano, 2015/2016.

⁴Formadores e estudantes, ao ingressarem no curso recebem o material didático denominado de unidades formativas - UF, constituído de seis livros que abordam temáticas voltadas para a realidade do público jovem e que fazem as interdisciplinaridades com as áreas do conhecimento.

desenvolvido. Apesar dos obstáculos mencionados, a edição de 2015 do Programa finda no ano de 2016 com o significativo número de 548 formados.

Esse quantitativo é significativo, sobretudo por conta da já mencionada e esperada evasão escolar, pois, com base nos ensinamentos construídos a partir da disciplina EJA, da Ufal, em se tratando dessa modalidade de ensino e de suas especificidades, faz-se necessário ressaltar que toda conclusão nessa etapa se configura como um grande êxito para a educação.

Diante disso, a participação no Projovem Urbano Maceió, Alagoas se tornou para mim um aprendizado maior que confirma toda a teoria, bem como um aprendizado com a construção da presente dissertação de mestrado, porém reconhecendo que a minha trajetória na escrita apenas está sendo iniciada.

Para o contato com ex-estudantes do curso, sujeitos da nossa pesquisa, busquei recomendações de alguns educadores partícipes de edições distintas do Projovem Urbano Maceió, Alagoas, a fim de que me indicassem nomes que pudessem compor a etapa de entrevistas e, conseqüentemente, o corpo do texto, por se tratarem de peças fundantes para a devida construção e conclusão do trabalho.

Ressaltamos que todas as entrevistas disponibilizadas em nosso estudo foram realizadas com o consentimento dos sujeitos⁵ da pesquisa, conforme atestado pelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), submetido ao Comitê de Ética da UFAL com subsequente aprovação.

⁵ Estudantes e professores de edições diversas do Programa desenvolvidas no Município de Maceió, Alagoas, no período de 2005 a 2015, e coordenação local do Projovem Urbano Maceió, Alagoas.

1 INTRODUÇÃO

Relevantes são os estudos científicos em políticas públicas, que, após concluídos, devem ser divulgados, primando, sobretudo, pelo pleno esclarecimento da população acerca do fundamental processo de operacionalização dos planos, projetos e programas governamentais postos a serviço da sociedade. Nesse sentido, Certeau (1982) afirma que a escrita da história faz parte de uma prática social.

Em defesa do nosso objeto de estudo, conforme nosso apoio no pensamento de Certeau (1982), a escrita tanto acaba por fazer a história, como também se revela veículo da narrativa histórica, prestando-se como instrumento de ensino para a sociedade.

Nesse contexto, observa-se que as pesquisas devem promover no leitor a compreensão de que políticas públicas, a exemplo do Projovem Urbano, ainda que partam da iniciativa dos Poderes Executivo e Legislativo, são de fato geradas a partir de demandas sociais, que, ao se articularem com os Estados e os Municípios, podem tornar-se capazes de contribuir para a diminuição dos problemas sociais por meio de ações efetivas.

Nesse sentido, Oliveira (2011) realiza uma distinção entre políticas de governo e políticas de Estado, afirmando estarem as primeiras sob a alçada do Executivo, que estabelece, num processo elementar de formulação e implementação, determinadas medidas e programas, visando responder às demandas da agenda política interna, ainda que, para isso, envolvam escolhas complexas; já as políticas de Estado, ainda sob o entendimento da autora, são aquelas que envolvem mais de um agente do Estado, passando em geral pelo parlamento ou por instâncias diversas de discussão, resultando, assim, em mudanças de outras normas ou disposições preexistentes com incidência em setores mais amplos da sociedade.

Oliveira (2011) enfatiza ainda que, nos últimos anos, tomando por referência o primeiro mandato do Ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ocorreu uma visível promoção de políticas assistenciais e compensatórias por meio de programas sociais desenvolvidos para públicos-alvos específicos mais pobres, ao passo que se observa a falta de ampliação de políticas e ações que assegurem os interesses universais na Constituição Federal Brasileira de 1988. Apesar do caráter de descontinuidade, a autora aponta, em seus estudos, uma continuidade dessas políticas públicas durante a permanência do referido governo.

De acordo com as análises de Cunha (1991), a descontinuidade das políticas públicas educacionais é um fenômeno que antecede a década de 1990 e se intensifica a partir desta mesma época. Para o estudioso, as razões que justificam esse efeito têm como base o eleitoralismo, que, segundo ele, é caracterizado: pelas políticas educacionais que provocam impacto capaz de trazer resultados nas urnas; pelo experimentalismo pedagógico como resultante do entusiasmo com propostas sem comprovação científica, porém anunciadas como redentoras dos problemas educacionais e assumidas apressadamente sem que, para isso, tenham sido testadas suficientemente; e, por fim, pelo voluntarismo pedagógico, ou seja, pela atitude generosa de querer acabar com os males da educação escolar e da sociedade como um todo, no curto espaço de uma administração, ou até em menos tempo.

Diante disso, observa-se quão fundamental é entender as políticas públicas no contexto de uma sociedade capitalista, fazendo-se, portanto, necessária a análise da política social que, estabelecida pelo Estado, alicerça as políticas públicas, para que, assim, possamos alcançar a compreensão sobre para quem se destinam tais políticas e com quais finalidades, tendo em vista que “toda política pública é uma forma de regulação e intervenção na sociedade” (SILVA, 2001, p. 37).

De acordo com Silva (2001), fundamentada em Höfling (2001), política pública é uma forma de interferência do Estado com o intuito de se manter determinado modelo social. Porém, apesar da definição da autora, as políticas públicas, embora surjam, por um lado, prioritariamente como forma de atender aos interesses particulares, configuram-se, por outro, como de suma importância, pois surgem a partir de um problema emergente que necessita de devida atenção, demandando, portanto, mobilização governamental.

Diante do contexto, surge o Programa de Inclusão de Jovens – Projovem, caracterizando-se como um programa de abrangência nacional, tendo como público-alvo jovens na faixa dos 18 aos 29 anos, que saibam ler e escrever, mas que ainda não tenham concluído o Ensino Fundamental.

Observando-se a abrangência do Projovem Urbano – que, no ano de 2015, completou dez anos de oferta em cenário nacional – e levando em consideração a sua dimensão em termos de atendimento às juventudes a cada edição do Programa, compreende-se, portanto, a importância do aprofundamento dos estudos acerca do tema.

Nesse sentido, buscamos compreender o Programa de Inclusão de Jovens – Projovem, sobretudo a partir da concepção dos sujeitos-alunos partícipes do curso que

vivenciaram o Programa em épocas distintas, os quais, por terem estado imersos nesse processo educacional, configuram-se como fundamentais para o desenvolvimento do nosso trabalho.

Acerca disso, Certeau (1982) nos alerta de que a pesquisa deve ter um caráter científico, com um objeto, uma hipótese sobre esse objeto e um recorte. Quanto menor o recorte, mais científico será o trabalho historiográfico. De acordo com o autor, são as fontes que garantem a cientificidade da pesquisa.

Obedecendo a esses critérios, delimitamos a nossa pesquisa, considerando a operacionalização do Programa no Município de Maceió, Estado de Alagoas, nos períodos que correspondem aos anos de 2005 a 2015.

Vale ressaltar que o ano de 2005 corresponde à data de implantação e desenvolvimento da primeira edição do Programa nas capitais brasileiras, entre as quais Maceió, Alagoas, ao passo que o ano de 2015 se configura como a última edição do Projovem Urbano, devidamente concluída no ano de 2016 no referido Município.

Salientamos, ainda, que, no segundo semestre de 2018, após exatos 18 meses de paralisação e cenário político incerto devido ao “impeachment” da ex-presidente Dilma Rousseff, o programa de governo Projovem Urbano retorna ao Município de Maceió, Alagoas, na qualidade de edição especial⁶, visando ao aproveitamento dos recursos financeiros destinados à edição de 2015/2016. Todavia, a edição vigente, compreendida nos períodos de 2018-2019, não é objeto do nosso estudo.

Revelamos como um entrave para o desenvolvimento da nossa pesquisa a carência de produções acadêmicas acerca do Projovem Urbano Maceió, Alagoas, que pudessem fornecer subsídios para o nosso trabalho, sobretudo para a realização de um estudo bibliográfico comparativo.

Apesar disso, tivemos acesso, na biblioteca da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), ao trabalho de conclusão de curso (TCC) de Holanda (2013), intitulado O sujeito-aluno do Projovem do Município de Maceió⁷, cujo objetivo foi compreender quem são os sujeitos-alunos do Projovem, no que se refere ao gênero humano, etnia, faixa etária e situação econômica.

⁶ O Projovem Urbano, edição especial, iniciado em julho de 2018, passa a atuar com um corpo docente reduzido e abrange um público menor de estudantes. Nosso estudo não contempla a edição de 2018, ainda não finalizada.

⁷ O referido trabalho foi orientado pela profa. Dra. Marinaide Lima de Queiroz Freitas, que nos indicou, entre outras, a referida fonte para pesquisa e contribuiu com sugestões para as devidas alterações em nosso trabalho, bem como o título.

Diante disso, justificamos o nosso estudo⁸, em nível de mestrado, também como fonte de pesquisa bibliográfica que possa vir a auxiliar, de algum modo, estudos posteriores que tenham como objeto o Projovem Urbano Maceió, Alagoas.

Para a realização do nosso estudo, utilizamo-nos da leitura documental do Programa⁹, que nos norteia em relação aos princípios que esse Programa se propõe desenvolver por meio da atuação de seus atores.

No entanto, reiteramos nossa busca, sobretudo, de compreendê-lo a partir da perspectiva dos sujeitos-alunos partícipes do curso, para, de fato, entendermos qual a importância do Programa sob a perspectiva de cada um dos nossos entrevistados.

Para tanto, o presente estudo leva em consideração a proposta pedagógica do Programa de Inclusão de Jovens - Projovem Urbano, Maceió, Alagoas, no que tange às seguintes categorias de análise: elevação da escolarização, capacitação profissional e participação cidadã ofertada aos referidos sujeitos.

Diante disso, propusemo-nos, como ponto de partida, questionar se a participação no Projovem Urbano Maceió, Alagoas estimulou os estudantes a dar continuidade aos estudos; se a qualificação profissional, de caráter inicial, favoreceu o ingresso ou a reinserção dos sujeitos-alunos no mercado de trabalho; se os conhecimentos construídos durante o curso os auxiliaram em relação à participação cidadã.

Ressaltamos que, para obtermos respostas a esses questionamentos, também buscamos investigar: o peso, para esses sujeitos, do tempo que ficaram afastados da escola; a sua principal motivação para retornarem às salas de aula; por fim, o porquê da escolha pelo Projovem Urbano Maceió, Alagoas para a conclusão dessa etapa fundamental em suas vidas.

Em relação ao papel do tempo de afastamento do ambiente escolar, o nosso estudo caminha de acordo com a perspectiva de Certeau (1982), segundo o qual o tempo

⁸ O título do nosso trabalho sofreu modificação após a banca de qualificação, de modo que, nessa importante fase, acatamos a sugestão da banca para que o intitulássemos **Um estudo sobre o Projovem Urbano Maceió, Alagoas sob a perspectiva dos sujeitos-alunos partícipes do curso**.

⁹ Além do Convênio de n.º 839015/2005 entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e o Município de Maceió/AL, do Plano de Trabalho do Programa de Inclusão de Jovens - PROJOVEM (proposto pelo MEC), bem como da análise de todos os seus anexos, do edital do curso para contratação de educadores e demais profissionais, do Manual do Educador: orientações gerais - que se trata de um livro com a gênese histórica do Projovem, a proposta pedagógica integrada do projeto, entre outros aspectos relevantes que nos fornecem subsídios para a pesquisa -, analisamos, ainda, os relatórios finais de cada edição - desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Educação de Maceió (SEMED), com o quantitativo de jovens concluintes do curso -, além de documentos, disponíveis na forma de registros da internet, tais como: matérias, reportagens de jornais e notas emitidas pelo próprio site da SEMED/Maceió e do Ministério da Educação (MEC).

cronológico é segmentado numa direção que relaciona o antes e o depois, o passado e o futuro, mas que apenas terá sentido se for referido sob a noção de presente como o aqui e o agora, a partir do qual se constrói conhecimento novo.

Além disso, questionamos os ex-estudantes a respeito dos principais obstáculos por eles enfrentados durante a participação no curso, a fim de tentarmos analisar, inclusive, os motivos que possam levar à evasão escolar, tão presente no contexto da Educação de Jovens e Adultos - EJA e, conseqüentemente, no contexto do Projovem Urbano Maceió, Alagoas. Em relação aos autores que embasam o nosso estudo, estão Certeau (1982), Höfling (2001), Arretche (2007), Freire (2005), Carrano (2007), Dayrell (2003), Abramovay (2015), Paiva (2009), Oliveira (2009, 2011), Silva (2011), entre outros.

Nesta seção, apresentamos a importância dos estudos em políticas públicas, tanto em relação à compreensão acerca dos programas governamentais postos na sociedade e que nos levam à reflexão sobre os seus objetivos efetivos, como também para o embasamento teórico de estudos científicos futuros.

Ainda nesta seção, apresentamos o Projovem Urbano como objeto do nosso estudo, tendo como foco a sua operacionalização no Município de Maceió, Alagoas, no período de 2005-2015, e ainda revelamos o nosso problema de pesquisa e os questionamentos que possivelmente nos auxiliarão na obtenção de respostas.

Além disso, apontamos os sujeitos-alunos partícipes do Programa como os interlocutores fundamentais da nossa pesquisa, visto que buscamos compreender, a partir de suas narrativas, a relação de importância no que se refere à participação no Programa e à proposta que o Projovem Urbano se propõe desenvolver no que tange à elevação da escolarização, da capacitação profissional e da participação cidadã. Para isso, consideramos a época em que esses sujeitos participaram do curso e o período registrado durante a realização das entrevistas.

Esta dissertação é estruturada em quatro seções básicas. Na **Seção 2**, apresentamos o percurso metodológico da investigação, com o detalhamento de como tivemos acesso aos sujeitos do Programa, como se deram as entrevistas e a escrita desta dissertação.

Em seguida, tecemos considerações acerca do nosso objeto de estudo, o Projovem Urbano Maceió, Alagoas, discorrendo acerca das modalidades de curso, em

sua esfera macro e micro¹⁰, desde a sua implementação nos Estados e no Distrito Federal até a sua ampliação nas capitais brasileiras que, na época, atenderam os requisitos básicos para a adesão ao Programa, como é o caso do Município de Maceió, no Estado de Alagoas.

Com o avanço da pesquisa, observando a importância de situar o Projovem Urbano como programa de governo no cenário das políticas públicas educacionais de profissionalização direcionadas às juventudes, buscamos conceitos sobre o tema entre estudiosos.

Compreendemos o termo “Juventudes” segundo Carrano (2007), ao destacá-las como portadoras de “identidades múltiplas”, detentoras de uma “complexidade variável”. De acordo com essa perspectiva, ser jovem pressupõe possuir muitas maneiras de existir nos diferentes tempos e espaços.

Ainda nesta seção, caracterizamos os sujeitos interlocutores desta pesquisa e, por fim, apresentamos a estrutura desta dissertação.

Na **Seção 3 – Juventudes** –, destinada aos jovens e suas especificidades, discorreremos sobre os principais conceitos e estigmas que nascem, permeando-as, nas sociedades no decorrer da história. Ainda abordamos o processo histórico e gradativo na busca da afirmação dos direitos dos jovens. A referida seção trata, sobremaneira, das Juventudes na EJA, bem como da trajetória das políticas públicas direcionadas para o público jovem, sempre realizando associações ao Projovem Urbano Maceió, Alagoas e ressaltando a importância dos sujeitos sociais no processo de lutas em busca por sua autoafirmação.

Na **Seção 4**, intitulada **Projovem Urbano Maceió Alagoas na perspectiva dos sujeitos-alunos**, buscamos, por meio das falas dos sujeitos entrevistados, analisar os aspectos relevantes mencionados durante as entrevistas, para compreendermos a importância da participação no curso para cada um deles, contando com a hipótese de encontrar aproximações e distanciamentos nos relatos apresentados e, por fim, a conclusão deste estudo.

Devido à escassez de pesquisas de mestrado sobre o desenvolvimento do Projovem Urbano Maceió, Alagoas, reiteramos a relevância deste trabalho pela necessidade de compreendermos, por meio das narrativas dos sujeitos-alunos partícipes de edições distintas do Programa que se submeteram às entrevistas, o significado da

¹⁰O Programa de Inclusão de Jovens – Projovem, desde a sua organização estrutural no âmbito nacional e operacionalização na capital do estado do Alagoas (Maceió).

participação no curso para cada um deles, de modo que pudéssemos realizar um estudo qualitativo sobre o Programa no referido Município, capaz de contribuir com a melhoria do Programa.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Nesta seção, além de expormos a estrutura desta dissertação, apresentamos o percurso metodológico da investigação qualitativa, caracterizando os sujeitos entrevistados, fonte essencial para o desenvolvimento do nosso estudo. Além disso, realizamos considerações importantes sobre o Projovem Urbano, nosso objeto de estudo, situando-o no cenário das políticas públicas como programa de governo destinado às juventudes, de modo que seja possível para o leitor a obtenção de uma compreensão acerca do percurso do Programa e das reformulações sofridas em sua estrutura organizacional no decorrer dos seus dez anos de existência.

2.1 Os interlocutores da pesquisa

Conforme mencionado na apresentação desta dissertação, com as experiências no âmbito da EJA e as vivências advindas do Projovem Urbano Maceió, Alagoas, surgiu-nos a motivação para investigar o Programa, não apenas em busca de números indicadores de resultados, favoráveis – ou não – à permanência de uma política pública voltada para o público jovem brasileiro, como é o caso do Programa de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano, mas de uma compreensão do significado desse tipo de programa para os sujeitos envolvidos nesse processo educacional, com base em suas próprias narrativas, que nos levassem, inclusive, para além de nossas indagações iniciais.

Cabe ressaltar que, embora tenhamos utilizado de importantes dados quantitativos – como, por exemplo, o total de ingressos e egressos de estudantes das sete edições¹¹ operacionalizadas em Maceió, Alagoas, no período de 2005 a 2015 –, acreditávamos que somente uma maior aproximação com o nosso objeto de estudo poderia conferir maior veracidade à nossa escrita e, por conta disso, optamos pela realização de entrevistas semiestruturadas, as quais, de acordo com Lüdke e André (1986), permitem a captação imediata e corrente da informação. Ainda conforme as autoras, uma entrevista bem realizada tanto pode permitir o aprofundamento da

¹¹ Localizar tabela 02 na página 47 deste estudo, intitulada **Quantitativo de matrículas e aprovações de 2006 a 2015**, na qual consta o número total de estudantes ingressos e egressos nas sete edições do Projovem Urbano, desenvolvido no Município de Maceió, Estado de Alagoas.

investigação, como alcançar informantes que outros meios de investigação não poderiam atingir.

De acordo com Ludke e André (1986), para a realização de uma pesquisa é preciso promover um confronto entre dados, evidências, informações coletadas e o conhecimento teórico acumulado a respeito, de modo a constituir uma porção do saber como resultado desse processo.

Diante disso, embasamos nossa pesquisa, por um lado, em fontes teóricas voltadas para o estudo de políticas públicas, juventudes, juventudes na EJA, políticas públicas voltadas para o atendimento aos jovens, e, por outro, sobretudo no diálogo com os sujeitos do Projovem Urbano Maceió, Alagoas, detentores de memórias únicas, principalmente no que diz respeito às experiências vividas no período entre a matrícula e a conclusão no curso, que não está dissociado, em hipótese alguma, de suas experiências de vida acumuladas anteriormente.

Observamos isso quando tais sujeitos expressavam, nas próprias falas, tanto os anseios por retornar à sala de aula, à época ou após algum tempo afastados dela, quanto frustrações no decorrer desse percurso educacional, e buscamos, através de suas memórias, relatos muito particulares e imprescindíveis para a nossa análise.

Os relatos de estudantes, professores e coordenadores do Programa se deram por meio de entrevistas individuais e exclusivas, concedidas para o nosso estudo. Ao todo, realizamos dez entrevistas, com dez entrevistados, sendo eles: três ex-professores, um membro da coordenação do Projovem Urbano Maceió, Alagoas e seis ex-estudantes do curso¹².

Por meio das indagações comuns a todos, buscamos, fundamentalmente, verificar se tais sujeitos consideraram importante a participação no Programa para, a partir daí, analisarmos se, de fato, constituíram relações de aprendizado com os eixos estruturantes do mesmo Programa, que possam, de certo modo, tê-los auxiliado nas respectivas áreas após a conclusão no curso.

Atestamos que os depoimentos nos revelaram, sobremaneira, questões imprescindíveis e passíveis de infindáveis reflexões, sobretudo para nós, no ato da escrita da pesquisa e durante todo o processo. Diante disso, observamos, que durante toda a realização do estudo, a pesquisa nos permitiu tanto comprovar expectativas, quanto nos mover através de certa imprevisibilidade.

¹² Embora todos tenham autorizado documentalmente a divulgação de seus nomes próprios na pesquisa, optamos por utilizar apenas as suas iniciais.

Os sujeitos, em muitos momentos, também fizeram menção aos possíveis entraves – fossem de ordem estrutural, fossem de caráter financeiro – que estão relacionados com a efetivação do Projovem Urbano no referido Município e que, segundo os próprios entrevistados, dificultam de maneira categórica a sua plena operacionalização.

Contudo, buscamos ir além, tentando compreender necessariamente a razão pela qual estes indivíduos, mesmo em meio aos obstáculos, chegaram à etapa de conclusão do curso, finalizando, assim, o seu ciclo no Projovem Urbano Maceió, Alagoas, e dando início a uma nova etapa em suas vidas com a conclusão no Ensino Fundamental e a perspectiva de outras possibilidades.

2.1.1 O caminho percorrido para a pesquisa de campo

Ao estabelecermos, como método, o caminho para que pudéssemos concluir o trabalho, e, como objetivo, o estudo do Projovem Urbano Maceió, Alagoas, solicitamos indicações de nomes aos educadores do Programa de 2015-2016¹³, que, coincidentemente, também já haviam participado de outras edições do Projovem Urbano Maceió, Alagoas, e aos tivemos acesso por conta das formações pedagógicas realizadas das 8h às 14h, quinzenalmente, aos sábados¹⁴, em um prédio de uma faculdade particular localizado no bairro da Pajuçara, em Maceió, Alagoas, à época locado para essa finalidade¹⁵ pela Secretaria Municipal de Educação de Maceió (SEMED).

Relativamente à indicação tanto de ex-alunos como de educadores, pontuamos que não houve, em hipótese alguma, a determinação de perfis, pois o objetivo da entrevista era auxiliar os sujeitos-alunos, por meio de perguntas, no resgate das memórias vividas durante o curso, de modo que eles, espontaneamente, realizassem um comparativo entre a época na qual participaram do Programa e a realidade em que viviam por ocasião da pesquisa.

Neste mesmo período, tanto fizemos o convite diretamente a alguns professores da edição 2015-2016 do Projovem Urbano Maceió, Alagoas para que participassem da

¹³ Períodos correspondentes ao início e à conclusão da última edição do Projovem Urbano Maceió, Alagoas.

¹⁴ As formações pedagógicas aconteceram durante a edição de 2015, que correspondeu ao período março de 2015-setembro de 2016, contabilizando-se 18 meses ininterruptos do Programa.

¹⁵ Formações Pedagógicas com os educadores do Programa.

nossa entrevista, como também solicitamos aos educadores a indicação de nomes de ex-professores que atuaram no Programa por mais de uma edição, para que, assim, pudéssemos também realizar um comparativo – em relação à operacionalização do Projovem Urbano Maceió, Alagoas – das sete edições desenvolvidas no Município, levando em consideração também – e sobretudo – o trabalho com as memórias dos sujeitos.

Após contatos telefônicos ocorridos nos meses de fevereiro e março de 2017 com os nossos futuros entrevistados, em junho do mesmo ano demos início ao importante processo de entrevistas¹⁶, buscando identificar, nas falas dos sujeitos, a possibilidade de uma relação entre a participação no curso e o estímulo em dar continuidade aos estudos, o ingresso do estudante ou a sua reinserção no mercado de trabalho, o posicionamento social desses sujeitos nas comunidades em que vivem e a participação cidadã como proposta no Programa – eixos fundantes do Projovem Urbano –, dentre outros aspectos, que surgiram em meio ao processo e que nos fizeram, em muitos momentos, repensar a escrita da pesquisa.

Apesar do retorno positivo dos professores relativamente à indicação dos nomes dos sujeitos do Projovem Urbano, sendo eles ex-alunos, ex-educadores do Programa e um membro da coordenação do curso, o acesso aos informantes obedeceu a critérios de disponibilidade de data, local e horário, pois as rotinas diárias da maioria dos nossos interlocutores incluíam o mundo do trabalho¹⁷, formal ou informal.

Em junho de 2017, demos início à etapa de entrevistas, que aconteceram em diversos locais, de acordo com a escolha dos nossos interlocutores: residências de alguns dos nossos entrevistados, escolas públicas com o consentimento e autorização da direção escolar, estabelecimento comercial – em apenas um caso, no intervalo de

¹⁶ É importante ressaltar que o nosso estudo foi submetido e aprovado pela Plataforma Brasil. Disponível no endereço eletrônico: <http://plataformabrasil.saude.gov.br/login.jsf> e no formato PDF acessível nos anexos deste estudo.

¹⁷ Dos seis sujeitos-alunos entrevistados, quatro realizam trabalhos informais (dois deles os denominam de “bicos”; outros dois nos informaram que trabalham em pequenos comércios de propriedade de seus familiares, atuando, segundo eles, já há alguns anos, porém sem carteira assinada, o que lhes tem impedido de organizarem-se de forma mais estável e empreendedora no ramo); um montou um negócio próprio em sua residência; por fim, apenas um possui vínculo empregatício com uma empresa de grande porte de Maceió, Alagoas.

Em relação aos ex-educadores do Projovem Urbano, todos três são funcionários da rede da educação básica: um, da municipal; um, da estadual; um, da federal.

Quanto ao membro da coordenação do curso, entrevistamos a coordenadora do Projovem Urbano Maceió, Alagoas, que atuou como auxiliar de coordenação em 2005, assumindo a coordenação do Programa nos anos subsequentes.

trabalho de um dos nossos entrevistados – e na própria SEMED, quando entrevistamos um membro da coordenação do Programa no referido Município.

Durante as entrevistas, com duração média de uma hora cada uma, tivemos o cuidado de deixar os nossos entrevistados à vontade, de modo que suas respostas não se restringissem às nossas perguntas iniciais, mas que as suas falas fluíssem de modo espontâneo, para que, de fato, obtivéssemos o mais fidedigno resgate de suas memórias.

Nessa fase, contamos com o auxílio de um gravador, com o consentimento dos entrevistados, para que nenhum ponto mencionado pelo interlocutor passasse despercebido. Thompson (1992, p. 146) enfatiza que a utilização da gravação apresenta uma grande vantagem sobre os demais registros comuns no processo de pesquisa e investigação, pois, com o recurso, “todas as palavras empregadas estão ali exatamente como foram faladas; e a elas se somam pistas sociais, as nuances da incerteza, do humor ou do fingimento, bem como a textura do dialeto”.

Quando questionados¹⁸ sobre o tempo em que estavam sem estudar antes de iniciarem o curso, a maioria respondeu que não frequentava a escola por um período aproximado de três anos e que souberam da oferta do Programa por meio de chamadas locais, transmitidas através de rádio e televisão, como também por indicação e incentivo de pessoas próximas¹⁹.

Dos seis sujeitos-alunos entrevistados, todos moradores de bairros periféricos da cidade de Maceió, um deles procedia da cidade de Viçosa, em Alagoas²⁰, tendo-se estabelecido na cidade de Maceió com o objetivo de frequentar o Programa e, conseqüentemente, encontrar um emprego.

Apenas um dos estudantes relatou, durante as entrevistas, só haver frequentado escolas particulares. Os demais, em contrapartida, afirmaram ter sempre estudado em escolas públicas das redes municipais de Maceió e Viçosa, no Estado de Alagoas, antes do ingresso no Programa.

Antes de entrarem no Projovem Urbano Maceió, Alagoas e iniciarem as aulas no curso, haviam estudado até a 4.^a, 6.^a, 7.^a e 8.^a séries do Ensino Fundamental²¹, cabendo ressaltar que nenhum deles já havia cursado a EJA.

¹⁸ Os sujeitos-alunos do Projovem Urbano Maceió, Alagoas.

¹⁹ Parentes (mãe, esposa) e amigos próximos foram os mais citados.

²⁰ Município brasileiro localizado em Alagoas, distante 86 quilômetros da capital, Maceió. Fonte: <https://www.vicosa.al.gov.br/> Acesso: 19/06/2018

²¹ Com a aprovação da Lei Federal n.º 11.114, de maio de 2005, foram alterados quatro artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de maneira que o Ensino Fundamental da 1.^a à 8.^a séries passou a

Relativamente às edições do curso frequentadas no período em que estudaram no Projovem Urbano Maceió, Alagoas, estão os anos de 2005, 2009, 2010, 2013 e 2015, correspondentes às 1.^a, 3.^a, 4.^a, 6.^a e 7.^a do Programa.

Com relação às idades no período em que participaram do Projovem Urbano Maceió, Alagoas, 67% dos sujeitos-alunos entrevistados tinha 24 anos, 16,67% contava com 25 anos e 16,67% possuía 22 anos de idade²². Ressaltamos que, no momento das entrevistas²³, as idades esses percentuais distribuíam-se, respectivamente, em 34, 31 e 25 anos de idade²⁴.

O caminho metodológico percorrido reflete nossas inquietações como pesquisadores, mais precisamente no universo compostos pelas juventudes, pela EJA e pelas políticas públicas, configurando-se no programa de governo Projovem Urbano Maceió, Alagoas.

De posse das importantes fontes que dão subsídios à nossa pesquisa, demos início ao processo de análise e desenvolvimento da escrita do texto da dissertação.

2.1.2 O processo de escrita do texto

Iniciamos a pesquisa bibliográfica, apropriando-nos de conceitos recorrentes em nossa escrita, tais como políticas públicas, políticas públicas de educação e profissionalização, políticas públicas direcionadas às juventudes, juventudes, juventudes na EJA e o estudo dos documentos oficiais do Programa cedidos pela SEMED.

Os documentos físicos analisados foram: o Convênio de n.º 839015/2005, entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e o Município de Maceió, Alagoas; o Plano de Trabalho do Programa de Inclusão de Jovens (Projovem), proposto pelo Ministério da Educação (MEC); o Projeto Pedagógico Integrado do Projovem Urbano e o “Manual do Educador: orientações gerais”, sendo este último um livro com a gênese histórica do Projovem, distribuído a todos os professores e formadores no início de cada edição do Programa.

totalizar nove anos, adotando-se a nomenclatura “ano” em lugar de “série” (http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/passos_a_passo_versao_atual_16_setembro.pdf).

²² Segundo a caracterização etária da Política Nacional da Juventude - PNJ, discussão da página 41 desta pesquisa, os sujeitos-alunos do Projovem Urbano Maceió, Alagoas à época do curso poderiam ser compreendidos como jovens-jovens (21, 22 anos) e jovens-adultos (25 anos).

²³ As entrevistas com os dez sujeitos foram realizadas no ano de 2016, em Maceió, Alagoas.

²⁴ Ver em Apêndices a tabela com a quantidade de entrevistados, idades e edição do Programa da qual participaram.

Além disso, valemo-nos de outros meios relevantes para subsidiar-nos a pesquisa, tais como os relatórios finais de cada edição do Programa desenvolvidos pela SEMED – nos quais estava registrado o quantitativo de jovens concluintes do curso –, além de documentos disponíveis na forma de registros da Internet, como matérias, reportagens de jornais e notas emitidas pelos próprios portais da transparência, respectivamente, da Prefeitura de Maceió e do MEC.

Propusemo-nos igualmente efetivar um levantamento bibliográfico nas principais plataformas digitais educacionais²⁵ referentes aos estudos acerca do Projovem Urbano no Brasil, mediante o qual pudemos constatar que, mesmo havendo uma quantidade considerável de pesquisas sobre o Projovem no âmbito das regiões brasileiras, este ainda se configura como um campo recente de estudos.

Mais uma vez, ressaltamos que, embora o Projovem Urbano Maceió, Alagoas já tenha sido alvo de investigação, nosso trabalho é o primeiro, em nível de mestrado, que se propõe analisar o Programa no referido Município, sob a perspectiva dos sujeitos-alunos partícipes do curso, o que justifica a pertinência do objeto²⁶ no âmbito da investigação científica.

2.1.3 O Programa de Inclusão de Jovens: Projovem Urbano

Para que possamos compreender, de uma forma mais clara, o Projovem, discorreremos acerca da sua implantação, destacando as reformulações sofridas em sua estrutura organizacional no decorrer dos anos de 2005 a 2015, situando-o no cenário das políticas públicas nacionais direcionadas às juventudes.

Nesse sentido, abordaremos inicialmente conceitos pertinentes para o nosso estudo, efetivando comentários no que se refere à proposta do Programa e aos possíveis entraves para a sua plena efetivação

²⁵ Dentre os trabalhos encontrados, demos destaque a 12 pesquisas que tratam do Projovem Urbano em vertentes semelhantes à que nosso estudo se propôs desenvolver e que estão disponíveis para consulta online nas Plataformas Capes e Scielo, além de um trabalho publicado no site da Anped, de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sobre Educação de Jovens e Adultos – EJA, como pré-requisito de graduação em Pedagogia, disponível apenas em formato impresso, constante do acervo da Biblioteca Central da Universidade Federal de Alagoas - UFAL. É possível conferir os títulos na tabela disponível na parte de anexos deste estudo.

²⁶ Cabe enfatizar que, apesar de termos dado início à escrita do texto em paralelo com o desenvolvimento das entrevistas, em meados de junho de 2017, aquela se concretiza, de fato, após os importantes direcionamentos na fase de qualificação de mestrado em educação do Centro de Educação – CEDU, da Universidade Federal de Alagoas, em vista de orientações da banca qualificadora já referenciada na parte inicial desta dissertação e da orientadora deste trabalho, conforme igualmente já mencionado.

2.2 Políticas Públicas Educacionais de Profissionalização – Conceituação

Em sendo a conceituação do termo “Política” tarefa no mínimo complexa, buscamos, para efeitos da fundamentação teórico-científica de nosso estudo, subsídios em Höfling (2001), Oliveira (2010), Azevedo (2003), Demo (2002), Freire (1993), Saviani (2007), entre outros autores que discorrem sobre o tema, para obtermos uma melhor compreensão acerca de sua definição.

Ressaltamos que, embora seja possível depararmos com versões idealizadas acerca das políticas públicas, cabe enfatizar que a política é incapaz de ser praticada de modo solitário e, por conta disso, necessita da interação entre os sujeitos – no caso, partes de uma sociedade capitalista, que, dividida em classes, visando interesses particulares, caracteriza-se como excludente e arbitrária.

Neste caso, referimo-nos às políticas públicas voltadas para a educação e qualificação profissional das juventudes, mesmo quando deparamos com filosofias ou propostas pedagógicas metodológicas interessantes, que exprimem, em seus documentos, o alcance de uma “equidade social”, como é o caso do Projeto Político Integrado (PPI) do Projovem/Projovem - Urbano.

Por se tratar de um programa de governo, padece, como esperado, de descontinuidade, bem como de problemas de ordem estrutural e financeira, o que, constituindo-se obstáculo para a sua plena execução, causa-lhe, muitas vezes, a interrupção.

Aspectos de ordem social e política são ainda mais antigos e, conseqüentemente, mais graves, pois, embora as ações governamentais sejam de extrema necessidade, principalmente para as camadas populares mais carentes, os programas surgem apenas como paliativos.

Cabe ressaltar que tais ações, conquanto possam apresentar resultados positivos, não atingem grandes números populacionais, principalmente se considerarmos o número permanente de analfabetos e/ou de pessoas com baixa escolarização, bem como se observarmos a carência contínua de postos de trabalho e de mão de obra qualificada, além dos demais problemas sociais cuja resolução, por envolver problemas de saúde, moradia, saneamento básico e segurança, é imprescindível a uma vida humanamente digna.

Desse modo, compreendemos a falta de interesse do governo no sentido de promover uma mudança real, em termos significativos, vista a arraigada falta de prioridade da parte do poder público, no que se refere aos problemas de cunho social.

Diante disso, cabe ressaltar que defendemos as políticas públicas, desde que, ampliadas em sua esfera macro, provedoras de mecanismos estruturais que as sustentem, apresentem objetivos e ações concretas para atingi-los, tornando-se eficientes e eficazes na obtenção de resultados que garantam a formação integral dos indivíduos, com vistas à promoção da cidadania a partir do encontro do sujeito com seu papel social.

Sabendo-se haver um interesse social dominante e declarado, advindo da minoria, para a continuidade e ampliação do que é posto, entendemos ser o próprio sujeito, nas condições de educando ou de educador, capaz de dar sentido à política pública, e não o contrário. Por conta disso, o nosso estudo dá voz ao sujeito partícipe do Projovem Urbano Maceió, Alagoas.

Segundo Freire (1993), todos devem participar da história, da cultura e da política. Nesse sentido, ninguém deve ficar neutro nem estudar por estudar.

De acordo com Demo (2002, pp. 11-12),

Ser político é aquele que sabe planejar e planejar-se, fazer e fazer-se oportunidade, constituir-se de sujeito e reconstituir-se de modo permanente pela vida afora, conceber fins e ajustar meios para os atingir, exercer sua liberdade e sobretudo lutar contra quem a queira limitar, gestar-se cidadão capaz de história própria, aprender de modo reconstrutivo-político.

Já Saviani (2007, p. 1) nos faz refletir acerca da política educacional, que “diz respeito, pois, às medidas que o Estado, no caso, o governo brasileiro, toma relativamente aos rumos que se devem imprimir à educação no país”.

Para Azevedo (2003, p. 38), “política pública é tudo o que um governo faz ou deixa de fazer, considerando-se todos os impactos de suas ações e omissões”.

No mesmo diapasão, Azevedo (2003) esclarece ainda que as responsabilidades sobre a definição e a implantação de políticas públicas em território nacional são de responsabilidade interina do governo. Com isso, entende-se que, embora não sendo diretamente responsáveis pelas políticas públicas, os indivíduos fazem política.

Diante do exposto, Azevedo (2003) nos faz refletir acerca do modo como os programas de governo são geridos. Nesse sentido, ao observarmos o Projovem Urbano Maceió, Alagoas, constatamos que, embora em sua organização se aponte para uma gestão compartilhada, não somente todos os recursos financeiros provêm do Governo

Federal, como, na prática, a proposta estrutural do Programa já chega às secretarias municipais pronta para a operacionalização, o que cerceia bastante a autonomia desses órgãos.

Sob essa perspectiva e de acordo com os estudos de Madeira (2014), observa-se que o Brasil desenvolveu um modelo abrangente de política social nas últimas três décadas, cabendo ao poder municipal o papel de executor dessas políticas públicas.

Diante do exposto, deduzimos inexistir, por parte dos municípios, o interesse e a devida preocupação em fortalecer financeiramente os programas políticos, o que contribui para o engessamento e para a fragilidade das propostas no que se refere à ineficiência em torno, seja da efetividade das políticas públicas, seja de sua finalidade.

2.2.1 Estrutura, implementação e ampliação do Projovem Urbano

Em junho de 2005, a Medida Provisória n.º 238/2005, que instituiu o Projovem, foi convertida na Lei n.º 11.129/2005, regulamentada pelo Decreto n.º 5.557 de 5.10.2005, que definiu, em seu artigo 2.º, a finalidade do Programa:

executar ações integradas que propiciem aos jovens brasileiros, na forma de curso previsto no art. 81 da Lei n.º 9.394/96, a elevação da escolaridade dos jovens, visando à conclusão do Ensino Fundamental, a qualificação profissional, em nível de formação inicial, voltada a estimular a inserção produtiva cidadã e ao desenvolvimento de ações comunitárias com práticas de solidariedade, exercício de cidadania e intervenção na realidade local (BRASIL, 2012, p. 13).

Ainda segundo a fonte de pesquisa, o Programa foi aprovado pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (Parecer CNE/CEB n.º 2/2005, de 16/03/2005 e Resolução CNE/CEB n.º 3/2006, de 15/08/2006), até então como um curso experimental, de acordo com o artigo n.º 81 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no ano de 2005, com 12 meses de duração, tempo previsto para a certificação de conclusão no Ensino Fundamental e na qualificação profissional (inicial) dos participantes.

Com base no Convênio de n.º 839015/2005, o Projovem Urbano é uma das ações do Governo Federal que atua em todos os estados brasileiros desde o ano de 2005 e age como política pública voltada para o atendimento ao público jovem com idades

entre 18 e 29 anos, que, para o ingresso no curso, apresentem os seguintes requisitos²⁷:
1) saibam ler e escrever, 2) não tenham concluído o Ensino Fundamental.

Observamos que, em sua primeira versão, o Projovem surgiu como uma ação de integração da Política Nacional de Juventude (SNJ), da Secretaria Geral da Presidência da República, como proposta alternativa à escola tradicional, com metodologia e formas de organização próprias, devendo ser executada em parceria com os Ministérios da Educação (MEC), do Trabalho e Emprego (MTE) e do Desenvolvimento Social de Combate à Fome (MDS).

Com isso, a sua criação acontece na vigência do primeiro mandato de governo do Ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, ou seja, nos anos de 2003 a 2006 – mais precisamente, no ano de 2005, como já afirmamos. Desse modo, o Programa é criado em caráter emergencial, para atender a uma crescente demanda educacional por parte da população jovem brasileira. A partir desse momento, observamos uma importante mobilização no sentido de desinvisibilizar²⁸ as juventudes.

Já em 2007, após dois anos de implantação, o Projovem é analisado a partir de uma solicitação do Governo Federal, que considera a grande procura²⁹ de jovens pelo Programa e a quantidade de formados por meio do curso. Em 2008, o Projovem passa por reformulações importantes em sua estrutura organizacional, de modo que o atendimento logo é ampliado.

O “Manual do Educador: Orientações Gerais”, de 2012, documento que rege o Projovem e traz de forma descritiva os números anuais em relação à ampliação do atendimento, relata que o Programa apresentou como meta inicial o atendimento a cerca

²⁷ Em relação aos requisitos básicos para o ingresso no Projovem Urbano, e, para a devida comprovação em relação a leitura e escrita, pude observar que, no ato da inscrição, os futuros alunos do curso são submetidos a um teste simples, no qual realizam a escrita do nome próprio completo, sucedendo-se a resolução de alguns itens que seguem a estrutura de um sucinto questionário. No Município de Maceió, Alagoas, a aplicação do teste de proficiência é realizado na própria Secretaria Municipal de Educação de Maceió – SEMED e nos demais postos de atendimento móvel espalhados pela cidade, tais como o centro comercial da cidade e algumas escolas públicas. A divulgação de oferta do curso é feita através dos meios de comunicação: televisão, rádio e página eletrônica da transparência da Prefeitura de Maceió, Alagoas (<http://www.maceio.al.gov.br/2017/12/sem-ed-oferta-600-vagas-para-projovem-urbano-2018/>)

²⁸ Fazemos uso do termo “desinvisibilizar”, de acordo com a Sociologia das Ausências (SANTOS, 2004), considerando-se o seu sentido plural e heterogêneo como requer o estudo sobre as juventudes.

²⁹ Na Seção 2 deste estudo, é possível observar, por meio de um quadro cedido pela SEMED – Maceió, Alagoas, o quantitativo de matriculados no curso e o número de estudantes que o concluíram no período de 2005 a 2015, já se constatando uma procura decrescente dos sujeitos a cada edição lançada, fato que procuraremos compreender, buscando também auxílio nas falas dos sujeitos entrevistados para a nossa pesquisa.

de 200.000 jovens com idades entre 18 e 24 anos no período de 2005 a 2008, atuando em todas as capitais brasileiras, incluindo o Distrito Federal, conforme fonte³⁰.

Observamos que, no ano de 2006, para a operacionalização em 2007, o Programa ampliara sua forma de atendimento, passando a incluir os municípios das regiões metropolitanas com 200.000 habitantes ou mais. Nesse mesmo período, contabilizou-se a adesão de 29 cidades, incluindo Maceió, capital do Estado de Alagoas.

Com isso, o Governo Federal, no ano de 2007, reduziu seis outros programas educacionais-profissionalizantes a apenas um, sendo aqueles o Projovem Original, o Agente Jovem, Saberes da Terra e Escola de Fábrica, o Juventude Cidadã e o Consórcio da Juventude, que, a partir de então, passaram a ser representados pelo Projovem Integrado, abarcando-se os demais programas em uma única proposta de educação e profissionalização da juventude.

Em 10 de junho de 2008, a Medida Provisória n.º 411/2007 foi convertida na Lei n.º 11.692/2008, que dispõe sobre o Programa de Inclusão de Jovens – PROJOVEM e determina, em seu art. 2º: “O Projovem, destinado a jovens de 15 a 29 anos, com o objetivo de promover sua reintegração ao processo educacional, sua qualificação profissional e seu desenvolvimento humano, será desenvolvido por meio das modalidades: (I) Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo; (II) Projovem Urbano; (III) Projovem Campo – Saberes da Terra; e (IV) Projovem Trabalhador (BRASIL, 2012, p. 15).

Segundo fontes consultadas, o governo, por meio da unificação dos programas, visaria à gestão compartilhada, evitando a sobreposição dos programas voltados para a juventude. Com isso, o Projovem Integrado passou a atuar com o Projovem Urbano (antigo Projovem Original, este sob a execução da SNJ), o Projovem Adolescente (sob a execução do MDS), o Projovem Campo (por meio do MEC) e o Projovem Trabalhador (sob a execução do MTE).

2.2.2 Programa de Inclusão de Jovens – modalidades de curso

Para uma melhor compreensão do leitor sobre a oferta do Projovem Urbano, faz-se necessária também a conceituação acerca das quatro modalidades de curso propostas, lembrando que o nosso trabalho tem como objeto de estudo o Projovem Urbano no Município de Maceió, Alagoas.

³⁰ Projeto Pedagógico Integrado do Projovem Urbano, Brasília, 2008. Documento disponível na íntegra para consulta online em: http://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/arquivos/File/Projovem%20Urbano/projeto_pedagogico_projovem_PPI.pdf Acesso em: 27 dez. 2017.

Nesse sentido, a lei que trata das modalidades educacionais do Programa é a de n.º 11.692/2008, cujo texto enfatiza que as modalidades destacadas a seguir foram criadas de modo que os jovens tivessem todas as suas especificidades contempladas, com o MEC (BRASIL, 2012)³¹ caracterizando cada uma delas.

Projovem adolescente

“O Projovem adolescente destinado aos jovens de 15 a 17 anos, oferecendo oportunidades socioeducativas que visam à criação de condições de inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional” (BRASIL, 2012, p.2). Podem-se inscrever no curso os adolescentes de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família ou em situação de risco social, independentemente da renda familiar.

Projovem campo

Direcionada a jovens agricultores, essa modalidade foi criada com a intenção de fortalecer e ampliar o acesso ao sistema educacional com vistas tanto à elevação da escolaridade, por meio da conclusão do Ensino Fundamental, quanto à qualificação profissional e à participação cidadã, integrando o currículo, em face das especificidades do campo.

Projovem trabalhador

O Projovem trabalhador apresenta como objetivo a preparação do jovem para o mercado de trabalho, bem como para ocupações alternativas geradoras de renda. Está voltado para os jovens de 18 a 29 anos atuantes na agricultura familiar e residentes no campo que se encontram em situações de desemprego ou que sejam membros de família com renda *per capita* de até um salário mínimo mensal.

Para o ingresso na modalidade de ensino Projovem trabalhador, o MEC sinaliza que o jovem deve estar cursando o Ensino Fundamental ou que já tenha finalizado essa

³¹ Governo do Brasil/Educação (Publicado em 03/04/2012, 16h14; última modificação: 28/07/2014, 16h40. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2012/04/programa-capacita-jovens-para-o-mercado-de-trabalho>).

etapa educacional tão importante em sua vida. A seguir, disponibilizamos um trecho do Termo de referência do Projovem Trabalhador de 2014.

As ações de Qualificação Social e Profissional do Projovem Trabalhador Juventude Cidadã – Maceió/2014 representam estratégias de qualificação que privilegiam o processo de capacitação e qualificação através da teoria e prática, complementando e articulando com formação em cidadania e direitos humanos, qualificação social e profissional, estímulo e apoio efetivo à elevação da escolaridade e inserção no mercado de trabalho (Termo de Referência – Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã no âmbito do Município de Maceió, 2014, p. 1).

Projovem Urbano

O Projovem Urbano, também destinado aos jovens com idades entre 18 e 29 anos que, apesar de alfabetizados, não concluíram o Ensino Fundamental, tem como objetivo reinserir no processo formativo escolar e no mundo do trabalho os jovens que foram excluídos do direito à educação por razões diversas. Em entrevista³² realizada em 2008, disponibilizada na plataforma do MEC, a coordenadora nacional do Programa à época, Maria José Vieira Feres, aborda alguns pontos acerca das exigências para o ingresso no curso, tais como:

O Projovem Urbano não é um programa que exige comprovação de renda. O jovem precisa saber ler e escrever, essa é uma condicionalidade que, inclusive, será testada. A gente precisa ter certeza de que esse jovem sabe ler e escrever o essencial, é a única exigência. E ele vai conseguir, com esse curso que dura 18 meses, concluir o Ensino Fundamental. Junto, ele fará uma qualificação profissional e desenvolverá ações sociais de participação cidadã. Esse é o grande pulo do Projovem Urbano, fazer com que esse jovem consiga, num prazo muito rápido, de um ano e meio, recuperar o tempo perdido e ter a escolaridade garantida no Ensino Fundamental para poder seguir, fazer o Ensino Médio, quem sabe fazer até uma universidade como tem acontecido com alunos do atual Projovem. E, ao mesmo tempo, sair com uma qualificação profissional, tudo isso é oferecido junto (BRASIL, 2008, s/p).

Em relação à organização curricular, cada edição do Projovem Urbano apresenta carga horária total de duas mil horas. O seu PPI prevê a articulação de três dimensões: a formação básica no Ensino Fundamental, por meio da modalidade da EJA; a qualificação profissional (QP) em caráter inicial, composta de formação técnica geral e de formação técnica específica; e a formação para a participação cidadã (PLA).

³² Entrevista com o tema “Os objetivos do novo programa de governo”, realizada em 17.6.2008 com a até então coordenadora nacional do PROJOVEM Urbano, Maria José Vieira Feres. Disponível no site oficial do Governo Federal: http://www.secretariadegoverno.gov.br/noticias/2008/06/not_17062008

Buscamos, com este estudo, compreender o grau de importância dessas dimensões para os sujeitos-alunos partícipes do curso, sujeitos da nossa pesquisa. De acordo com o MEC,

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária - Projovem é inovador em vários aspectos: faz parte de uma política nacional para a juventude, tendo sido implantado no contexto de criação da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude; a proposta de gestão compartilhada, em todos os níveis de implementação, busca estratégias para a articulação das políticas públicas de juventude; o projeto pedagógico integrado apoia-se em paradigmas contemporâneos, enfatizando a relação entre sujeito e objeto na construção do conhecimento e a participação/cooperação na atividade política e social; a implementação é alvo de um processo contínuo, amplo e sistemático de monitoramento e avaliação, cujos resultados evidenciam a pertinência e a efetividade do Programa, oferecendo subsídios importantes para o desenvolvimento do Projovem Urbano (BRASIL, 2008, p. 19).

Conforme o edital de oferta do curso de 2015, cedido pela SEMED – Maceió, a qualificação profissional seria ofertada pelo Projovem Urbano em parceria com o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), podendo os alunos terem acesso à capacitação profissional nas próprias escolas da rede de educação básica de Alagoas, onde o Projovem se desenvolve por meio de seus atores, ou nas instituições de ensino técnico credenciadas – no caso de Maceió, Alagoas, no Instituto Federal de Alagoas (IFAL) ou no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

Porém, cabe ressaltar, apesar de o documento assegurar a oferta, era bastante comum tanto os estudantes quanto os educadores depararem com uma série de limitações por ocasião do início do processo que envolvia as aulas práticas de qualificação profissional, principalmente quando elas passavam a ser desenvolvidas nas escolas públicas nas quais o Projovem estava sendo operacionalizado.

Nesse sentido, pontuamos que a falta de equipamentos tecnológicos e de demais recursos didáticos considerados essenciais para o pleno funcionamento e desenvolvimento do curso é um fator bastante relevante, sendo apontada de forma recorrente por nossos entrevistados.

Diante das modalidades descritas, observamos ainda semelhanças, na oferta do curso, em relação aos seguintes aspectos: o jovem, devidamente matriculado em uma das modalidades do Programa (Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo, Projovem Urbano, Projovem Campo – Saberes da Terra e Projovem Trabalhador) tem a previsão do recebimento de uma bolsa mensal no valor R\$100,00 (cem reais),

condicionada a 75% de frequência tanto nas atividades presenciais do curso, quanto na entrega de trabalhos pedagógicos propostos pelos educadores do Projovem Urbano.

Conforme destacamos anteriormente como traço comum recorrente, os programas de governo, inclusive o Projovem Urbano, apresentam sérios entraves, principalmente no que se refere ao repasse de recursos financeiros. Neste caso, tal repasse é de responsabilidade exclusiva do Governo Federal para os municípios que ofertam o Programa, impactando assim no atraso do pagamento da bolsa mensal destinada aos estudantes e contribuindo, também, para o atraso salarial dos educadores do curso.

Observamos essa realidade nos encontros formativos nacionais ofertados pelo Projovem Urbano, nos quais podíamos interagir e socializar com formadores de outras regiões brasileiras, assim como a constatamos, graças aos relatos dos sujeitos entrevistados para o nosso estudo, como um fato vivenciado também no Município de Maceió, Alagoas.

Atualmente, a coordenação do Projovem Urbano está sob a responsabilidade do MEC, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). Desse modo, o Programa passa a integrar a política educacional, sendo desenvolvido no âmbito da modalidade da EJA em articulação com as políticas públicas de juventude. A gestão do Projovem Urbano está diretamente vinculada a esse Ministério e, em âmbito local, às Secretarias Estaduais e/ou Municipais de Educação³³.

Diante disso, observa-se que o Programa se apresenta como mais uma opção no âmbito da oferta da EJA, devendo ser visto, segundo o seu PPI, como parte de um processo contínuo de educação, uma oportunidade para que a juventude excluída do processo educacional, do mercado de trabalho e da sociedade como um todo conclua o Ensino Fundamental e, logo após, ingresse no Ensino Médio.

É importante frisar que, embora idealmente o Projovem Urbano esteja no meio das lutas das juventudes, o Programa está, na prática, sob as escolas e não nas escolas. Esta organização local se configura como mais um dos grandes entraves para a plena operacionalização do Programa, pois falta a oportunidade de reconhecimento sobre a sua dimensão e importância social por parte de alguns gestores escolares.

³³Para a adesão ao Projovem Integrado as secretarias municipais e estaduais devem seguir alguns critérios, tais como: estarem habilitadas nos níveis de gestão básica ou plena do Sistema Único de Assistência Social (Suas), possuírem Centros de Referência da Assistência Social (Cras) em funcionamento e registro no Censo do Cras, além de apresentarem a demanda mínima de 40 jovens que pertençam a famílias beneficiárias do Bolsa Família.

Diante disso, apontamos que este fato é algo que precisa de imediata revisão, pois nos preocupa o estigma da educação como um favor ou um benefício concedido aos sujeitos e não como um direito de fato.

Para isso, compreendemos como necessária a iniciativa, por parte da gestão local do Programa, em trazer os diretores e coordenadores das escolas públicas para a realidade do Projovem Urbano Maceió, Alagoas, a fim de incluí-los de fato em sua proposta educacional, estendendo-se o convite de participação e engajamento à Secretaria Estadual de Educação (SEDUC), visando à articulação de estratégias para a melhoria do Programa.

De acordo com a sua estrutura organizacional, o Projovem Urbano integra o Ensino Fundamental, a qualificação profissional e a participação social cidadã em um mesmo curso. Dessa forma, entende-se que o aluno estuda todos os componentes curriculares – língua portuguesa, Matemática, língua estrangeira (inglês), ciências humanas e ciências da natureza –, atrelados a projetos de cunho social de forma ativa e aos arcos ocupacionais.³⁴

Em relação à definição dos arcos ocupacionais, o documento esclarece que cada município *escolhe* (grifo nosso), quatro arcos disponibilizados pelo PROJOVEM.

Em consonância com as políticas públicas estabelecidas no seu plano de desenvolvimento socioeconômico local, analisando aspectos atuais e prospectivos, o cenário e tendências do mundo do trabalho, a vocação e situação ocupacional, os investimentos previstos, as demandas por serviços públicos e outras demandas sociais. (BRASIL, 2012)

Com isso, observamos que a proposta oferece 22 opções de Arcos Ocupacionais³⁵ e que, apesar de corresponder a uma quantidade mínima, a escolha das capacitações por parte do município ainda deverá ser justificada conforme as demandas de mercado, ou seja, de acordo com o potencial econômico de cada localidade.

Diante disso, inferimos que o estudante optará pelo arco ocupacional disponível para a escolha no “cardápio de qualificações” do Projovem Urbano do seu município, e não pelo fato de almejar iniciar e concluir uma determinada qualificação profissional de acordo com seus objetivos pessoais e/ou profissionais.

Abaixo, disponibilizamos um quadro com os arcos ocupacionais de acordo com a escolha do Município de Maceió, Alagoas, no que se refere à oferta do curso para a

³⁴ Referentes à capacitação profissional de caráter inicial.

³⁵ Ver tabela com a relação dos 22 arcos ocupacionais no anexo deste estudo páginas.

edição desenvolvida no ano de 2015 e finalizada em 2016, referente, até então, à última edição (concluída) do Projovem Urbano no local.

Quadro 1 - Arcos Ocupacionais (AO) Maceió, Alagoas.

Administração
Alimentação
Beleza e Estética
Construção e Reparos
Educação
Turismo e Hospitalidade

Fonte: produção da própria autora.

A profissionalização ofertada pelo Programa, segundo a SNJ, apresenta carga horária de 360 horas/aula e se caracteriza como uma dimensão voltada para a orientação profissional e para a preparação para o trabalho, consistindo na formação inicial dos jovens e se estruturando da seguinte forma: Formação Técnica Geral (FTG), com carga horária de 150 horas, etapa comum a todos os arcos ocupacionais, que compreende um conjunto de conhecimentos que podem ser úteis em todos os tipos de trabalho ou mesmo que possam servir de referência para atividades diversas, daí, nesse sentido, a informática ser um curso que corresponde à FTG, geralmente em desenvolvida logo nos primeiros seis meses do Programa; Arco Ocupacional (AO), com carga horária de 200 horas, etapa de preparação específica em cada arco ocupacional, possibilitando aos jovens a formação inicial em quatro ocupações; Projeto de Orientação Profissional (POP), consistindo uma atividade que perpassa os momentos anteriormente citados e que é desenvolvida durante todo o curso.

De acordo com o Parecer do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Educação Básica (CNE/CEB) n.º 18/2008, o Projovem Urbano é um dos eixos fundamentais da Política Nacional de Juventude e representa o compromisso do Governo Federal para com os jovens brasileiros que mais sofrem com as consequências de um processo de exclusão social, entre os quais reafirma a educação e o mundo do trabalho.

O documento ainda ressalta que o Programa trabalha na perspectiva de contribuir especificamente para a reinserção do jovem na escola e para a identificação de oportunidades de trabalho, proporcionando ainda a participação desses jovens em ações comunitárias de responsabilidade social.

Diante do exposto, observamos que o curso apresenta um currículo integrado, no qual a oferta de educação fundamental está atrelada a projetos que visam à participação dos jovens na comunidade escolar na qual estão inseridos, formando um elo com a qualificação profissional de cunho inicial.

É clara a compreensão da proposta pedagógica metodológica do curso que objetiva o alcance de uma educação plena dos sujeitos com a exploração dos conteúdos programáticos e, de acordo com a sua filosofia, a consequente construção coletiva do conhecimento, a responsabilidade social e o encontro do jovem com o seu papel na sociedade, além da qualificação de cunho profissional, o que, teoricamente, proporcionará a inserção ou a reinserção do sujeito no mercado de trabalho profissional, retirando os jovens da informalidade e, ainda enquanto alternativa, auxiliando-os a se tornarem microempreendedores, alternativa que se mostra como uma saída em relação à atual realidade brasileira e ao número crescente de desemprego.

Contudo, salientamos a importância de investigarmos se tais condições são ofertadas na prática, para que de fato a proposta do Projovem Urbano no Município de Maceió/Alagoas se materialize. Para tanto, ressaltamos que tais indagações também foram lançadas durante a realização das entrevistas, nas quais obtivemos respostas que nos forneceram indícios acerca da efetividade do Programa.

2.2.3 A operacionalização do Projovem no Município de Maceió e no Estado de Alagoas

Com a determinação do MEC em relação à organização do Programa, o Município de Maceió, Alagoas ficou responsável pela operacionalização do Projovem Urbano por cerca de 10 anos, tendo ofertado, segundo dados da própria SEMED, 7 edições do curso, realizadas anos de 2006, 2007, 2009, 2010, 2011, 2013 e 2015, cada uma delas, como já assinalamos, com duração de 18 meses, tendo sido ofertada a primeira edição em 2005, e a última finalizada no ano de 2016.

Cabe salientar que, após o *impeachment* da Ex-presidente Dilma Rousseff em 2016, o Programa, que, nos últimos anos, já apresentava atrasos frequentes dos repasses financeiros destinados ao Município para o pagamento da bolsa mensal dos alunos no valor de R\$100,00 (cem reais) mensais, para a compra de merenda escolar, entre outras despesas essenciais para a sua manutenção e pleno desenvolvimento, sofreu a suspensão

desses repasses em 2017, já no governo vigente do até então Presidente da República Michel Temer.

Após um período de incertezas na SEMED quanto à continuidade do Projovem Urbano no Município, é lançada uma edição especial³⁶ do Programa no segundo semestre de 2018, a fim de ser utilizar o que sobrara da verba do curso operacionalizado no ano de 2016.

Constatamos ainda a especulação das secretarias municipais de todo o Brasil acerca de uma nova reformulação do Projovem Urbano a ser operacionalizada em 2019 ou mesmo a extinção por completo do Programa. Assim, a sua permanência é na realidade incerta, visto que se trata de uma política pública executada na figura de um programa político de governo de característica focal e, portanto, emergencial.

Ainda com relação aos atrasos frequentes em relação aos repasses financeiros, faz-se importante frisar que todo o valor destinado para o pagamento da bolsa dos alunos era pago, embora com atrasos, porém de forma cumulativa, bem como as demais despesas do Programa.

Salientamos ainda que, por conta disso, há resíduo de verba a ser utilizada em 2018 (ano vigente), contudo, segundo a atual coordenadora do curso em Maceió, Alagoas, inexistente previsão de lançamentos de novos cursos para os próximos anos.

De acordo com a referida coordenadora, no caso de sobra de verba da edição anterior, o município que não oferta o curso fica obrigado a devolvê-la ao órgão financiador, qual seja, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Diante disso, ainda que se tivesse de reduzir o número de matrículas, optou-se pela oferta do curso.

No âmbito das modalidades do Projovem, fica a cargo da SEMED o Projovem Urbano e sob a responsabilidade da SEDUC a oferta do Projovem Adolescente, do Projovem Campo e do Projovem Trabalhador, devendo-se contemplar os demais municípios³⁷ do Estado que apresentarem demanda para que o Programa possa ser por ela executado.

³⁶ A edição especial do curso teve início em julho de 2018 e contou com um número limitado de escolas (quatro núcleos) e de participantes (professores e estudantes), cabendo ressaltar que a coordenação do Projovem Urbano Maceió, Alagoas continuaria sob a antiga gestão responsável pela operacionalização das edições do curso, desde a sua segunda edição, iniciada no ano de 2007.

³⁷ Dos 102 municípios no Estado de Alagoas, 101 ficam sob a responsabilidade da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, para a coordenação compartilhada com o Governo Federal e execução do Projovem nas modalidades Projovem Adolescente, Projovem Campo e Projovem Trabalhador. Diferentemente do Projovem Urbano, ofertado pela Secretaria Municipal de Maceió – SEMED, que lança edital para contratação de profissionais para atuarem nos Cursos, a SEDUC realoca os servidores públicos

Apesar de o nosso estudo ter como foco o Projovem Urbano, que é operacionalizado pelo Município por meio da SEMED, entendemos a importância de situar o Programa de Inclusão de jovens de acordo com as modalidades já referenciadas anteriormente, operacionalizadas pelo Estado por meio da SEDUC. Todavia, apesar das várias tentativas, não tivemos acesso aos dados referentes ao quantitativo de jovens que concluíram o curso ofertado pelo Estado de Alagoas³⁸.

Na época, foi-nos relatado pela servidora pública estadual responsável pelo setor do Projovem que a secretaria do Estado apenas concluiu uma edição do Projovem, com a oferta de duas turmas no ano de 2014, cabendo salientar que, mesmo passados dois anos da sua conclusão em 2016, a tabulação com o quantitativo de matriculados, de evadidos e de aprovados no curso não havia sido finalizada em 2016.

Em relação ao Projovem Urbano, sob a coordenação local da SEMED, obtivemos da coordenadora todos os dados referentes ao quantitativo de alunos aprovados nas sete edições executadas em Maceió, bem como os documentos oficiais, cuja referência já efetivamos no início de nossa dissertação: os Pareceres do Conselho Nacional de Educação (CNE), os editais para contratação de profissionais, os relatórios dos cursos e o convênio firmado entre o FNDE e o referido Município.

Segundo a coordenadora do Projovem Urbano Maceió, Alagoas, as secretarias municipais formaram mais de 7.500 alunos, desde a implantação do Programa em 2006. Vale lembrar que, em cada edição, são disponibilizadas cerca de 2000 vagas para os cursos que acontecem em escolas da rede pública de Maceió, denominadas de “núcleos”, escolhidas de forma estratégica, para facilitar o acesso do estudante aos espaços de aprendizagem. Porém, no decorrer dos meses, por causa da evasão escolar, o número de alunos reduz-se de forma visível, característica bem presente no universo da EJA.

Em nota, a SEMED divulgou que a última edição do Projovem em 2015 formou 548 jovens em Maceió, Alagoas, muitos oriundos também de regiões vizinhas, que, em vista de a oferta do curso estar restrita à capital, firmam residência em Maceió, no Estado de Alagoas.

estaduais para desempenharem as atividades do Programa. A SEMED é responsável pela demanda da capital.

³⁸ Em busca de informações, fomos pessoalmente até o órgão e, em contato com a coordenação, fomos surpreendidos ao saber que a tabulação referente às duas únicas turmas ofertadas em 2015 ainda não haviam sido tabuladas. Posteriormente, fizemos vários contatos telefônicos os anos de 2017 e 2018 e fomos informados de que o trabalho ainda não havia sido concluído, mas que, quando isso ocorresse, ser-nos-ia enviado por e-mail, o que até o presente momento não foi feito.

Dentre os principais objetivos revelados pelo público jovem, destaca-se a conclusão dos estudos em nível fundamental de ensino, bem como o acesso ao mercado de trabalho por meio da expectativa em relação à qualificação profissional ofertada, esta última uma necessidade expressa unanimemente nas falas dos sujeitos entrevistados para o nosso estudo.

Nesse sentido, encontramos subsídios em Abramovay (2015, p. 84, grifo da autora), que afirma:

A necessidade de cursar a escola e concluí-la está atrelada ao interesse de garantir um futuro melhor para si e para seus filhos, o que está normalmente associado a uma melhor inserção no mercado de trabalho e/ou qualificação profissional direcionada a um emprego melhor, ou ainda, à possibilidade de poder sonhar com um *futuro profissional e em ser alguém na vida*, e com isso, almejar um futuro que não seja o mesmo que o de seus pais.

Segundo a autora, frequentar a escola na Educação de Jovens e Adultos - EJA por meio do Projovem Urbano é uma oportunidade para que os jovens consigam conciliar trabalho e estudo nas proximidades de suas residências. Ainda se faz necessário destacar o auxílio financeiro recebido durante a participação no Programa como um importante estímulo, entre os demais, para a assiduidade dos estudantes nas salas de aula.

Desse modo, atestamos todas as afirmações de Abramovay (2015) nos relatos dos sujeitos entrevistados. Contudo, observamos nas falas dos referidos sujeitos que a ajuda de custo no valor de R\$100 (cem) reais não é o motivo principal que os leva a concluírem o curso.

Abaixo, disponibilizamos uma tabela do quantitativo de alunos matriculados e devidamente aprovados no Projovem Urbano em cada edição do Programa operacionalizada pela SEMED Maceió³⁹.

³⁹ Os dados nos foram disponibilizados, em 2017, pela Secretaria de Educação do Município – SEMED/Maceió, no período de coleta de dados sobre o Projovem Urbano para a nossa pesquisa.

Tabela 1 - Quantitativo de matrículas e aprovações de 2006 a 2015.

ANO	MATRICULADOS	APROVADOS
2006	4.906	2.544
2007	2.354	1.226
2009	3.000	1.501
2010	2000	791
2011	2000	467
2013	2000	535
2015	2000	548

Total de edições: 7 Total de Matrículas: 18.260 Total de aprovações: **7.612**

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Maceió – SEMED, 2016.

Com relação aos dados apresentados, o Projovem Urbano, em 10 anos de atuação no Município de Maceió, Alagoas, ofertou 7 edições do curso, apresentando um total de 18.260 matriculados nas edições correspondentes aos anos de 2006 a 2015 e, no mesmo período, um quantitativo de 7.612 estudantes aprovados.

Os dados apresentados mostram claramente o decréscimo na procura de jovens pelo Programa, já na 4ª edição, a partir de 2010. Com a tabela, ainda observamos que o número de aprovados diminui de forma preocupante a partir do mesmo ano.

A tabela nos permite a reflexão acerca dos possíveis indícios que podem ser configurados como principais entraves para a plena execução do Programa, o que, conseqüentemente, causaria impactos em relação aos números apresentados, referentes à matrícula e à conclusão no curso.

Dentre eles, destacamos, inicialmente, uma característica bem presente no público da EJA, a necessidade em torno do trabalho, configurando-se como um dos principais motivos que levam os jovens a entrarem nas salas de aulas e delas saírem, culminando na evasão do curso.

Além disso, destacamos a total autonomia financeira do Governo Federal sobre o Projovem Urbano Maceió, Alagoas, o atraso nos repasses financeiros para os municípios e a falta de flexibilização – ou engessamento – da proposta curricular do curso.

Apontamos ainda para a forma de disponibilização do Programa nas escolas públicas, sem que este faça parte da cultura organizacional das instituições de ensino, acarretando muitas vezes o desinteresse dos gestores pela proposta, que não o enxergam como pertencente à escola, mas apenas como algo de natureza transitória.

Na próxima seção, abordaremos as juventudes – apresentando importantes considerações acerca dos principais conceitos e estigmas que envolvem o tema – o processo histórico e gradativo na busca da afirmação dos direitos dos jovens – permeando sobremaneira as juventudes na EJA – e a trajetória das políticas públicas direcionadas para esse público ou segmento.

3. JUVENTUDES

Nesta seção, trataremos das juventudes, discorrendo acerca dos principais conceitos e estigmas que nascem, permeando-as, as sociedades no decorrer da história. Outra abordagem se refere ao processo histórico e gradativo na busca da afirmação dos direitos dos jovens. A nossa escrita penetra sobremaneira as juventudes na EJA, bem como a trajetória das políticas públicas direcionadas para o público jovem.

Ressaltamos aqui a importância desses sujeitos sociais no processo de lutas em busca por autoafirmação. Para o desenvolvimento desta seção, buscamos subsídios em Spósito (2003; 2009), Carrano (2000; 2007), Moura (2000), Paiva (2004), Abramovay (2015) e Coimbra (2005), dentre outros.

3.1. Conceito de *juventude* no contexto das sociedades antigas e no da contemporânea

O princípio segundo o qual a definição que temos de juventude nos dias atuais foi construída historicamente entre os séculos XIX e XX implica dizer, segundo Lima e Freitas (2010), que, embora tenha sido pensada sob a luz da razão e sob o paradigma moderno e racional, ela traz consigo os vestígios das práticas sociais oficiais, estatais, liberais, burguesas e capitalistas do decorrer da história, configurando-se assim numa cultura estereotipada do ser jovem e, apesar dos esforços, de difícil desmistificação.

3.1.1 As juventudes e os modelos sociais preestabelecidos

Da Antiguidade à Era Medieval, a juventude entendida como fase preparatória da vida adulta, cabendo destacar a permanência dessa compreensão na atualidade, inclusive por parte de alguns autores contemporâneos que consideram o jovem a partir de uma perspectiva etária, em que pesem ressalvas bastante significativas, principalmente no que se refere aos aspectos relacionados à imagem do jovem como sujeito de direitos.

Na Grécia Antiga, observa-se a predominância do sentido de ordenamento, com a juventude identificada como um grupo portador de características singulares, capazes de causar um desvio da ordem social estabelecida, o que, no entendimento da sociedade na época, requeria uma atenção constante e imediata sobre os jovens, que, quando do

sexo masculino, eram treinados gradativamente para o exercício do serviço militar, prezando-se, sobretudo, durante toda a preparação do grupo, os cuidados com o corpo numa precaução excessiva com a saúde dos indivíduos. Esse ritual era denominado de “exercício útil do corpo” e o final dessa preparação se caracterizava como o início da fase adulta.

Portanto, observa-se que as juventudes da época retratam o padrão do sujeito em “estado de graça e valorizam o momento particular da vida do cidadão” (SCHNAPP, 1996, p. 35). Contudo, e sob a nossa ótica, compreende-se que os jovens eram moldados conforme as exigências da sociedade em questão, e de modo a dar-se sequência à manutenção do convívio considerado harmônico e pacífico entre os indivíduos, o que, naquele contexto, era alcançado pela vigência de um modelo ideal de cidadão.

Entendemos que essa visão acerca do papel do jovem e de sua formação correspondia, sobremaneira, aos anseios da sociedade da época que a levavam a os jovens ocupados na preparação para o trabalho, de modo que pudessem estar aptos, o quanto antes, para contribuir economicamente com o Estado. Isso, portanto, obrigava a manter-se a juventude afastada do ócio, da violência e de tudo o que a pudesse desviar do curso “natural” das coisas.

Na sociedade romana antiga, observa-se a caracterização da juventude tomando-se por referência as faixas etárias, em se tratando da divisão entre adolescentes e jovens, como também critérios definidores de papéis sociais.

Nesse sentido, inferimos que os títulos de destaque acabavam sendo direcionados de forma natural e inquestionável para o gênero masculino, e os títulos de servidão para o gênero feminino.

Compreende-se, a partir daí, que a referida divisão por papéis sociais advém, conforme nos atesta o pensamento de Cambi (1999), de um modelo de educação que, estabelecido para os jovens, tinha como cerne a família patriarcal. Segundo o autor,

a família cria os filhos, destina-os a um papel na sociedade, controla-os de modo autoritário, mas não os reveste de cuidados e de projetos, não os põe no centro da vida familiar, entrelaçando-os num tecido educativo minucioso e orgânico (como ocorrerá na família burguesa moderna) (CAMBI, 1999, p. 176).

Na Idade Média, a educação, explica-nos Ariès (2005), ocorria de forma coletiva de alunos e, apesar da divisão etária estabelecida como definidora do lugar social a ser ocupado pelo sujeito, indivíduos de diferentes idades circulavam durante as aulas, de

modo que se ministravam, indistintamente, os mesmos conteúdos a crianças, adolescentes e jovens, até porque inexistiam currículos prescritos.

Essa informação corrobora, portanto, a concepção de Cambi (1999) sobre a estruturação da educação no Medievo, quando não se priorizavam ainda aspectos que alicerçariam a construção da figura do sujeito socialmente atuante, diferentemente do que vemos na contemporaneidade.

Diante disso, Corti (2004) prossegue com as reflexões acerca da perspectiva da sociedade patriarcal do período, que desqualificava, sobremaneira, a imagem da mulher, que, não compreendida a partir dos pressupostos etários, não era considerada como pertencente ao grupo jovem, restando-lhe apenas a execução de papéis sociais secundários.

Desse modo, compreende-se que a mulher, independentemente da idade, por não ser associada à juventude, encontrava-se a serviço do homem, seja no desempenho das atividades do lar, como também fora do ambiente doméstico, na condição de submissa como filha, esposa ou mãe, além do que a figura feminina era constantemente associada a desvios e transgressões na sociedade, que, quando ocorriam, sofriam imediatamente sanções por parte do Estado.

Outro aspecto bastante pertinente que merece atenção na sociedade medieval é que ser jovem implicava, sobretudo, estar sob a constante supervisão e a inquestionável obediência ao adulto, vivenciando-se um processo previamente estabelecido e ordenado durante os anos intermediários correspondentes à infância e à vida adulta. Isso se dava como uma espécie de ritual de passagem para o convívio com os demais membros da sociedade.

Nesse sentido, diante das reflexões apresentadas em torno do que significava ser jovem nas sociedades antigas, no período que se estende da Antiguidade à Idade, observa-se ainda, segundo Pastoureau (1999, p. 259), que:

A juventude é mostrada como turbulenta, ruidosa, perigosa. Faz desordens, não respeita nada, transgride a ordem social e a ordem moral. [...] desprezam os valores estabelecidos e as pessoas idosas, [...] São insolentes e briguentos, creem em tudo, entregam-se às loucuras de todo tipo, gastam irrefletidamente, vivem na luxúria e no pecado. É preciso dar-lhes lições, cortar seu orgulho, orientar seus corpos para exercícios úteis, ensinar-lhes a desprezar a vida e, sobretudo, casá-los jovens para evitar a fornicação e o adultério.

Diante do exposto, compreende-se que a juventude é vista apenas a partir de uma perspectiva que destaca nos indivíduos os aspectos negativos que, encarados como

“próprios da idade”, devem, por essa razão, serem erradicados, moldando-se os jovens conforme o padrão social convencionado.

Enfim, trata-se de uma fase da vida, para cujos desvios se deve impor, conforme a perspectiva da sociedade da época e como o único caminho possível para a manutenção da ordem social determinada, a devida correção, seja por meio da pregação religiosa – com seus discursos eloquentes, moldados por uma visão doutrinária arraigada na concepção de pecado –, seja pela força física policial, empregada contra aqueles que eram vistos como desobedientes.

Diante do exposto e de acordo com as nossas análises, esse conceito perdurará até o final da Idade Média.

Adentrando no conceito de juventude sob as perspectivas moderna e contemporânea, compreende-se que o homem, guiado pelo novo paradigma social do período, com o advento da Modernidade, passa a requerer em seu discurso uma educação racional, direcionada para a formação integral do indivíduo, que – cabe ressaltar – passaria a ser visto como apto e ativo na sociedade, livre dos antigos preceitos religiosos estipulados como regra para cada ocasião.

É também na Modernidade que surgem o capitalismo e novas e importantes instituições sociais de atenção e de cuidado para com os indivíduos, como, por exemplo, as escolas, os hospitais, os asilos, o universo do trabalho, entre outros. Porém, assim como na Idade Média, a preocupação apresentada neste período não consegue ultrapassar de forma significativa o entendimento de juventude para além do viés estabelecido como conduta social a ser mantida, principalmente no que se refere às normas e às regras, entendidas como partes da moral necessárias para a convivência, já referenciada como pacífica e harmoniosa entre as pessoas, pois, apesar da filosofia impregnada de ideais de liberdade em direção ao alcance do protagonismo dos indivíduos, a ideologia não consegue efetivar-se como prática social, visto que a figura do Estado ainda se configurava fortemente como instituição centralizadora, mantenedora da ordem e da disciplina.

Nesse sentido, cabe salientar ainda que, mesmo sendo a escola e a família “idealizada” as instituições consideradas como fundamentais e diretamente responsáveis pela formação integral dos indivíduos, compreendendo uma educação com garantias para o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões – intelectual, física, emocional e cultural –, tais instituições sociais, no cunho da ação, mantêm os seus esforços voltados, principalmente, para a infância e a adolescência.

No que se refere ao discurso como transformação social, observa-se que o jovem, apesar de começar a ser visto como sujeito ativo no processo de construção do seu próprio conhecimento, devendo estar convicto do seu papel e responsabilidade sociais, continua sendo julgado como um grande problema para a sociedade, necessitando ainda de monitoramento e das devidas correções de possíveis desvios.

Diante disso, compreendemos dever-se isso aos conceitos retrógrados que se sobrepunham a uma recente definição de juventude que já se moldava para a contemporaneidade, porém não chegando, de fato, a se concretizar durante a fase histórica que corresponde à Modernidade.

Em face do que foi apresentado, depreendemos ser possível constatar que, na fase contemporânea, ocorre a possibilidade de um novo olhar para a juventude, a partir de uma compreensão plural e heterogênea de sujeito.

Para Carrano (2014), o jovem se torna capaz de refletir e de se ver como um indivíduo que participa de forma ativa da sociedade, que recebe e exerce influências, o que faz esse momento da juventude constituir-se, por excelência, como apropriado para o exercício da inserção social.

Observa-se ainda que esse novo conceito de jovem, explorado por Carrano (2014), aponta a juventude como um período crucial para que o sujeito se desenvolva plenamente como adulto e cidadão, sendo necessários, para isso, tempos, espaços e relações de qualidade que possibilitem a cada indivíduo experimentar e desenvolver as próprias potencialidades de maneira universal.

Diante do exposto, concluímos que o novo discurso acerca do que significa ser jovem no mundo contemporâneo promove, de fato, um rompimento de paradigma no que se refere ao modo como a juventude era encarada nas sociedades mais antigas, ou seja, como (in)compreendida em um contexto de homogeneidade, entendida como uma fase da própria vida e, por conseguinte, detentora de uma aparente unidade, na qual predominava a procura de aspectos uniformes que faziam parte de uma cultura juvenil específica sem que houvesse o reconhecimento da juventude em sua esfera múltipla.

3.1.2 Ser jovem face à contemporaneidade

A partir das análises iniciais desenvolvidas em nosso estudo acerca das percepções de juventude nas sociedades em diferentes períodos da história, é possível

verificar que na contemporaneidade se fixam os novos conceitos ensaiados na Modernidade, surgindo relevantes reflexões sobre os sujeitos jovens.

Contudo, Dayrell (2010) nos alerta que, ainda na contemporaneidade, ocorrem associações relacionadas à juventude como fase transitória da vida, relacionando o jovem a um 'vir a ser', possível apenas com o alcance de um certo patamar etário, significando assim a negação das experiências de vida no presente ou mesmo correlacionando-a a um período caótico e referto de conflitos, de intensa e desordenada liberdade, incluindo-se o consumismo, a irresponsabilidade, a rebeldia, o prazer pelo proibido e, por conseguinte, o distanciamento da família.

Diante do contexto denunciado por Dayrell (2010), observa-se que a juventude, sob alguns aspectos arraigados, ainda pode ser vista sob um prisma de negatividade. Portanto, por meio de uma autocrítica como pesquisadores, compreendemos a necessária cautela ao analisar os jovens da nossa pesquisa **“Um estudo sobre o Projovem Urbano no município de Maceió, Alagoas: sob a perspectiva dos sujeitos-alunos partícipes do curso”**, buscando compreendê-los como sujeitos sociais que, segundo o autor, constroem um determinado modo de ser jovem, baseado em seu cotidiano, ou seja, por meio de experiências individuais e coletivas.

Nesse sentido, compreendemos “sujeito social” a partir da definição de Dayrell (2003), que o retrata como ser singular, que tem uma história, que interpreta o mundo e lhe dá sentido, assim como dá sentido à posição que ocupa nele, às relações que estabelece reciprocamente com os outros, à sua própria história e à sua singularidade.

Diante disso, compreende-se ainda, a partir do referido do autor, que o sujeito é um ser ativo que age no mundo e sobre ele, que nessa ação se produz e, ao mesmo tempo, é produzido no conjunto das relações sociais no qual está inserido.

Desse modo, pontuamos ainda que os autores relacionam a noção de sujeito às características que definem a própria condição antropológica que constitui o ser humano, ou seja, o ser que é igual a todos como espécie, igual a alguns – como parte de um determinado grupo social do qual é componente – e diferente de todos – como um ser singular.

De acordo com essa perspectiva, compreende-se que o ser humano não é um dado, mas uma construção. Assim, a condição humana é vista como um processo, um constante tornar-se por si mesmo, no qual o ser se constitui como sujeito à medida que se constitui como humano, com o desenvolvimento das potencialidades que o caracterizam como espécie.

Complementamos o pensamento de Dayrell (2003), valendo-nos da análise de Coimbra (2005), que conceitua o jovem da contemporaneidade, identificando-o como um ser constituído e atravessado por fluxos, devires, multiplicidades e diferenças. Ainda conforme essa concepção, pode-se compreender que as características da juventude são exatamente as indefinições que cada sujeito vivencia.

Diante das análises apresentadas, percebe-se que a juventude é uma construção social, logo variável segundo a sociedade contemporânea, deixando de ser encarada simplesmente como um processo natural, pois, conforme Dayrell (2003), não corresponde apenas a um ciclo biológico, a idades e a estados fisiológicos. Portanto, entende-se que a juventude, na contemporaneidade, é sinônimo de valoração de sujeitos concretos e reais, de culturas, de modos de ser jovem e de leituras sobre multiplicidades.

Face aos argumentos apresentados, alcançamos a compreensão de que todos os seres humanos são sujeitos. Embora Dayrell (2003) nos alerte sobre a existência de várias maneiras de alguém se constituir como sujeito social, uma delas se refere aos contextos de desumanização, nos quais o ser humano é “proibido de ser”, privado de desenvolver as suas potencialidades, de viver plenamente a sua condição humana: “Não é que eles não se construam como sujeitos, ou o sejam pela metade, mas sim que eles se constroem como tais na especificidade dos recursos de que dispõem” (DAYRELL, 2003, p. 3).

Diante do exposto, reforçamos que é considerando, sobremaneira, esse atual contexto de exclusão social que caminharemos com o nosso estudo, buscando compreender, por meio da análise das falas dos sujeitos entrevistados, os mecanismos de que tais indivíduos se utilizam para a superação dos constantes desafios que lhe permeiam de modo profundo as vidas, principalmente no que diz respeito ao estudo e ao mundo do trabalho.

Dando continuidade à compreensão acerca de sujeito, buscamos subsídios também em Foucault (2008), que nos revela que o sujeito é um ser histórico, mas produzido na sua própria história e pela história que o permeia, através do que denominou de uma “história da verdade.” Para o autor, o sujeito se constitui pelos “jogos de verdade”⁴⁰, encontrando-se assujeitado e, ao mesmo tempo, com certa margem de liberdade, podendo romper com tal assujeitamento.

⁴⁰ Por “jogos de verdade” entende-se um conjunto de regras de produção da verdade e de mudanças das regras que produzem tal verdade. São chamados de “jogos de verdade”, por serem um conjunto de

Diante do exposto, constata-se que muitos são os embates para que os jovens superem situações de descrédito perante a sociedade, em detrimento de um histórico de estigmatização e frente aos novos papéis sociais, dispostos para que eles prontamente os assumam, principalmente diante das desigualdades sociais que se configuram como o principal fator de exclusão social.

Em face do contexto, podemos compreender grande contraditoriedade, no que diz respeito a uma sociedade capitalista que impõe às juventudes a sua inserção no mercado de trabalho de maneira cada vez mais precoce, ao passo que não lhes garante oportunidades de formação educacional, de capacitação profissional continuada e de postos de empregabilidade em uma mesma medida, sem restrições ou ressalvas.

Diante disso, vale ressaltar ainda que, se, por um lado, esses aspectos conceituam as juventudes, por outro eles não permitem homogeneizá-las, já que, como afirmamos anteriormente, tudo deve ser analisado, considerando não apenas um contexto social e um momento histórico, mas todas as especificidades que perpassam a vida dos sujeitos sociais. É sob essa perspectiva que ressaltamos o direcionamento do nosso estudo.

3.1.3 Juventudes e direitos sociais instituídos por lei

Precedendo o estudo acerca dos direitos sociais instituídos em prol da juventude, torna-se bastante pertinente fazer menção à Declaração Universal dos Direitos do Homem⁴¹, de 1948, ao afirmar em seu artigo 1º que "Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos". O documento anuncia os direitos fundamentais de todos os indivíduos e estabelece o paradigma de um modelo de sociedade justa e igualitária, que, de acordo com a escrita apresentada, até o momento ainda não conseguimos atingir.

Partindo desse princípio, cabe ressaltar que os direitos que têm como base preceitos de dignidade e igualdade humana são conquistas de movimentos sociais reivindicatórios e revolucionários ao longo dos séculos, sendo reconhecidos internacionalmente em documentos como a Declaração Universal dos Direitos do

procedimentos pelos quais a verdade é instituída e desinstituída pelos sujeitos por meio de práticas (FOUCAULT, apud Murad, 2010, p. 1).

⁴¹ Resolução 217 AIII em 10 de dezembro de 1948, cujos trinta artigos estão disponíveis para consulta na página eletrônica da UNICEF, sigla para Fundo das Nações Unidas para a Infância – em inglês: "United Nations Children's Fund".

Homem e do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1966, em decretos e tratados internacionais, como também pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988⁴².

Nesse sentido, observa-se que a caminhada na direção do reconhecimento dos direitos sociais⁴³ (direito à dignidade humana, direito à educação básica e de qualidade, direito à saúde, direito à alimentação, direito ao trabalho, direito à moradia, direito ao lazer, direito à segurança, direito à seguridade social, direito de proteção à maternidade e infância e direito à assistência social) tem sido marcada historicamente por um processo de avanços gradativos e bastante significativos, porém permeados por retrocessos e pela necessidade de atenção permanente.

Como “retrocessos” consideramos toda falta de desvelo do Estado para com as juventudes, que se configura não apenas com o fim dos programas sociais direcionados à população jovem que oportunizam o acesso desta à formação básica educacional, às universidades e instituições federais públicas de ensino, a inserção no mercado de trabalho, aos concursos públicos, entre outros, mas o corte em relação aos investimentos que, voltados, principalmente, para as áreas da educação e saúde, comprometem de forma abrupta os direitos sociais duramente conquistados.

Por sua vez, destacamos aqui, os avanços trazidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)⁴⁴, de 1990, e pelo Estatuto da Juventude⁴⁵, de 2013. Pontuamos que, apesar da relativa distância entre as datas de promulgação desses documentos, ambos preveem a garantia de direitos, como a criação e implementação de políticas públicas governamentais que, sob a nossa ótica, devem ser pensadas de forma integral e intersetorial para os respectivos grupos.

Sobre este ponto, salientamos ainda que somente a decretação da lei em si não garante a efetividade de direitos, pois se entende que, para que isso seja possível, outros

⁴² A Constituição de 1988 trouxe avanços para o reconhecimento e garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, regulando e impondo limitações imprescindíveis ao trabalho infanto-juvenil, proibindo “o trabalho noturno, insalubre e/ou perigoso antes dos dezoito anos e qualquer trabalho a menores de dezesesseis anos, salvo na condição de menor aprendiz a partir dos quatorze anos de idade” (Constituição Federal, Art. 7.º, parágrafo XXXIII).

⁴³ Direitos Sociais são direitos fundamentais do homem, caracterizando-se como verdadeiras liberdades positivas, de observância obrigatória em um Estado Social de Direito, tendo por finalidade a melhoria das condições de vida aos hipossuficientes, visando à concretização da igualdade social, e são consagrados como fundamentos do Estado democrático, pelo art. 1.º, IV, da Constituição Federal (Moraes, 2002, p. 202).

⁴⁴ Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível na íntegra no endereço eletrônico da Presidência da República: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/18069.html.

⁴⁵ Lei n.º 12.852, de 5 de agosto de 2013. Disponível na íntegra no endereço eletrônico da Presidência da República: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.html.

passos – fundamentalmente necessários – dependem da mobilização conjunta entre sociedade e Estado.

Diante dessa afirmativa, observamos que, ao longo do tempo, diferentes grupos sociais, como os escravizados, as crianças e os adolescentes⁴⁶, a classe trabalhadora, as mulheres, os povos afrodescendentes, os intelectuais, os homossexuais, os indígenas, as pessoas com deficiência, os idosos, os jovens, os desprovidos de terras, entre outros grupos vulneráveis, lutam de forma incessante pela afirmação de suas especificidades, pela efetivação dos seus direitos e pelo respeito à sua dignidade humana.

Segundo Novaes (2014), as questões dos jovens revelavam de maneira contundente as mudanças e continuidades de processos sociais em curso: “Na juventude se fazem visíveis os impasses e as vulnerabilidades sociais, mas também as potencialidades criativas de cada tempo” (NOVAES, 2014, p. 1)⁴⁷.

Diante disso, observa-se o fato de não mais se singularizar o jovem como parte de uma geração ou de um determinado período histórico, mas de dar maior relevância às suas peculiaridades no que diz respeito, por exemplo, à escolarização, à inserção no mercado de trabalho, à região e à comunidade em que vive, às condições de vida a que está submetido cotidianamente, aos grupos e subgrupos sociais aos quais pertence, à conjugalidade, caso haja, à parentalidade, aos seus anseios e necessidades.

Frente a esse novo discurso, constatamos que é necessário compreender a juventude de forma sistêmica, de modo a investigar acerca do papel social que esses sujeitos ocupam e quais as responsabilidades que porventura já assumem no seio familiar, quando se considera a condição de provedores como “chefes” de família ou como filhos morando na casa dos pais, dentre outros questionamentos que, em hipótese alguma, devem ser desconsiderados. Sendo assim, destacamos que:

A vulnerabilidade está em todos e em cada um de nós, da mesma forma como estão outras características próprias do ser humano, como a consciência e a capacidade de amar; a empatia e a vontade de sobrevivência. Não há pessoa que possa ser considerada invulnerável. Assim, todos os seres humanos são vulneráveis porque tal característica é intrínseca à natureza mortal, embora a vulnerabilidade não deva ser abordada de uma forma negativa, já que fala da

⁴⁶ De acordo com o **Manual dos direitos humanos dos grupos vulneráveis**, “A idade faz de crianças e adolescentes um grupo particularmente vulnerável, devido à sua invisibilidade jurídica e elevado grau de dependência. A incapacidade física, sensorial, mental e intelectual, ou dito de outra forma, as capacidades diferentes, impõem barreiras de acesso ao pleno exercício de alguns dos direitos básicos, como o trabalho ou a educação”. (RedDerechos y Educación Superior: direitos humanos e grupos vulneráveis – Manual. p. 14, Barcelona, 2014).

⁴⁷ Em entrevista concedida ao Participatório em Rede. Referente ao encontro de pesquisadores e pesquisadoras de Políticas de juventude. Disponível em: <revistasnj.ibict.br/ojs_snj/index.php/snj/article/view/10/35>. Acesso em: 20 jan. 2107.

nossa capacidade de reagir, resistir e recuperar de uma ferida, de uma violação física ou moral. (RedDerechos y Educación Superior: direitos humanos e grupos vulneráveis, p. 13, Barcelona, 2014).

De acordo com a afirmativa apresentada, que reforça de modo subjetivo a participação pública e manifestação política quanto à necessidade de mobilização coletiva no combate às injustiças sociais, destacamos, dentre os grupos vulneráveis já mencionados, os jovens, por estarem entre os de reconhecimento social mais tardio.

3.4 Juventude, divisão etária e multiplicidade

Levando-se em consideração todos os pontos acerca da juventude que, abordados neste estudo, prezam pela análise do sujeito sob uma perspectiva contextualizada, que enfoca e valoriza os aspectos múltiplos da juventude, entende-se que o contrário disso estaria na concepção do ser jovem sob o ponto de vista da etarização, que sobrevaloriza a idade como característica essencial, definidora, redutora, e, portanto, excludente e unidimensional da juventude.

Contudo, deparamos em nosso cotidiano com definições voltadas para a juventude ainda sob uma concepção de etarização do indivíduo justificada como forma de organização e atenção direcionada para cada fase da vida humana.

Nesse sentido, segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (OPS) e a Organização Mundial da Saúde (OMS), a juventude é uma categoria sociológica que representa um momento de preparação de sujeitos – jovens – para assumirem o papel de adulto na sociedade e abrange o período dos 15 aos 24 anos de idade.

No Brasil, a atual Política Nacional de Juventude (PNJ), implementada em 2005, estabelece que a população oficialmente reconhecida como jovem é aquela situada na faixa etária entre 15 e 29 anos. Nesse sentido, frisamos que é para essa faixa etária que se destinam as políticas públicas educacionais e de profissionalização na figura dos programas de governo, como é o caso do Programa de Inclusão de Jovens – Projovem.

Nesse sentido, salientamos que, para a PNJ, cabe ainda a divisão etária em três grupos: jovens da faixa etária de 15 a 17 anos – denominados jovens-adolescentes –, jovens de 18 a 24 anos – tidos como jovens-jovens – e jovens da faixa etária dos 25 aos 29 anos – entendidos como jovens-adultos.

Diante dos dados expostos, vale ressaltar que, considerando essa divisão, pode-se perceber que o primeiro grupo, correspondente aos jovens-adolescentes, já está

incluído na atual política da criança e do adolescente representada pelo ECA, mas não os outros dois grupos.

Nesse sentido, é importante destacar que, mesmo atendendo apenas a uma parcela da população jovem, ou seja, aos adolescentes, a juventude, com a criação do referido estatuto, passou a ter maior visibilidade e atenção por parte das políticas públicas governamentais a partir da promulgação desse diploma normativo, em 1990.

Ainda com base na análise do exposto, compreende-se que, embora as denominações em torno da divisão etária em partes nos auxiliem no sentido da obtenção de uma visão global acerca da juventude, reafirmamos o sentido da não uniformização do grupo.

Considerando a complexidade de conceituar a categoria “jovem”, também enfatizamos no nosso trabalho que o sentido do termo “juventudes”, no plural, dá-se em vista de buscarmos evidenciar-lhe o caráter múltiplo.

Buscando subsídios em Abramovay (2015), constatamos que a autora pontua quanto o conceito de juventude vem sendo tema de discussão frequente em diversas áreas do conhecimento, especialmente no campo das ciências sociais que discordam totalmente quanto ao uso da idade como único referencial, pois entendem como necessária a compreensão acerca das situações sociais e culturais que perpassam a vida dos jovens.

Conforme Abramovay (2015), são observadas, nos últimos anos, movimentações literárias importantes no que se refere às juventudes. Comprovamos esse fato na fase de levantamentos bibliográficos da nossa pesquisa⁴⁸, principalmente no âmbito acadêmico, com a oportunidade de reflexões e discussões sobre as diferentes abordagens e perspectivas em torno do que é ser jovem no século XXI, para que assim pudéssemos alcançar um entendimento de maneira ampla.

Contudo, observa-se que o tema “juventude” tem-se apresentado como uma questão emergente no cenário nacional. Diante deste estado de emergência social, faz-se necessária uma urgente mobilização no que se refere aos investimentos de cunho econômico, educacional, cultural, político e social, que considerem a realidade dos jovens, a sua diversidade, resultante das determinações sociais, e que se seja capaz de efetivar uma política pública de juventude de abrangência nacional e de caráter

⁴⁸ Ver Apêndice, p. 112.

emancipatório, ações essas que, na atual conjuntura, não estão sendo desenvolvidas com a amplitude necessária.

3.4.1 Políticas Públicas Direcionadas à Juventude

De acordo com Carrano (2003), nos últimos dez anos se constata no Brasil uma especial atenção voltada para as políticas públicas de juventude, cabendo ressaltar que, antes desse período, as ações governamentais específicas para esse grupo social eram praticamente inexistentes.

Com efeito, o entendimento de jovem como sujeito de direitos é algo ainda bastante recente, mesmo em meio à contemporaneidade, pois, como pudemos observar anteriormente, o olhar mais próximo para a juventude era, até pouco tempo atrás, direcionado para as crianças e para os adolescentes.

Nesse sentido, compreende-se que as políticas públicas direcionadas à juventude necessitam, incontestavelmente, cada vez mais do imediatismo governamental no que se refere ao caráter da ação, de modo a suprir a carência de atenção para com os jovens, não destinada, por muitos anos, para esse grupo, especificamente.

Diante disso, partindo de uma concepção ampliada acerca das preocupações em torno da juventude, no que se refere às políticas públicas, observam-se movimentações importantes a partir de 1985, quando “Alguns setores da sociedade brasileira têm se voltado para a discussão da situação dos adolescentes e dos jovens” (CARRANO; SPOSITO, 2003, p. 19), até porque esse foi o marco instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o “Ano Internacional da Juventude: Participação, Desenvolvimento e Paz”, impulsionando discussões e inserindo de fato o tema “juventude” na agenda internacional.

Com isso, reforçando a discussão em torno das políticas públicas, vale salientar que, na década de 90, como consequência de um aumento demográfico em escala mundial, bastante significativo, da população jovem no período, surge, de forma mais evidente, uma preocupação em torno desse público, inclusive com a criação do Ministério Extraordinário da Juventude⁴⁹ em atenção aos jovens.

⁴⁹ Na década de 90, ocorre a criação do Ministério Extraordinário da Juventude, que ficou conhecido como o “ministério de um homem só”. Nessa época também acontece um movimento de pulverização dos organismos estaduais e municipais de juventude. (**Estatuto da Juventude: o jovem como sujeito de direitos!** Disponível em: <http://pagina22.com.br/2013/08/12/estatuto-da-juventude-o-jovem-como-sujeito-de-direitos/> Acesso em 20 jul. 2018.

Nesse sentido, valemo-nos do pensamento de Aquino (2009, p. 26), segundo o qual começa a se delinear, a partir das referidas movimentações, uma nova perspectiva em torno da juventude, em que perde força a conotação problemática do ser jovem, percepção que buscamos demarcar nos tópicos anteriores do nosso estudo, ganhando, assim, relevo um enfoque completamente inovador, para o qual, sob o olhar do autor, o jovem “torna-se ator estratégico do desenvolvimento”.

Em um contexto em que a juventude surge de forma múltipla como questão social relevante – seja pelos problemas que vivencia, seja pelas potencialidades de realizações futuras, seja ainda pelo que há de genuinamente rico neste momento do ciclo da vida –, cabe pensar os desafios que se apresentam para a sociedade brasileira em termos de atenção aos jovens (AQUINO, 2009, p. 26).

Diante disso, cabe salientar que esse novo contexto revelado pelo autor foi construído principalmente pela sociedade civil, notando-se, após a criação da SNJ, em 2005, a continuação ativa do agir pela causa.

Cabe ressaltar ainda terem sido os próprios jovens que geraram nos governantes a necessidade de se garantirem direitos efetivos, por meio de suas genuínas reivindicações.

Ressaltamos também que esse enfrentamento público apresenta características permanentes, o que enseja a necessidade da conscientização constante de toda a população, principalmente das camadas mais populares, na busca pelo cumprimento de seus direitos, o que, a nosso ver, acaba-se configurando como um dos grandes desafios sociais mencionados por Aquino (2009), que é o de dar fôlego aos movimentos juvenis à luz da contemporaneidade, de modo a mantê-los sempre ativos e vivos para o alcance de seus ideais.

Outro ponto bastante pertinente que faz menção às conquistas relacionadas aos jovens no decorrer dos anos está na própria incorporação da palavra “juventude” à Constituição Federal Brasileira de 1988. O fato acontece em 2010 por meio da Emenda Constitucional n.º 65⁵⁰, que alarga caminhos para o grande passo dado com a criação do Estatuto da Juventude, alterando assim a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modificando o seu art. 227, para cuidar dos interesses da juventude, dando-lhes mais visibilidade.

⁵⁰ Emenda Constitucional n.º 65, de julho de 2010. Disponível na íntegra no endereço: <http://legis.senado.leg.br/diarios/BuscaPaginasDiario?codDiario=1186&seqPaginaInicial=7&seqPaginaFinal=7>. Acesso em 17 jul. 2018.

O referido Estatuto da Juventude, que dispõe sobre os direitos dos jovens, afirma os princípios e as diretrizes das políticas públicas de juventude e cria o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE), compreendido como um grande salto para toda uma geração de jovens que necessitam de políticas públicas claras, consensuais e, principalmente, da garantia de seus direitos. Segundo o órgão, apenas desse modo é possível colaborar com a construção de um novo Brasil, mais justo e sustentável.

E, um dos principais desafios para alcançar o pleno reconhecimento dos direitos dessa população reside no fato de que, “no âmbito da juventude, existem várias juventudes, ou seja, é preciso considerar a existência de uma diversidade de identidades juvenis, de forma que, para afirmar os direitos dos e das jovens faz-se necessário articular a busca pela igualdade individual de condições com a valorização da diferença (BRASIL, 2006, p. 6).

Com isso, compreendendo a juventude como uma fase profusa da vida, conforme acentua o texto, destacam-se ainda as necessidades provenientes da pobreza, dos processos de exclusão social e/ou vulnerabilidades sociais intimamente atrelados às necessidades inerentes ao desenvolvimento dos jovens, o que exige ações mais concretas e contundentes por parte do Estado, perpassando as necessidades de transferência de renda e de bens materiais para intervenções que, a nosso ver, vão além disso.

Diante disso, entende-se como extremamente necessário o reconhecimento dos direitos dos jovens, com a finalidade de “associar serviços e benefícios que permitam a prevenção de riscos e que contribuam para o reforço da autoestima dos jovens, para o desenvolvimento de sua autonomia e para a capacidade de sobrevivência futura” (BRASIL, 2009, p. 6), proporcionando, desse modo, condições para que os jovens consigam desenvolver e desempenhar absolutamente as suas competências e habilidades na sociedade, conforme preconizam os documentos oficiais (Constituição Federal da República do Brasil, Estatuto da Juventude e Plano Nacional da Juventude)⁵¹ que regem e, sobretudo, fundamentam o Projovem Urbano.

Isto posto, verifica-se que o Estatuto da Juventude prima, sobretudo, pelos seguintes conceitos: 1) promoção da autonomia e emancipação dos jovens, 2) valorização da participação social e política, reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares, 3) promoção do bem-estar e do

⁵¹ Constituição Federal da República do Brasil de 1988. Estatuto da Juventude. Plano Nacional de Juventude. Disponíveis em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.html. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc65.html#art2

desenvolvimento integral do jovem, respeitando-lhe a identidade e a diversidade individual e coletiva, 4) promoção da vida segura, da solidariedade, da valorização do diálogo, entre outras concepções.

A Lei n.º 12.852/2013 (Seção I, art. 2º) institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o SINAJUVE.

O jovem tem direito à educação de qualidade, com a garantia de educação básica, obrigatória e gratuita, inclusive para os que a ela não tiveram acesso na idade adequada (Título I, Capítulo II, Seção II, Art. 7º).

O jovem tem direito à profissionalização, ao trabalho e à renda, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, adequadamente remunerado e com proteção social. (Título I, Capítulo II, Seção III, Art. 14).

Por meio da análise dos fragmentos apresentados acerca do Estatuto da Juventude que abordam sobre educação, trabalho e renda, legitima-se a extrema necessidade e importância do documento, embora se compreenda que todas as políticas públicas educacionais e de profissionalização postas no século XXI e direcionadas à população jovem surgem como forma de se repararem as consequências danosas dos processos de exclusão social do indivíduo.

Conforme afirma Hofling (2001), as ações e estratégias sociais governamentais incidem essencialmente em políticas compensatórias, em programas focalizados, voltados àqueles que, em função de sua capacidade e escolhas individuais, não usufruem do progresso social.

Diante do exposto, Mello (2004) contribui afirmando que, embora uma política focalizada *garanta* (grifo nosso) o acesso universal dos indivíduos, a política é desenhada para atingir a camada populacional menos favorecida.

Nesse sentido, Hofling (2001) corrobora o pensamento de Mello (2004), enfatizando que “tais ações não têm o poder – e frequentemente não se propõem a – alterar as relações estabelecidas na sociedade” (HÖFLING, 2001, p. 39).

Com isso, observa-se que este fato fica cada vez mais evidente quando refletimos acerca dos programas acelerados e descontinuados de educação básica e de profissionalização, características bem presentes nas políticas públicas de governo que se configuram como projetos e programas governamentais, como é o caso do Projovem Urbano Maceió, Alagoas, como política focal, embora saibamos que, de fato, todas as ações governamentais devam proporcionar o progresso social, sem distinção de classes,

contribuindo para a formação plena do cidadão e, conseqüentemente, para o desenvolvimento do país.

De acordo com essa perspectiva, *formação plena e/ou integral do jovem* é aquela capaz de proporcionar aos sujeitos uma participação ativa e eficiente em um processo contínuo que lhes corresponde ao próprio desenvolvimento e que de tal modo contempla a construção do conhecimento, que esses indivíduos podem atuar socialmente de forma decisiva, contribuindo assim para o crescimento sustentável do país. Em outras palavras, referimo-nos à pedagogia em seu sentido mais amplo, tal como deve ser, na qual é oportunizada aos cidadãos uma educação que lhe possibilita a consciência política, a participação econômica, a responsabilidade social e a produção cultural, requerendo, nesse sentido, a ampliação e continuidade de todas as ações governamentais desenvolvidas em benefício da população jovem.

Ainda no âmbito educacional, o documento⁵² enfatiza que as principais demandas dos jovens podem ser atendidas com a ampliação do acesso à escola de qualidade, com a permanência nela, com a eliminação do analfabetismo juvenil e com o acesso à universidade, incluindo-se aí a preparação para o mundo do trabalho, com a criação de meios para a geração de emprego e renda, bem como com a democratização do acesso ao esporte, ao lazer, à cultura e à tecnologia, em vista da promoção dos direitos humanos e das políticas afirmativas da juventude.

Diante do exposto, observamos a existência de um grande impedimento no que concerne às demandas apresentadas, qual seja, o de pensar na relação entre juventude, educação e políticas públicas em um mundo permeado por acelerados processos de transformações e mudanças, inclusive, sobretudo, no que se refere às prioridades sociais que ora dá primazia às questões relacionadas às juventudes e, logo na sequência, estabelece com certo grau de importância a outras questões “sociais”.

Compreende-se que isto, na maioria das vezes, acontece sem uma justa medida, principalmente no que tange à consideração de que todas as reivindicações sociais surgem das desigualdades e, portanto, necessitam de igualitária atenção, sem que uma necessidade seja sobreposta a outra.

Nesse sentido, cabe destacar também que isso raramente acontece, pois o que costumamos constatar com frequência são as demandas das minorias sendo atendidas pelos governos com a máxima presteza e sem grandes questionamentos. Com isso,

⁵² Estatuto da Juventude. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.html.

compreende-se que é preciso realmente instituir e, principalmente, efetivar os direitos da juventude com políticas públicas construídas e articuladas junto à sociedade.

3.4.2 Projovem Urbano e a Educação de Jovens e Adultos – EJA

No contexto dessa discussão sobre a instituição de políticas públicas para a juventude, destaca-se o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem, de cuja análise passaremos a tratar, considerando-o como um programa unificado que, visando manter e ampliar o atendimento aos jovens excluídos da escola e da formação profissional, tem como público alvo os jovens com faixa etária de 18 a 29 anos que vivem em situação de vulnerabilidade social, impedidos pela falta de oportunidade – leia-se: negação dos direitos – de progredirem educacional e profissionalmente.

O Projovem tem como objetivo a elevação da escolaridade dos jovens no desenvolvimento de um currículo em um período exato de 18 meses, estipulando-se para os sujeitos as seguintes condições de acesso: que saibam ler e escrever, sem, todavia, haverem concluído o Ensino Fundamental.

Diante disso, observa-se ainda o fato de que a conclusão dessa etapa se dará por meio da modalidade da EJA integrada à qualificação profissional e ao desenvolvimento de ações comunitárias com exercício da cidadania na forma de curso, conforme previsto no art. 81 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que define:

em seu artigo 37, que a Educação de Jovens e Adultos é destinada àqueles que não tiveram acesso à continuidade de estudos no Ensino Fundamental e no Ensino Médio na idade própria, oferecendo-lhes oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses e condições de vida e de trabalho (BRASIL, 2008, p. 9);

no seu artigo 1º, § 2º, que a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social. Essa educação escolar tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (artigo 2º), e apresenta como um de seus princípios a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais (artigo 3º, inciso XI) (BRASIL, 2008, p. 9).

Conforme exposto no texto da Lei e ainda de acordo com a devida análise desse diploma legal, compreende-se que a EJA, articulada com a Educação Profissional ofertada à juventude, configura-se como a espinha dorsal do Projovem Urbano, dando-se a inclusão social pela elevação dos níveis de escolaridade dos jovens, pela qualificação para o trabalho de caráter inicial e pela participação cidadã por ela ofertada.

Com isso, cabe ressaltar, com base exclusivamente na experiência do Programa desenvolvido no Município de Maceió, Alagoas, no período de 2015 a 2016, a seguinte contradição: ao mesmo tempo em que compreendemos a importância da EJA e o seu caráter fundante para o processo educacional proporcionado à juventude do Projovem Urbano, comprovamos a resistência da gestão local a esse entendimento, efetivando-se um desenvolvimento desarticulado desta modalidade de ensino. Outro impasse cuidadosamente observado e comentado na primeira seção deste estudo em relação à efetivação da proposta do Programa está na forma como o Projovem Urbano é posto nas escolas municipais de educação básica da cidade de Maceió.

Nesse sentido, nota-se que o Programa vagueia pelas escolas durante o período em que é operacionalizado, não contando muitas vezes com o apoio da gestão escolar e até mesmo sendo visto como uma ameaça à instituição, temerosa da perda do alunado para o referido Programa.

Contudo, faz-se necessária a devida sensibilização dos membros da gestão do curso, para fortalecer ainda mais, na figura do Projovem Urbano Maceió, a política pública governamental, com o engajamento necessário dos demais órgãos e setores educacionais, conduzindo os gestores das escolas de educação básica, pública e gratuita para uma apreensão congruente do significado do Programa e da sua devida importância para as juventudes e para o consequente desenvolvimento do Estado de Alagoas.

3.4.3 Sujeitos da Educação de Jovens e Adultos e Projovem Urbano

De acordo com os pontos observados anteriormente, que compreendem como fundamental o desenvolvimento do Programa dentro da perspectiva da EJA, assim como lhe preconizam a proposta pedagógica de metodologia interdisciplinar, faz-se necessário o conhecimento acerca das juventudes que permeiam o Projovem Urbano.

Nesse sentido, compreende-se que sujeitos da EJA são aquelas pessoas que, em algum momento na vida, não tiveram a oportunidade de acesso à escola ou não terminaram os estudos por razões de ordem histórica e social – em outras palavras, tais sujeitos foram alienados de seus direitos.

A modalidade EJA é definida pelo artigo 37 da LDBN, Lei n.º 9.394/96, como aquela que “será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e médio na **idade própria**” (BRASIL, 1996, p. 13, grifo nosso).

Nesse sentido, cabe ressaltar que compreendemos a EJA no sentido enfocado por Paiva (2004), ou seja, como um processo de escolarização que assegura o direito à educação básica a todos os sujeitos, sem recorte de idade, e, por ser um direito humano, não como educação compensatória, e também como educação continuada no contexto de se aprender por toda a vida, independente da educação formal, incluindo-se e ressaltando-se as ações educativas de gênero, de etnia, de profissionalização, dentre outras, conforme preconizam a Declaração de Hamburgo (1997) e a Agenda para o Futuro (1997)⁵³, documentos acordados durante a V Conferência Internacional de Educação de Adultos⁵⁴ (CONFINTEA), realizada em Hamburgo, Alemanha, em 1997.

Assim, compreende-se que, por meio dos dois documentos mencionados acima, ficou reconhecido internacionalmente, dentre outros pontos, que a EJA atua, alterando as construções sociais e a esfera de direitos das populações, que é pensada pelo sentido de se aprender por toda a vida (PAIVA, 2004). Para essa pesquisadora, há o entendimento também de

Não apenas acessar os direitos constituídos – conquistados ao longo de tantos séculos de resistência e de embates entre classes privilegiadas e as oprimidas, mas também trabalhar o direito de ter direitos, em sociedades em constantes mudanças, para atender as exigências do mundo contemporâneo cada vez mais complexificado [...] (p.31).

De acordo com Moura (2000), sujeitos da EJA são também sujeitos do conhecimento e de aprendizagem que frequentemente precisaram entrar na escola e dela sair e cujas ocupações, por não serem qualificadas em sua maioria, sofrem frequentemente baixa remuneração.

Outro aspecto relevante mencionado pela pesquisadora que deve ser considerado em nosso estudo é que todo aluno da modalidade da EJA, como qualquer ser humano, traz consigo uma história e uma experiência de vida que desencadeiam uma nova busca pela escola.

Corroborando Moura (2000), Oliveira (1999) nos diz que o adulto traz do mundo do trabalho e das relações interpessoais uma história longa de experiências, de

⁵³ Conferência Internacional de Educação de Adultos – CONFINTEA/1997. Disponível na íntegra em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educa%C3%A7%C3%A3o/declaracao-de-hamburgo-sobre-educacao-de-adultos.html>

conhecimentos acumulados e de reflexões sobre o mundo externo, sobre si mesmo e também sobre as outras pessoas.

Diante do exposto e de acordo com a perspectiva do Projovem Urbano,

A juventude, com sua diversidade, é vista como fase singular da vida, que pressupõe o reconhecimento de direitos e deveres específicos. Portanto, o jovem é um cidadão e sua vida escolar, sua preparação para o trabalho, bem como seu engajamento social são entendidos como exercício da cidadania (BRASIL, 2012, p. 144).

Nesse sentido, compreende-se que entender a heterogeneidade do público da EJA merece consideração cuidadosa, como nos diz o Parecer da Câmara de Educação Básica (CEB) em 2010, uma vez que “a ela se dirigem adolescentes, jovens e adultos, com suas múltiplas experiências de trabalho, de vida e de situação social, aí compreendidos as práticas culturais e valores já constituídos” (BRASIL, 2010. p. 61).

Diante do exposto, concluímos a segunda seção desta pesquisa de dissertação de mestrado, reafirmando o sentido da aprendizagem para as juventudes da EJA: essa aprendizagem deve ser compreendida como um processo socialmente construído por meio da participação ativa do educando, que, num contexto múltiplo de conhecimento, faz uso da dialogicidade por meio das trocas de experiências e vivências, alcançando-se, desse modo, um entendimento universal de luta incessante contra a marginalização das juventudes e do consequente esfacelamento dos direitos dos jovens, bem como pela busca de instituir e reafirmar continuamente esses mesmos direitos.

4. PROJovem URBANO MACEIÓ, ALAGOAS NA PERSPECTIVA DOS SUJEITOS-ALUNOS

Nesta seção, buscamos analisar os aspectos relevantes já mencionados, recorrendo, agora, à fala dos sujeitos entrevistados (professores, membro da coordenação e alunos), levando em consideração a proposta do Programa no que se refere à elevação da escolarização, à profissionalização e à participação cidadã.

Diante disso, cabe ressaltar que o nosso trabalho tem como cerne da pesquisa os sujeitos-alunos, que são peças fundamentais do nosso estudo. Reiteramos ainda, como objetivo da pesquisa, compreender qual a relação de importância para os sujeitos-alunos no que se refere à participação no curso e à elevação da escolarização, à qualificação profissional e à participação cidadã que o Projovem se propõe desenvolver.

Com isso, utilizamos os seguintes pressupostos: 1) a participação no Projovem Urbano Maceió, Alagoas, estimulou-os a dar continuidade aos estudos? 2) a qualificação profissional de caráter inicial favoreceu no ingresso ou reinserção no mercado de trabalho? 3) os conhecimentos construídos durante o curso os auxiliaram em relação à participação cidadã?

Posteriormente, apresentaremos as conclusões do nosso estudo.

4.1 O que nos disseram os sujeitos-alunos sobre a principal motivação para retornarem aos estudos

Por considerarmos fundamental para a nossa pesquisa darmos voz aos sujeitos partícipes do Projovem Urbano Maceió, Alagoas, damos início às falas dos referidos entrevistados, buscando compreender substancialmente qual ou quais foram as principais motivações para seu retorno à escola, pois entendemos que, a partir desse primeiro e importante passo dado pelos sujeitos, torna-se possível a expansão de novos horizontes em suas vidas.

Com relação à principal motivação para retornarem aos estudos, escolhendo para isso o Programa de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano Maceió, Alagoas, os sujeitos, em sua maioria, revelaram-nos que a busca de trabalho, seja pela necessidade

do primeiro emprego ou mesmo pela recolocação profissional, é um fator⁵⁵ bastante importante – aliás, decisivo para alguns.

Nesse sentido, é possível contemplar, na sequência, os relatos de dois alunos que participaram da primeira edição do Projovem Urbano, Maceió, Alagoas, ofertada em 2005 e concluída em 2006.

O primeiro relato revela que a entrada no Programa se deu por conta de uma grande necessidade, advinda de um problema de saúde que acometeu a provedora do sujeito-aluno, proporcionando-lhe uma mudança radical em sua vida. O até então estudante de escolas particulares da capital alagoana, que nunca havia deparado com a obrigação do trabalho em sua vida, viu-se, após o episódio familiar, como o único em sua casa capaz de sustentar a provedora, enxergando no Projovem Urbano uma oportunidade para isso.

Em seguida, apresentamos a narrativa do sujeito-aluno M., que deparou com a necessidade de trabalhar desde muito cedo, iniciando os estudos no Projovem Urbano Maceió, Alagoas, com o objetivo principal de elevar a escolaridade com a conclusão do Ensino Fundamental à época dar-lhe prosseguimento com os estudos do Ensino Médio.

Diante disso e passados alguns anos⁵⁶ da conclusão do curso, os alunos nos revelaram os principais motivos que os levaram a se inscrever, e, conseqüentemente, concluir o curso, afirmando-nos que:

Antes de entrar no Projovem eu estava há três anos sem estudar, mas nunca havia estudado em escola pública, meu pai falecido era funcionário público e minha mãe se tornou pensionista. O que me motivou a voltar aos estudos foi o apelo que o Programa tinha em relação ao trabalho, ou seja, a possibilidade de uma formação melhor. Parei no oitavo ano, quando ia iniciar o Ensino Médio, até que minha mãe adoeceu gravemente do coração e eu tive que fazer a opção entre trabalho e estudo. O Projovem foi a opção naquela época (Sujeito-aluno E., 34 anos, estudante da edição de 2006).

Entrei no Projovem com a intenção de concluir o Ensino Médio depois, porque o mercado de trabalho abre mais as portas para quem tem estudo. E, por isso, eu queria muito terminar. Eu sou ajudante de encanador, hoje estou autônomo, mas sempre trabalhei para empresas. Eu queria mesmo era terminar o Ensino Médio porque eu queria fazer o concurso da Polícia Militar, mas, se eu for começar a estudar agora, já não adianta mais, porque o edital é para quem tem até 30 anos de idade, e eu já tenho 31, não posso mais concorrer (Sujeito-aluno M., 31 anos, estudante da edição de 2006).

De acordo com as falas apresentadas, apesar das necessidades inerentes ao mundo do trabalho e da carência quanto à obtenção de uma renda fixa mensal, as

⁵⁵ Desemprego.

⁵⁶Em 2016, período de realização das entrevistas, contabilizamos os distanciamentos de 10, 7, 6 e 1 ano da conclusão no Projovem.

circunstâncias e o contexto de vida no qual estavam inseridos ambos os sujeitos se apresentaram como fatores que os impulsionaram, à época, para a retomada dos estudos através do Programa.

Também foram mencionados outros motivos para que os sujeitos adentrassem no universo da EJA, por meio do Projovem Urbano Maceió, Alagoas. Dentre os principais, destacam-se a conclusão do Ensino Fundamental, a posterior conclusão do Ensino Médio e o ingresso em um curso universitário, o que foi mencionado pelo sujeito-aluno J., oriundo do interior do Estado de Alagoas, em sua vontade graduar-se em Educação Física pela Ufal: “Esse ano eu quero fazer o Ensino Médio, porque não existe idade pra voltar a estudar, né? Preciso concluir, porque eu quero ser professor de Educação Física, quero estudar na Ufal” (Sujeito-aluno J., estudante da edição de 2015).

Observamos ainda que, para alguns jovens, a conclusão do Ensino Fundamental pode representar um início para o alcance de objetivos subsequentes, já para outros jovens simboliza a concretização de um sonho, como é o caso do sujeito-aluno A., que, vislumbrou no Projovem Urbano Maceió, Alagoas, uma oportunidade de mudança de vida.

O depoimento a seguir, cuja escuta nos emocionou profundamente, demonstra a superação por parte da ex-estudante do Programa:

A minha intenção foi terminar o Ensino Fundamental. Em 2013, fiz a inscrição, mas eu era muito insegura e desisti do curso por medo da redação. Eu leio bem, mas era insegura na hora de escrever, de passar para o papel, sabe? Na primeira vez eu fiquei só por um mês, na hora de vir para a escola o meu coração acelerava, me dava um nervoso. E, na segunda vez que me inscrevi, em 2015, eu consegui concluir. O meu marido foi quem me incentivou bastante, me buscava na escola e às vezes até assistia às aulas junto comigo. Ele se formou na edição anterior do PROJOVEM e agora nós dois temos o Ensino Fundamental, às vezes eu nem acredito (Sujeito-aluno A., 25 anos, estudante da edição de 2015).

Com os relatos expostos acima, comprovamos que as razões que despertam nos sujeitos-alunos do Projovem Urbano Maceió, Alagoas, o desejo de prosseguir com os estudos, são de cunho de ordem pessoal, assim como percebemos que os informantes exprimem em suas falas, de modo bastante natural e verdadeiro, casos de superação que se configuram como grandes lições de vida e como exemplos dignos de admiração.

Na sequência, investigamos também acerca da ajuda de custo mensal de R\$100,00 (cem reais), ofertada pelo Governo Federal, por meio do Programa de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano, aos sujeitos-alunos partícipes do curso.

4.2 A importância da bolsa para os sujeitos-alunos do Programa

Em meio aos relatos apresentados, buscamos compreender o significado e a importância da ajuda de custo de R\$100,00 (cem reais) ofertada no Projovem Urbano aos alunos do Programa. Nesse sentido, quando questionados acerca da mencionada bolsa como uma das possíveis motivações, seja para o ingresso, seja para a permanência do estudante no Programa, fomos mais uma vez surpreendidos com declarações como as dos sujeitos-alunos descritas abaixo.

Todos, no início, entram pensando no dinheiro, porém, depois de três meses de curso, começamos a gostar da didática e até esquecemos a bolsa, e, quando menos esperávamos, ela estava na conta e de uma vez só. Deveria ter Projovem para o Ensino Médio, até sem bolsa. (Sujeito-aluno I., 31 anos estudante da edição de 2010)

No meu tempo, quando a bolsa atrasava tinha aluno que desistia, tinha as meninas que engravidavam e deixavam o curso, percebi isso. Mas, no meu curso mesmo, de 100 alunos, só uns 10 desistiram. Foi uma turma muito boa, as professoras, qualificadas, entendiam os alunos, quando a gente precisava faltar por causa do trabalho. Então, como tinham essa compreensão, e, acho que por isso, poucos desistiram. (Sujeito-aluno M., 30 anos, estudante da edição de 2009)

Eu acho que a grande dificuldade do Projovem Urbano é porque era um projeto que estava iniciando, e nós não entendíamos bem a relação de dependência entre a Prefeitura e o Governo Federal, então vimos professores sem receber salário, alunos sem receber a bolsa, problemas com relação à segurança na escola. O projeto estava sem rumo nesse sentido. Até que, enfim, iniciaram as aulas de qualificação profissional, porque eu mesmo acredito que quem entrou no curso foi interessado na capacitação voltada para o mercado de trabalho e não somente nos cem reais. (Sujeito-aluno E., 34 anos, estudante da edição de 2006)

Com base na análise dos relatos dos sujeitos-alunos I., M., e E., constatamos que o atraso em relação ao pagamento da ajuda de custo aos estudantes do Programa gera, inegavelmente, a insatisfação no alunado e, em alguns casos, contribui para a evasão escolar, porém não sendo apresentado, sob o ponto de vista deles próprios⁵⁷, como algo decisivo nesse sentido.

Observa-se que esse atraso financeiro surge como um grande entrave, em meio às falas dos sujeitos, quando a morosidade em relação ao repasse acaba interferindo diretamente na manutenção do próprio Programa, o que acaba acarretando falta de merenda escolar ou até mesmo suspensão das aulas⁵⁸, conforme nos atesta o sujeito-

⁵⁷ Os sujeitos-alunos do Projovem Urbano, Maceió, Alagoas.

⁵⁸ As aulas do Projovem Urbano Maceió, Alagoas acontecem no horário noturno em escolas públicas estaduais, que recebem a nomenclatura de “núcleos”.

aluno A., que, sem deixar em momento algum de valorizar a experiência vivida no curso, pontua questões importantes acerca das consequências negativas dos atrasos financeiros:

O Projovem poderia melhorar na merenda, pois, quando eu estudei, ela faltou por um bom tempo e ficamos sem. Além disso, muitos colegas não tinham sequer dinheiro para vir para a escola e passamos por tudo isso por causa do atraso das bolsas. Mesmo assim, gostei muito da experiência e estou com saudades (Sujeito-aluno A., 25 anos, estudante da edição de 2015).

Na sequência, os relatos de dois professores do Programa nos alertam que:

A questão de promessa aos alunos, os cem reais, é algo muito triste. Muitos contam com isso, e precisam mesmo, até para a locomoção. A questão da merenda, então, nem se fala. Eles (alunos) chegam urrando de fome. Porque muitos fazem trabalho braçal durante o dia, e quando não tem, quem leva a culpa somos nós, professores, que estamos na ponta. Uns falam que o atraso é do Governo Federal, outros que é da Prefeitura e ficamos nesse impasse, o que nos aflige um pouco (Professor B., 59 anos, atuou no Projovem Urbano em 2012 e 2015, lecionando Matemática).

Outro fato bastante desagradável que já aconteceu lá no início foi o atraso dos salários dos professores. Eu mesmo fiquei três meses sem receber, mas também as atividades nas escolas foram paralisadas até regularizarem os pagamentos (*Idem*).

Já fiquei seis meses sem receber salário, e, nessa época, tivemos até um aluno que desistiu do curso, mas antes me revelou que não almoçava todos os dias e vinha estudar também na expectativa de jantar na escola, nós, professores, fizemos o possível, mas ele não permaneceu (Professor G., de Qualificação Profissional, que atuou no Programa nos anos de 2006, 2007 e 2015).

As narrativas apresentadas apontam a importância da ajuda de custo para os alunos, testemunhando os impactos da morosidade nos repasses, o que culmina na insatisfação do alunado e se reflete de forma direta e extremamente negativa no contexto escolar e educacional, bem como na vida desses jovens.

Os seis ex-estudantes, sujeitos-alunos do Projovem Urbano Maceió, Alagoas entrevistados para o nosso estudo, relataram que a bolsa no valor de R\$100,00 (cem reais) auxiliou-os durante o curso nos seguintes aspectos: transporte, lanche, despesas pessoais, complemento da renda mensal, entre outros. Porém, a bolsa não se lhes configurava como um fator decisivo para que concluíssem, ou não, o Programa.

Os relatos anteriores se complementam com a fala do sujeito-aluno N., que também relata o problema de acordo com a sua vivência no Projovem Urbano Maceió, Alagoas.

Para mim, a distância foi o fator que mais contribuiu para a evasão no curso, eu não desisti porque morava perto. Mas, a escola era distante das casas dos

colegas, juntava também o cansaço, pois muitos trabalhavam durante o dia ou então tinham filho. E, com isso, a ajuda de custo não chegava pra ajudar no transporte. Mas, como as aulas eram muito boas, muitos continuaram por isso, mesmo com os atrasos. E quando ficou perto de terminar o curso, nós todos ficamos tristes (Sujeito-aluno, N., 34 anos, estudante da edição de 2006).

Nesse sentido, observamos, com base em alguns depoimentos como o do sujeito-aluno N., acima, que as metodologias utilizadas pelos professores do curso são estímulos imprescindíveis para a permanência do aluno interessado na conclusão do Ensino Fundamental através do Programa, pois, apesar dos obstáculos que o atingem, foi frequente nos relatos a ênfase na dinâmica em sala de aula.

Nesse sentido, ao explorarmos outros relatos de professores acerca da interferência dos frequentes da bolsa-auxílio na operacionalização do Programa no Município de Maceió, Alagoas, soubemos, pelo professor C., de uma tentativa de entendimento junto à SEMED, no ano de 2015, por parte dos próprios sujeitos-alunos do Projovem Urbano Maceió, Alagoas para tratar do problema.

Existe toda uma movimentação para que a gestão local minimize esses impasses. Mas, quando fui professor de Participação Cidadã, houve um atraso da bolsa e aconteceu a movimentação dos alunos para uma queima de pneus na SEMED. Então, em sala de aula, eu tentei fazer com que os estudantes percebessem uma outra possibilidade de se organizarem para resolver isso. Sugeri a eles que fosse organizada uma comissão, mas, chegando lá, foram recebidos por uma pessoa que não explicou bem a situação e apenas jogou a culpa no Governo Federal. Não houve sensibilidade para com a legítima reivindicação dos estudantes (Professor C., 37 anos, que atuou na Participação Cidadã, edições de 2009, 2013 e 2015).

De acordo com o professor, essa recepção despreparada por parte da Secretaria Municipal acabou gerando um protesto inicial dos estudantes, que, na 6.^a edição do Programa, queimaram diversos pneus, bloqueando rua onde está localizada a sede do órgão público, no bairro da Cambona, em Maceió. O protesto apenas foi contido quando a então coordenadora do curso reuniu os alunos para uma conversa tardia, porém apaziguadora.

O professor revelou ainda que, após o ocorrido, foi imediatamente questionado pela Coordenação do curso sobre possivelmente haver motivado de algum modo os alunos a iniciarem a manifestação ou seguirem na busca de um entendimento maior acerca problema.

Eu fui questionado pela minha atitude e eu assumi que sim, isso é participação cidadã, então, como eles foram recebidos? Aonde está o erro, não podemos tolher o aluno, já que nós despertamos o aluno para uma causa, o aluno começa a questionar, e ele questiona o projeto e isso é bom. Porque

se não, ele cai na mera educação formal e o tripé do Projovem (Escolarização, Profissionalização e Participação Cidadã), não irá funcionar. Mas, fico satisfeito, porque se eu consegui somente isso, já foi bom, mas a indicação não foi essa (queimar pneus), e sim buscar entender por meio do diálogo os motivos dos atrasos financeiros (*Idem*, edição 2016).

Assim, os relatos, tanto os dos ex-estudantes quanto os dos professores, atestam a existência de um problema de ordem financeira a interferir diretamente no desenvolvimento da proposta do Projovem Urbano Maceió, Alagoas, comprometendo-lhe, assim, a efetividade.

Por conta disso, buscamos também compreender, recorrendo à fala da Coordenação local do programa, a que se devem esses frequentes atrasos, unanimemente mencionados pelos sujeitos entrevistados para o nosso estudo.

Como resposta às nossas indagações, obtivemos a seguinte explicação:

Este atraso dura em média de dois a três meses e não é proposital. Para que seja feito o repasse da verba, é necessário o envio de documentos contendo a frequência dos alunos para o Governo Federal, que, após o lançamento por parte da Secretaria Municipal de Educação, irá catalogá-los e analisá-los um a um, para aí, sim, ser feito o repasse de uma vez só e para todo o Brasil (Sra. S., gestora municipal do programa de 2006 a 2018).

A Coordenação ainda enfatizou que os atrasos se devem à grande demanda recebida por parte do órgão financiador do programa, o MEC, alertando que, para o pagamento ser efetivado, exige-se a comprovação documental, atestando a frequência regular dos estudantes às aulas.

Nesse sentido, caso ultrapasse o limite de faltas abonadas no curso, o sujeito-aluno é desligado do Programa, sendo a ocorrência, de acordo com a referida coordenadora, prontamente comunicada ao Governo Federal, que, por sua vez, suspende o envio da bolsa-auxílio para estudante.

Em entrevista, a referida servidora ainda nos informou que todos os alunos eram imediatamente comunicados sobre a burocracia em torno dos repasses financeiros, como todo o trâmite feito com base no diálogo entre professores, estudantes e gestão municipal/imediata.

Contudo, ao confrontarmos as diversas narrativas, notamos divergências nas falas dos sujeitos partícipes do curso no que se refere à dinâmica de comunicação entre os atores (coordenação, professores e alunos) acerca do problema financeiro, tudo isso em meio a uma preocupação integral em torno da questão dos atrasos, o que, por sua vez, ocupava lugar de reflexão frequente dentro daquele contexto educacional.

Nas falas dos docentes, observamos outra importante colocação, que nos faz refletir acerca da gestão compartilhada. Nesse sentido, o professor C. argumenta que

Para fortalecer o programa, assim como o Município garante o repasse do recurso para a merenda das escolas da rede regular de ensino, ele poderia garantir, no mesmo montante, verba para o programa, não tirando a responsabilidade do Governo Federal de repassar o recurso, mas que não deixasse isso a desejar. De forma que não atrasasse nem a merenda nem a bolsa. Na minha opinião, isso minimizaria os problemas. As escolas também pertencem ao Município, e muitos gestores escolares tratam isso como moeda de troca, para garantir que o Projovem funcione, tem que ter isso e aquilo, e isso, na minha visão, precisa ser revisto, então deveria haver uma reunião com os gestores desses polos, a fim de fazer com que eles se sintam parte do programa também, sem falar que o aluno também é rentável para a escola, o aluno é senso (Professor C., 37 anos, responsável pela disciplina Participação Cidadã, nas edições de 2009, 2013 e 2015).

O relato acima enfatiza uma gestão compartilhada, participativa e atuante, não apenas quanto à operacionalização do Programa, mas quanto à minimização dos problemas de ordem financeira, que, segundo os sujeitos entrevistados, configuram-se como obstáculos para a efetivação da proposta. O depoimento também ressalta a importância da parceria entre gestores escolares e Projovem Urbano Maceió, Alagoas, tema abordado na **Seção 2** da dissertação.

Os depoimentos apresentados também nos instigam a conhecer de forma relevante a proposta educacional do Projovem Urbano Maceió, Alagoas, a sua organização e dinamicidade no contexto da sala de aula, já referenciadas anteriormente pelos sujeitos-alunos entrevistados para esta pesquisa, as quais abordaremos com mais detalhes a seguir.

4.2.1 O Projovem Urbano Maceió, Alagoas e a proposta de elevação da escolarização

O Projovem Urbano apresenta uma proposta curricular interdisciplinar e específica, ou seja, desenvolvida especialmente para o programa, a qual se utiliza de temas geradores, denominados de “eixos estruturantes”, que objetivam fazer parte do contexto de vida dos estudantes e que se articulam com os demais componentes curriculares do curso, facilitando assim a compreensão e construção do conhecimento e, conseqüentemente, tornando o processo de ensino-aprendizagem mais estimulante para os discentes.

Diante disso, compreende-se, a partir de Freire (1989, p. 18) que “O comando da leitura e da escrita se dá a partir de palavras e de temas significativos à experiência

comum dos alfabetizados e não de palavras e de temas apenas ligados à experiência do educador”.

Dentro do contexto apresentado, compreende-se como extremamente pertinente a fala de Freire (1989), ao revelar o sentido da construção do conhecimento com vistas para a significação tanto para educandos, como para educadores, principalmente sob o ponto de vista da EJA, levando em consideração a abrangência de experiências que esses jovens trazem consigo para o Projovem Urbano, fazendo-se necessário socializá-las num processo de interação constante.

Em relação à sua proposta pedagógica metodológica, destaca-se ainda que a estruturação ou organização do Projovem Urbano contempla todas as áreas do conhecimento⁵⁹, agregando, como vimos anteriormente, a profissionalização de caráter inicial e a participação cidadã, devendo ser desenvolvida, como também já o afirmamos, em exatos 18 dezoito meses, tempo que corresponde a duração do curso, recebendo ao final a certificação no Ensino Fundamental.

Questionamos os nossos entrevistados acerca da dinâmica do Projovem Urbano Maceió, Alagoas, de modo a compreendermos em que necessariamente as metodologias aplicadas em seu contexto educacional diferem do ensino regular, que outrora frequentaram. Com isso, buscamos compreender, sobretudo, se a participação no referido Programa os auxiliou a dar continuidade aos estudos após a conclusão do curso.

Nesse sentido, abordaremos a educação como categoria de análise, e um dos três pilares⁶⁰ que fortalecem e fundamentam o Programa. Para isso, procederemos com as análises, desta feita acerca dos depoimentos do sujeito-aluno N., cuja narrativa nos apresenta o Projovem Urbano Maceió, Alagoas de uma forma viva e dinâmica, ao qual contrapõe, sob a sua perspectiva, a escola tradicional.

Fiz até a oitava série na escola pública, mas não conclui, e lá eu assistia aula e fazia as atividades do livro em casa, mas no Projovem Urbano era diferente, a gente fazia coisas na comunidade, fazia os cursos fora da escola. Eu acho que como nós fomos da primeira edição do programa, eles (coordenação/professores) queriam mostrar que ia dar certo (Sujeito-aluno N., 34 anos, estudante da edição de 2006).

⁵⁹ Em relação ao currículo e carga horária, o curso, desenvolvido em 18 dezoito meses conta com 2.000 horas, sendo 1.560 presenciais e 440 não presenciais. Unidades Formativas e eixos estruturantes são direcionados por meio de temas geradores: Unidade Formativa I (UF) – Juventude e Cultura –, UF II – Juventude e Cidade –, UF III – Juventude e Trabalho –, UF IV – Juventude e Comunicação –, UF V – Juventude e Tecnologia – e UF VI – Juventude e Cidadania.

⁶⁰ O Programa de Inclusão de Jovens: Projovem Urbano é inovador em vários aspectos e apresenta como pilares: a educação, a qualificação profissional (em caráter inicial) e a participação social, possibilitando, além disso, a gestão compartilhada.

A ex-aluna N., que conheceu o futuro esposo na mesma edição do Programa da qual participou em 2006, engravidou após a conclusão do Projovem e não prosseguiu com os estudos, o que lamenta, mas lembra com saudosismo da época em que frequentava o curso, mencionando que encontrou no Projovem Urbano Maceió, Alagoas algo que até então nunca havia vivenciado nas escolas públicas que já havia frequentado antes. “Era tudo diferente, tudo mesmo” (Sujeito-aluno N.).

Obtive muito conhecimento, coisas que eu nunca tinha visto antes, estudei turismo, ensinos diferentes do que eu costumava ver na escola normal. O estudo foi bom, lembro dos cursos de política pública pelo IFAL⁶¹, de técnicas de atendimento, de como falar bem em público, de organização de eventos, e todos com certificado! Eu até tentei fazer o Ensino Médio, mas parei, parei completamente (Sujeito-aluno N., 34 anos, estudante da edição de 2006).

Pelos relatos, observamos que a valorização da educação, sob o ponto de vista da aluna, está intimamente atrelada à participação social e à oportunidade de capacitação profissional ofertada, mesmo que de maneira inicial, no Projovem Urbano Maceió, Alagoas, visto que a própria declara que, antes dessa experiência, considerava-se “parada no tempo”.

A referida aluna afirma ainda, com orgulho, manter guardados todos os certificados obtidos durante essa fase de sua vida e se justifica por não ter dado continuidade aos estudos: “Hoje sou mãe, dona de casa, e isso tira muito a minha atenção dos estudos, antes eu não tinha filho e consegui continuar; além disso, o meu esposo diz que não é ciumento, mas ele é sim!”.

Destacamos este trecho da fala da aluna N., por entendemos como importante refletir acerca das relações sociais estabelecidas e sobre a presença de estereótipos relacionados à figura da mulher e do seu papel social, arraigado e pré-definido como de mãe e esposa, discutidos na **Seção 3** desta dissertação, bem como sobre as características do machismo ainda fortemente presentes nas sociedades do século XXI, que negam direitos, como os de estudar e de ter uma ocupação profissional fora de seus lares, à mulher.

Eu não continuei os estudos, porque, depois de ter filho é mais complicado, e por isso não culpo ninguém. Mas confesso que o meu marido não me motiva a voltar a estudar, por que ele quer que eu fique em casa cuidando do nosso filho, e ele me prende dessa forma, porque apareceu uma oportunidade para eu voltar a estudar e ele disse: “Deixe que eu vou primeiro e, depois que eu concluir, você vai!” Como eu acho que eu tenho a cabeça mais livre, por não

⁶¹ Instituto Federal de Alagoas.

trabalhar na rua como ele, eu iria conseguir continuar (Sujeito-aluno N., 34 anos, estudante da edição de 2006)

O ciúme está presente no âmbito da EJA como um todo e, em muitos casos, a desconfiança dos cônjuges em seus parceiros acarreta em alguns casos, atingindo em especial as mulheres, a desistência do curso. Relatos de professores também apontam essa realidade no âmbito do Projovem Urbano Maceió, Alagoas.

De acordo com a narrativa da aluna N., após o nascimento de seu primeiro e único filho, novamente conseguiu uma vaga em uma escola pública próxima da sua residência há alguns anos, porém, ainda segundo ela mesma, seu esposo, por conta do filho ainda pequeno na época, preferiu cursar a EJA em seu lugar, desistindo disso algumas semanas depois de ter iniciado o curso, alegando cansaço após um dia inteiro de trabalho, o que, segundo ele, dificultava na concentração nas aulas.

Nessa configuração, compreende-se, a partir de Arroyo (2007), que a interrupção das trajetórias escolares dos sujeitos da EJA se encontra vinculada, em grande medida, às precárias condições de sobrevivência dos estudantes: pobres, oprimidos/as, excluídos/as, vulneráveis⁶², negros/as, da periferia e dos campos.

Nesse sentido, ao contrário do que geralmente se costuma afirmar, tais sujeitos não são os responsáveis pelo abandono da escola, a interrupção não se dá apenas porque tais pessoas não querem estudar. Na realidade, são vítimas da desigualdade social que acomete esse grupo. De acordo com Cunha (2009), sem a devida reflexão, “o não poder estudar, se transforma, na ótica de quem é excluído, em não conseguir estudar. O problema se torna pessoal/subjetivo e a solução para ele é ter força de vontade” (CUNHA, 2009, p. 27).

Dando continuidade às investigações acerca das principais características que fazem o Projovem Urbano Maceió, Alagoas difere da escola tradicional, desta feita sob o ponto de vista do sujeito-aluno M., obtivemos a seguinte resposta: “O curso era muito dinâmico, a gente não ficava um momento sequer sem nada a fazer” (Sujeito-aluno M.). Ao se referir as aulas que tinha no programa, disse-nos ele:

Se o Projovem tivesse para o Ensino Médio, eu faria, porque, assim que terminou o curso, eu tentei estudar, mas parei, depois tentei de novo e parei ano passado, porque eu preciso trabalhar. Mas, se o Projovem voltasse e fosse aqui perto, dava pra eu concluir. Seria bem melhor, nem tanto pela distância, mas pelo tempo que seria menor para a conclusão. Eu, quando fazia o Ensino Médio, era longe da minha casa e muito cansativo também. (sujeito-aluno M., 31 anos, estudante da edição de 2010)

⁶²Crianças, jovens e adolescentes, mulheres, idosos, deficientes físicos, entre outros.

O sujeito-aluno M., ao demonstrar interesse em participar do Projovem Urbano novamente, caso o programa passasse também a ofertar o Ensino Médio, faz-nos refletir com Paiva (2006) sobre a educação tradicional, regular e gratuita proporcionada aos jovens que se distanciam, de acordo com os depoimentos dos sujeitos, da experiência vivida no curso. Nesse sentido, a autora afirma que

As escolas de EJA, através de sua organização (Administrativo Pedagógica) têm-se distanciado, muitas vezes, dos anseios dos educandos que a frequentam. “Os programas/projetos nem sempre são precisos no pensar o sujeito da educação, suas peculiaridades e singularidades, antes de formular as propostas” (PAIVA, 2006, p. 537).

Nesse segundo caso, é possível observar ainda que o sujeito-aluno M. também justifica o cansaço durante as aulas noturnas por enfrentar, segundo ele, uma dura rotina de trabalho no período da manhã, tendo, assim, de conciliar o emprego com uma dinâmica de sala de aula, ao seu ver, monótona, que em nada se parecia com as aulas ministradas pelos professores do Projovem Urbano Maceió, Alagoas. “O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior. É uma história a meio caminho de nós mesmos, quase em retirada, às vezes, velada” (CERTEAU, 1994, p. 31).

Diante do exposto, observamos que, no cotidiano, importantes decisões são tomadas e, nesse sentido, ao vivenciá-lo, os sujeitos que retornaram à escola precisam articular suas rotinas da vida diária, que envolvem o universo do trabalho e o contexto familiar (filhos e cônjuges) à nova empreitada, a de ser estudante a certa altura da vida. Para tanto, necessariamente, precisam superar barreiras diariamente.

Pelos relatos acima, observamos ainda que os sujeitos-alunos mencionam como fator positivo a proximidade dos núcleos (escolas) de suas residências, bem como elogiam a sistematização dos conteúdos que permite a experiencição teórico-prática, que se reflete, com bastante ênfase nas narrativas apresentadas, na própria práxis do professor em sala de aula, igualmente bastante elogiada pelos sujeitos.

Dessa forma, observa-se – principalmente nos relatos, mas também pela análise da proposta de ensino do Projovem Urbano – que o currículo proporciona uma aproximação com o cotidiano do alunado, fazendo-se a inter-relação de forma constante e imediata entre educação e trabalho⁶³.

⁶³ Devemos lembrar que, ao analisarmos a proposta pedagógica metodológica do Projovem Urbano, disponível no documento norteador do Programa, o **Manual do Educador: orientações gerais**, de 2012 (versão consultada), observamos a introdução de temas que envolvem o universo do trabalho, pois reiteramos que o Projovem Urbano tem como um dos seus pilares a profissionalização, mesmo que em caráter inicial. Desse modo, constatamos que, com o passar dos anos, as questões que envolvem o

Com diz Freire (1989), teoria sem prática vira verbalismo, assim como a prática sem teoria vira ativismo. No entanto, segundo o autor, quando há a união entre a teoria e a prática, tem-se a práxis, a ação criadora e modificadora da realidade.

Nesse sentido, a ação do educador/educando desenvolvida nesse espaço de aprendizagem⁶⁴ é apontada pelos sujeitos, segundo as suas próprias narrativas, como um grande diferencial para o Projovem Urbano.

Diante das narrativas dos sujeitos-alunos, bem como das contribuições de Freire (1989), daremos destaque à fala de um professor, também entrevistado para o nosso estudo, participante de duas edições do Projovem Urbano Maceió, Alagoas. Em seus relatos, o sujeito-educador enfatiza e enaltece a organização do currículo do curso, que contempla, além dos conteúdos programáticos para cada componente curricular, também a informática, habilidade, segundo ele, extremamente importante para qualquer área de trabalho na qual o sujeito-social venha ingressar futuramente.

Apesar disso, o educador destaca a deficiência de recursos tecnológicos nas instituições de ensino público do Estado de Alagoas (os “núcleos” nos quais o Projovem Urbano se desenvolve):

Particpei do Projovem Urbano no ano de 2012-2013 e também em 2015-2016. No primeiro curso, fiquei por 12 meses, mas, da segunda vez, concluí e lecionei os 18 meses completos. Fiquei motivado em participar do Programa devido à organização que o curso se propõe desenvolver. A proposta é excelente, porém há deficiência na educação, por exemplo: na informática mesmo, a falta de recursos nas escolas é tremenda, e o jovem quer manusear a ferramenta (Professor B, 59 anos, atuou no Projovem Urbano em 2013 e 2015, lecionando Matemática).

trabalho se moldam como *demanda emergencial* para a educação, e após cinco anos da proposta citada, torna-se a 6.^a competência geral da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, intitulada de “Trabalho e projeto de vida”, documento que vem nortear a educação básica. Cabe ressaltar ainda que a homologação da BNCC, em 2017, é alvo de críticas por pesquisadores em educação pelo fato de se preocupar com a reestruturação dos conteúdos programáticos dos componentes curriculares, tornar eletivas disciplinas fundamentais para a construção do pensamento crítico, sem subsidiar a educação em questões mais básicas e, de fato, urgentes. Com isso, observamos que o trabalho/emprego/renda, a cada ano, passa a se apresentar como uma necessidade imposta, cada vez mais cedo, aos jovens de todo o país, principalmente àqueles oriundos das camadas populares/periféricas, cabendo, assim, uma reflexão acerca da real finalidade do referido documento. Fonte dos documentos: Manual do Educador do Projovem Urbano e BNCC): <http://www.smeourinhos.com.br/projovem/manual.pdf>
<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>

⁶⁴ Cada escola pública, de escolha da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, Maceió, Alagoas, cede espaço para um núcleo do programa, a depender da quantidade de matriculados no curso, geralmente 150/200 alunos por núcleo. Cada núcleo pode comportar em torno de 5 turmas. Porém, no decorrer do curso, o Projovem Urbano perde alunos por conta da evasão escolar, podendo acontecer, por conta disso, a chamada *enturmação*, de modo que tanto as turmas de um mesmo núcleo podem-se unificar, como também, em casos mais críticos, porém muito comuns no Município de Maceió – Alagoas, os núcleos de diferentes escolas são reorganizados e também reagrupados.

De acordo com a sua própria narrativa, o entrevistado enfatiza que o Programa poderia fortalecer-se ainda mais, caso houvesse os devidos investimentos destinados à educação pública por parte do governo, tanto na forma de materiais de apoio didático para professores e estudantes, como também em equipamentos (computadores), que, segundo ele, são extremamente necessários para a prática de ambos, já que se trata de uma demanda social atual e a referida proposta⁶⁵ de ensino contempla essa aprendizagem⁶⁶.

Nesse sentido, dando continuidade às falas dos educadores que, no trecho abaixo, harmonizam-se, expomos mais um relato acerca das limitações de ordem estrutural e financeira que perpassam o Projovem Urbano Maceió, Alagoas.

A proposta do Programa é colocada em prática, apesar de todas as limitações – espaço físico, mobilidade, material didático, atraso da bolsa e no tocante à alimentação escolar –, o que, de certa forma, prejudica o seu objetivo, não em sua totalidade, mas, que sem essas, o Projovem Urbano poderia ser bem melhor em relação à evasão, por exemplo. Em sala de aula eu mesmo já tive que trabalhar mais a parte teórica do que a prática porque os computadores eram ultrapassados (Professor C., 37 anos, Participação Cidadã, edições de 2009, 2013 e 2015).

Diante do exposto, cabe ressaltar ainda que um dos objetivos do Projovem Urbano está voltado para o desenvolvimento da competência tecnológica⁶⁷, com a inclusão digital dos jovens, os sujeitos-alunos. Nesse sentido, a informática/tecnologia é vista como um produtivo instrumento de inserção, de comunicação e de acesso à cultura, essencial para o desenvolvimento dos três pilares do programa⁶⁸.

Vale lembrar, sobretudo, que essa apropriação das ferramentas digitais e de todas as demais competências e habilidades, conforme a proposta do Projovem Urbano,

⁶⁵ Proposta curricular interdisciplinar do Projovem Urbano que contempla a aprendizagem em três níveis ou três eixos (Educação, Capacitação Profissional e Participação Cidadã).

⁶⁶ O professor B., entrevistado para o nosso estudo, refere-se à área de Telemática, que corresponde ao estudo teórico e prático em tecnologias da informação – TI, ofertada no Projovem Urbano Maceió, Alagoas, por meio dos Arcos Ocupacionais – AO do curso, voltados para a capacitação profissional (inicial) dos sujeitos-alunos.

⁶⁷ A competência digital orientada no Projovem Urbano evidencia a atualização de sua proposta que, desde 2005, visa ao acompanhamento das transformações tecnológicas na educação e no mundo do trabalho, sendo esta atualmente a quinta competência geral da Base Nacional Comum Curricular – BNCC que, segundo o documento, permeia todas as áreas do conhecimento. Por fim, lembramos que em 22 de dezembro de 2017 foi publicada a Resolução CNE/CP n.º 2, que institui e orienta a implantação da BNCC, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Segundo o Ministério da Educação – MEC, o documento se refere à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental, sendo a Base do Ensino Médio objeto de elaboração e deliberação posteriores. de Fonte: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>

⁶⁸ Elevação da Escolaridade, Participação Social e Capacitação Profissional.

deve ser construída de forma contínua pelo sujeito-aluno, durante sua permanência no programa⁶⁹.

Ele (Projovem Urbano) cresceria muito, ele perde alunos, devido a pequenas coisas. No início mesmo, tem que ter aula de informática, muitos alunos sabem utilizar bem, mas tem aqueles que não sabem nem ligar e desligar o computador, não sabem digitar, e o programa tem vários arcos (telemática, turismo, hotelaria e administração), e o aluno que vai para qualquer um desses arcos (ocupacionais) precisa da informática, nas aulas iniciais. As escolas não têm máquinas. Estas estão deterioradas, sem funcionar. Tivemos inclusive um caso em que um colaborador da SEMED, técnico em informática, nos conseguiu peças e consertou alguns computadores, mas isso foi uma iniciativa do nosso núcleo, ou seja, uma organização nossa (professores do núcleo), e não do programa (Professor B., 59 anos, atuou no Projovem Urbano em 2012 e 2015, lecionando Matemática).

É possível observarmos que as ações representadas por meio de esforços, sejam estes de cunho individual ou coletivo, passam a materializar, de fato, a proposta/filosofia do Projovem Urbano Maceió, Alagoas, dando assim mais sentido, numa perspectiva local, às políticas públicas governamentais de educação/profissionalização, na figura dos programas de governo implantados na sociedade.

Nesse sentido, cabe a reflexão de que todos, como sujeitos-sociais/agentes políticos, devemos agir de forma contrária aos modos como o conjunto de novos e velhos problemas sociais, educativos e, conseqüentemente, políticos, tem afetado direta ou indiretamente tanto as diferentes juventudes (e sociedade em geral) quanto os processos educativos por elas vivenciados.

Paralelamente a essa importante observação do professor B., deparamos também com outro relato, desta feita do sujeito-aluno E., que, após a experiência no Projovem Urbano Maceió, Alagoas, deu continuidade aos estudos, concluindo tanto o Ensino Médio, como também iniciando a sua caminhada no ensino superior em uma Instituição de Ensino Superior (IES) privada em Maceió, Alagoas, como estudante da graduação em Engenharia Elétrica.

De acordo com as narrativas do sujeito-aluno E., apesar de todas as dificuldades enfrentadas durante o curso e por ele já mencionadas em relato anterior sobre os principais obstáculos do Programa, disse-nos o informante ter encontrado no Projovem Urbano aquilo que buscava: a oportunidade de conclusão do Ensino Fundamental, aliada à capacitação profissional, sua necessidade na época.

⁶⁹ A duração exata do curso é de 18 meses, a não ser em caso de paralisação.

Eu acredito que muitos entraram por conta da qualificação profissional, eu mesmo encontrei o que eu queria, e a partir do Projovem Urbano eu não parei mais de buscar a formação educacional e profissional. Atualmente, estou cursando engenharia elétrica⁷⁰, iniciei recentemente, mas estou gostando muito. E, no programa, existe certa pressa em concluir os estudos, eu percebia essa diferença das escolas particulares que eu já havia estudado. No programa, são diversos conteúdos sendo pincelados em uma disciplina, mas na época, eu tinha pressa. (Sujeito-aluno E., 34 anos, estudante da edição de 2006)

Dando sequência ao seu relato, o ex-estudante afirma ainda:

Já o Ensino Médio, que eu fiz depois, foi na escola pública, na forma de supletivo. Porém, eu devo muito à formação que eu tive em casa a questão dos valores, e a religião me ajuda muito na questão humana, apesar de que no curso a gente tinha a participação social, muito boa também. Mas, a minha mãe por sempre ter pago colégio particular era muito exigente para que eu passasse de ano e levo isso comigo até hoje (*Idem*).

Mediante os depoimentos, percebe-se que os preceitos familiares que orientam acerca da importância da educação são veementemente mencionados pelo sujeito-aluno E., como uma base sólida que o faz dar continuidade e valorização ao seu processo de escolarização, o que o ajudou também no Projovem Urbano Maceió, Alagoas, no qual enxergou uma oportunidade de acelerar os estudos, aliando a isso a capacitação profissional, estratégia que, segundo ele, auxiliou-o a adentrar no mercado de trabalho.

Sobre a formação educacional iniciada no Programa, observamos ainda que o informante, embora teça uma breve crítica à forma aligeirada como os conteúdos são trabalhados no Projovem Urbano Maceió, Alagoas, declara, em seguida, haver optado pelo supletivo para concluir de forma mais rápida o Ensino Médio, bem como adentra num curso de graduação na modalidade de Educação a Distância (EAD), com aulas presenciais uma vez por semana.

Com base na análise das falas, observamos mais uma vez a necessidade dos jovens de conciliar estudo e trabalho. Por conta disso, buscam alternativas, a exemplo de cursos ofertados no período noturno, com uma carga horária flexível e, em alguns casos, reduzida, com aulas presenciais e a distância, de modo que o estudo não os “atrapalhe”⁷¹, de modo algum, em seus empregos, prioridade para a maioria, mesmo cientes da necessidade da formação para a ascensão salarial no trabalho. De acordo com Arroyo (2009), é difícil para as pessoas das classes populares articular os tempos de trabalho e de sobrevivência com os tempos de escola, pois “se é dramático abandonar a

⁷⁰ Centro de Ensino e Aprendizado de Alagoas – CEAP/UNOPAR - EAD.

⁷¹ Termo (“atrapalhe”) usado pelo sujeito-aluno M., estudante da edição de 2009 do Projovem Urbano Maceió, Alagoas, em uma de suas falas, para demonstrar a relevância que o trabalho/emprego tem em sua vida.

escola, mais dramático, ainda, é ter de abandoná-la para sobreviver” (ARROYO, 2009, p. 97).

Apesar da dificuldade de conciliar trabalho e estudo, uma fala bastante motivadora em relação à dinâmica que acontece no Projovem Urbano Maceió, Alagoas, surgiu-nos em meio a uma entrevista realizada com o sujeito-aluno J., participante da edição de 2015 do programa. “Entre no Projovem para conseguir cursar o Ensino Médio, coisa que farei ainda esse ano,⁷² sem contar que nós construímos uma família lá. Para mim foi uma experiência fantástica, porque eu ganhei um pai lá dentro” (Sujeito-aluno J., referindo-se ao professor G. de qualificação profissional).

Com base no relato do sujeito-aluno J., buscamos resgatar de sua memória como ele compreendia a dinâmica do curso que há pouco exaltara com tanto entusiasmo no momento da entrevista, principalmente no que se refere aos laços afetivos construídos nesse espaço. Obtivemos o seguinte relato:

Eu tenho certeza que numa escola normal eu não teria esse acolhimento, porque a escola normal não tem esse interesse pelo aluno, não tem essa dedicação toda. Nas escolas públicas por onde eu andei, os professores faltavam muito e no Projovem tem mais compromisso. Lá, é muito difícil você ver um aluno que quer bagunçar, no Projovem o negócio é diferente (Sujeito-aluno J., estudante da edição de 2015).

E outra, as festas, os eventos que tem na escola pública, também tem no Projovem. Mas a minha maior experiência foi no curso de recepcionista que a gente fez, foi um evento no IFAL, todos de roupa social (*Idem*).

Ah, lembrei de outra coisa – posso dizer? – eu nunca pensei que ia ver um navio de perto, e o trabalho de campo no curso me proporcionou isso também (*Idem*).

O sujeito-aluno J. narra as suas experiências com brilho nos olhos, aparentando bastante saudade da rotina vivida por ele no Programa, embora, na época da entrevista, só se tivessem passado alguns meses de sua formatura de conclusão no curso. Observamos – ainda – que os fatos mencionados não se deram numa sequência ordenada, sendo lembrados de forma incidental, mas expressos de modo muito marcante, pelo nosso entrevistado.

Com isso, atentamos também para o compromisso com o processo de ensino-aprendizagem, relatado pelo ex-estudante. Além disso, convém destacar a relação de importância que o sujeito-aluno atribui à vivência teórico-prática proporcionada pelo

⁷² A entrevista com sujeito-aluno J. foi realizada no ano de 2016.

curso, associando a escola e o mundo do trabalho com base nos laços afetivos construídos durante o percurso de aprendizagem.

4.2.2 Evasão e reenturmação no Projovem Urbano Maceió, Alagoas – relação professor-aluno

Outro fato relacionado com a afetividade do Programa e também mencionado tanto pelo sujeito-aluno J. como por demais ex-estudantes foi a reenturmação, a que já fizemos referência e que relembremos agora.

Com a evasão escolar, bastante visível a partir do terceiro mês, estendendo-se até o final do curso, segundo alguns professores, os núcleos com perda de uma quantidade considerável de alunos⁷³ deverão integrar-se a outros núcleos educacionais do Projovem Urbano Maceió, Alagoas.

Sobre a evasão, é possível inferir, de acordo com Freire (2006) – que recusa o conceito –, que as crianças de classes populares brasileiras não se evadem da escola, não a deixam porque querem, mas, segundo o autor, são expulsas de lá, não – obviamente – porque um ou outro professor, por uma questão de pura antipatia pessoal, expulsa ou reprova o aluno, e sim porque a própria estrutura da sociedade cria uma série de contratempos e de dificuldades.

Diante disso, pode-se compreender que os sujeitos-alunos das escolas da EJA, na maioria das vezes, não se “evadem” do ambiente escolar por uma escolha autônoma. “Ao longo da história, esse grupo de educandos/as vem sendo expulso das instituições escolares, em grande proporção, porque se encontra refém de suas limitadas condições de vida” (CRUZ, 2011, p. 20).

Por conta dessa reorganização causada pela evasão do Projovem Urbano Maceió, Alagoas, alguns professores são dispensados do programa ou remanejados para outras escolas/núcleos (próximas ou distantes)⁷⁴. “No ano que eu estudei, a parte de

⁷³ Reiteramos que cada núcleo do Projovem Urbano deve conter, em média, de 150 a 200 sujeitos-alunos. Segundo informações da Secretaria Municipal de Educação de Maceió – SEMED, cada escola disponibiliza, em média, 6 salas de aula (5 salas para o desenvolvimento da Proposta Pedagógica Interdisciplinar – PPI com os estudantes, e mais uma sala de acolhimento onde os sujeitos-alunos possam deixar os filhos). Todo núcleo conta com uma sala de acolhimento sob a responsabilidade de uma funcionária, selecionada, assim como os professores, por meio de concurso público temporário (Edital- Projovem Urbano), lançado antes do início de cada edição do Programa.

⁷⁴ Para a reenturmação, segundo a Coordenação local do Programa, o alocamento dos professores deverá seguir o critério da necessidade de cada núcleo, não se podendo garantir, por esse motivo, que determinado professor seja transferido para um núcleo próximo daquele do qual fazia parte anteriormente.

Participação Cidadã deixou muito a desejar, porque mudou muito de professores (reenturmação), e cada um mostrava um assunto diferente, então a gente não acompanhou” (Sujeito-aluno J., estudante da edição de 2010).

Após a fala do sujeito-aluno J., na qual se destacam os impactos negativos na aprendizagem por conta da reenturmação, necessária, segundo a Coordenação do Programa, no contexto do Projovem Urbano, seguimos, desta feita, com outros relatos, como o do professor G., que reforçam, no tocante à divisão dos núcleos em suprimento da evasão dos estudantes no curso, o sentimento do sujeito-aluno J.

Por conta da reenturmação, pelo menos na primeira edição que participei em 2006, só ficaram os professores que tinham apadrinhamento político. Mas não me abalei com isso, pois percebi que eu tinha uma missão, a de levar conhecimento aos jovens que estavam à margem. E, para as nossas atividades, não tinha lanche, não tinha material, tinha roupa pelo programa, mas eu arrumava, e eles tinham a obrigação de me dar o prazer de vê-los ali para estudar. E como o IFAL é um leque de oportunidade de cursos, eu sempre os levava para lá, eu tenho essa facilidade, pois sou coordenador de eventos. Mas isso era uma realidade do núcleo que eu atuava (Professor G., de Qualificação Profissional nos anos de 2006, 2007 e 2015).

Nesse momento da entrevista, o referido professor se recorda com satisfação de uma ação de qualificação profissional que desenvolveu com os sujeitos-alunos da edição de 2006, na qual tiveram a incumbência de recepcionar mais de 500 convidados em um evento na cidade de Maceió. “Todos participam, mas inicialmente seleciono os mais danados e sempre dá certo, nessas horas eles mostram desenvoltura e participação” (*Idem*).

Ainda sob o ponto de vista do docente, seguem mais considerações:

A visão do aluno do Projovem é o aluno sem futuro. Mas, quando eles passam a participar dessas atividades, desenvolvem uma postura totalmente diferente, a gente percebe a capacidade. E o diferencial é que eles estão no Projovem porque querem. Quando eles faltavam às aulas, por exemplo, nós professores, por iniciativa própria, íamos na casa deles, saber o motivo da ausência. E também, quando as escolas eram em lugares distantes, em grotas, os alunos nos levavam até o ponto de ônibus e não tinha problema algum, mas acredito que hoje em dia não exista mais essa preocupação dos professores (*Idem*).

Pelos relatos acima, compreendemos como eram construídas as relações entre professor-aluno no contexto escolar do Projovem Urbano. Com a fala do professor G., a afetividade e a educação narrada pelo sujeito-aluno J. se entremeiam e, a partir disso, é possível pressupor, segundo Luria (1979), que a grande maioria dos conhecimentos e habilidades do homem se formam por meio da assimilação da experiência de toda a humanidade, acumulada no processo da história social e transmissível no processo de

aprendizagem. Isso implica assumir que a aprendizagem é social e mediada por elementos culturais.

Sob tal concepção, enfatiza-se a relação sujeito-objeto como marcada pelo entrelaçamento tanto dos aspectos cognitivos como dos afetivos. Parafraseando o autor, entende-se que a futura relação estabelecida entre o aluno e o objeto do conhecimento⁷⁵ não é somente cognitiva, mas também afetiva.

Com isso, compreende-se a relevância das práticas pedagógicas desenvolvidas pelo professor, dentro e fora do contexto escolar, exemplificadas nas falas dos sujeitos, pois aquelas medeiam a relação que se estabelece entre o aluno e os diversos objetos do conhecimento envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

Pode-se concluir, portanto, no tocante aos vínculos entre afetividade e cognição, que o sucesso da aprendizagem dependerá, em grande parte, da qualidade dessa mediação. E, como observamos nas narrativas apresentadas, estão presentes na relação professor-aluno o compromisso com a educação, a confiabilidade, a colaboração e a humanização, ou seja, o desejo singular, porém de valor imensurável, de transformação social, como exemplificado abaixo na fala do professor C.:

O trabalho pedagógico é flexível e voltado para esse jovem. Então, o jovem, quando chega no Projovem, observa que ele tem uma probabilidade maior de sucesso no curso, mais do que teria no ensino regular. E, para isso, o professor não pode cair na armadilha na educação formal, em reclamar de merenda, de falta de recursos, é muito difícil, mas, ele deve superar isso para dar estímulo a esses jovens. O professor deve estimular o aluno a concluir o curso e a partir daí traçar caminhos para que ele alcance outras etapas (Professor C., 37 anos, da disciplina Participação Cidadã, edição 2009, 2013 e 2015).

Cabe salientar ainda que, no contexto das entrevistas e da análise das falas dos entrevistados, deparamos frequentemente com ações isoladas por parte de alguns professores que, mesmo enfrentando certa escassez de recursos, todos extremamente necessários para o desenvolvimento de sua prática pedagógica, esforçavam-se no intuito de oferecerem o melhor de si, como profissionais e como pessoas, aos sujeitos-alunos do Projovem Urbano.

Nesse sentido, observamos ainda, como um fator imprescindível, a existência de um trabalho interdisciplinar, não apenas voltado, como propõe a proposta curricular do Programa, para os conteúdos teóricos compartilhados em sala de aula, abrangendo, de

⁷⁵ Luria (1979) denomina os conteúdos escolares de objeto do conhecimento e enfatiza a relação existente entre a cognição e a afetividade para o êxito no processo de ensino aprendizagem, baseados na mediação do professor.

modo a facilitar a compreensão dos temas, diversas disciplinas, mas também uma relação de colaboração no que se refere a essas iniciativas, envolvendo, assim, todo o corpo docente e o discente dos núcleos, em benefício da educação ofertada na referida conjuntura.

4.3 O Projovem Urbano Maceió, Alagoas e a qualificação profissional ofertada aos jovens

A qualificação profissional é o segundo eixo que fundamenta a proposta pedagógica do Projovem Urbano. Com isso, observa-se, em praticamente todos os pontos abordados até o presente, por causa da interdisciplinaridade e do currículo integrado da proposta, como se configuram de forma relevante as questões relacionadas ao mundo do trabalho para os sujeitos-alunos do referido programa.

Com efeito, compreende-se, a partir das narrativas, que estudo e trabalho dão ao sujeito-aluno do Programa o sentido de unidade, de transdisciplinaridade, e, por conta disso, percebem-na de modo integral e, portanto, indissociável.

Nesse sentido, segundo Piaget (1972), a interdisciplinaridade é uma forma de pensar e de se alcançar a transdisciplinaridade, etapa que, não restrita à interação ou reciprocidade entre as disciplinas, alcançaria um patamar em que não mais haveria fronteiras entre elas.

Corroborando o pensamento de Piaget (1972), Nicolescu (1994) defende que a unificação do conhecimento é o objetivo do pensamento transdisciplinar, através da compreensão de mundo, através de diversas culturas, formando pontes entre elas e suas educações.

Mediante o pensamento dos autores, observa-se a importância da reflexão acerca da educação tradicional, que se mostra pouco integrada, dificultando a contextualização dos saberes para o diálogo com a cultura dos jovens e as suas necessidades.

Segundo o MEC (2012), a formação profissional dos jovens de baixa renda, ofertada por meio das políticas públicas governamentais, precisa estar contextualizada, para que, assim, possa-se fazer integral, bem como deve estar de acordo com as demandas do mercado profissional exigente e competitivo, de modo a permitir a inserção socioeconômica dessa parcela da população.

Diante dos estudos apresentados, que fundamentam a compreensão dos sujeitos-alunos do Projovem Urbano acerca da unificação entre educação e trabalho, e mediante

o direcionamento do MEC, que visa ao fortalecimento dos direitos das juventudes, orientando as políticas públicas para uma formação integral necessária e urgente, prosseguimos com as narrativas dos sujeitos, a fim de analisarmos a relação existente entre a participação no Programa e uma possível inserção ou reinserção desses indivíduos no mercado de trabalho após a conclusão do curso.

4.3.1 Relação do Projovem Urbano Maceió, Alagoas com a inserção do aluno no mercado de trabalho

A conclusão no curso me auxiliou a ingressar no mercado de trabalho, apesar do meu arco na época ter sido turismo, não atuo na área, mas a experiência de planejar, conviver, a forma de pensar o modelo de trabalho, de tratar o outro, ajuda sim. Eu sou estoquista e trabalho no Moinho Motrisa⁷⁶ há quatro anos, e aquela experiência que eu tive no curso, o fato de pensar e repensar me ajuda indiretamente. Consegui esse trabalho por indicação, mas eu já tinha o Ensino Médio na época e, como a empresa é antiga, não tem essa mentalidade de ter pessoas altamente capacitadas, são trabalhos mais braçais (Sujeito-aluno E., 34 anos, estudante da edição de 2006).

De acordo com o relato apresentado, observa-se que o sujeito-aluno E., além de dar continuidade aos estudos após a conclusão do Ensino Fundamental na primeira edição do Projovem Urbano Maceió, Alagoas, em 2006, embora não atue profissionalmente na área para a qual recebeu capacitação profissional de caráter inicial, no período em que participou do Programa, valoriza positivamente a experiência obtida durante o curso, demonstrando haver construído conhecimentos que o auxiliam diariamente em sua vida, ainda que, segundo ele, “de maneira indireta”.

Durante a entrevista com o sujeito-aluno E., atualmente casado, pai de dois filhos e estudante do curso superior de Engenharia Elétrica, foi relatado que o trabalho na fábrica lhe garante uma renda “certa”, referindo-se ao seu salário mensal, e que, apesar do seu emprego exigir bastante da sua condição física, apenas pretende mudar de ramo, quando, de fato, estiver devidamente preparado e seguro para se dedicar à engenharia ou ramos afins. Além disso, é enfático no que se refere à capacitação, afirmando que a qualificação profissional é a sua principal meta.

⁷⁶ Fábrica de alimentos derivados do trigo. Fundada no ano de 1934, no Rio Grande do Sul, atualmente com sede em quatro estados brasileiros (Alagoas, Sergipe, Pernambuco e Bahia), entrou em funcionamento em Maceió, no estado de Alagoas, no ano de 1954. Fonte: <http://sarandialimentos.com.br/empresa/>

Outro caso exitoso no Projovem Urbano Maceió, Alagoas, desta feita referente à última edição do curso em 2015, devidamente concluído no ano de 2016, é o do sujeito-aluno A.

Hoje eu trabalho numa pastelaria como atendente, e na época do Projovem eu fiz o curso de atendimento ao público, e eu percebo que os clientes gostam de ser atendidos por mim. A pastelaria é da minha cunhada, não é carteira assinada, mas tiro um bom dinheiro, e outra, antes eu trabalhava na limpeza, hoje estou no atendimento. Mas, se fosse pra eu escolher mesmo uma profissão, seria recepcionista de hotel, tive essa capacitação no programa e me encantei. (Sujeito-aluno A., 25 anos, estudante da edição de 2015).

Pela narrativa, observamos que o sujeito-aluno A., ainda que não tenha adentrado no mercado de trabalho de maneira formal, após a conclusão do curso passou a desenvolver atividades ligadas à capacitação obtida que, segundo os seus próprios relatos, proporcionou-lhe uma elevação na autoestima. Nota-se ainda que a experiência no programa lhe permitiu uma identificação com o ramo da hotelaria, segmento profissional em que pretende atuar após a conclusão no Ensino Médio por meio da EJA.

Muita coisa mudou em minha vida com a minha participação no curso, a mais importante foi a autoestima. E ainda pretendo montar um negócio com meu marido, também no ramo de pastelaria, mas se surgir um trabalho de carteira assinada, eu gostaria mesmo de ser recepcionista (*Idem*).

O mercado informal se apresenta como uma possibilidade frente ao desemprego. Nesse sentido, enfatiza o sujeito-aluno J., estudante da edição de 2015 do Projovem Urbano, Maceió, Alagoas: “Eu faço bicos, mas no momento não estou trabalhando. Mas, quero logo concluir todos os estudos, afinal, um professor precisa ter capacitação e é o que eu quero ser”.

De acordo com a entrevista concedida para o nosso estudo, o sujeito-aluno J., que almeja terminar o Ensino Médio também optando pela modalidade da EJA e que, logo em seguida, a depender de uma possível aprovação no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), pretende iniciar o curso superior em Educação Física pela UFAL, não considera sua atividade informal como trabalho.

Acerca do pensamento do sujeito-aluno J., que não percebe a informalidade como trabalho, faz-se oportuno lembrar Arroyo (2007), quando afirma:

Uma coisa é o tempo de um trabalhador que sabe a hora que entra, a hora que sai e das oito horas de trabalho, e outra coisa é o tempo de um sobrevivente em situações informais de trabalho. Ele não tem tempo, ou melhor, ele não controla seu tempo, ou ele tem que criar o seu tempo. Porém, não é um tempo que ele cria como bem quer. Esse tempo tem que ser criado em função do ganho de cada dia. Ele poderá terminar às seis da tarde se aquele dia foi bom,

mas poderá tentar continuar vendendo pipocas, água ou quiabos, se aquele dia foi mal. O tempo dele é tão instável quanto a sua forma de trabalhar (ARROYO, 2007, p. 12).

Nesse sentido, segundo Santos (2006, p. 2),

Diante da grande crise por que passamos, o que está forçando as empresas a realizarem uma grande mudança e reestruturação produtiva e redução de custos, deixaram de ser assegurados o desenvolvimento sustentável e os direitos sociais dos trabalhadores. Sendo assim, por questão de sobrevivência, os trabalhadores passaram a buscar novas formas de vender sua força de trabalho, dada a existência de um elevado índice de desemprego, surgindo a informalidade como uma nova forma de organização de trabalho.

Em consonância com o contexto apresentado por Arroyo (2007) e Santos (2006), percebe-se também uma fala recorrente entre os sujeitos-alunos do Projovem Urbano no que se refere ao empreendedorismo⁷⁷. Esse discurso, que permeia o programa como uma importante alternativa frente ao desemprego, é explorado tanto em sala de aula como também em palestras sobre qualificação profissional, promovidas, sobretudo, como o objetivo de preparar os jovens para o cenário profissional atual, agregando a identificação de potenciais empreendedores. Conforme explica a Coordenadora do Programa em Maceió, Alagoas, a Sra. S., “Muitos alunos vivem de pequenos negócios, então abordar o tema tem tudo a ver com eles”.

Em relação ao empreendedorismo, subsidiando a fala da gestora local do Projovem Urbano Maceió, Alagoas, damos destaque para o relato do sujeito-aluno N. A entrevista, concedida no ano de 2016, foi realizada em sua residência, local em que também funciona um pequeno salão de beleza de sua propriedade, o seu “negócio de trabalho”, conforme denomina orgulhosamente a ex-estudante.

Eu não pretendo trabalhar para ninguém, e sim melhorar o meu negócio, eu tenho esse salão na minha casa, mas antes eu atendia a domicílio antes mesmo do Projovem. Então a gente resolveu fazer o salão em casa porque eu consigo tomar conta do meu filho, mas quero estudar para melhorar o meu dom e arrumar um lugar maior para montar o meu negócio de trabalho, nós dois (referindo-se também ao esposo) lutamos muito e não é fácil. Mas, é tudo quando Deus quer. Porque no momento estamos sem condições para isso. Mas, sabia que já tive até sorveteria? (Sujeito-aluno N., 34 anos, estudante da edição de 2006).

De acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas — SEBRAE (2016), os anos subsequentes a 2016 (data da última conclusão do Projovem

⁷⁷ Conceito de “empreendedorismo” no Dicionário Aurélio: atitude de quem, por iniciativa própria, realiza ações ou idealiza novos métodos com o objetivo de desenvolver e dinamizar serviços, produtos ou quaisquer atividades de organização e administração. Fonte: <https://dicionariodoaurelio.com/empreendedorismo>. Acesso em 18 set., 2018.

Urbano Maceió, Alagoas) apresentariam um contexto bastante negativo no que se refere ao quantitativo de desempregados, sem expectativas em relação a um crescimento econômico significativo para o país, tudo isso por conta da crise que o Brasil atravessa. Em contrapartida, ainda de acordo com o SEBRAE, observa-se uma crescente disposição em relação ao empreendedorismo, contabilizando-se a abertura de uma série de novos empreendimentos a cada ano.

Outro ponto que cabe destacar em relação ao empreendedorismo é a presença feminina. De acordo com a supracitada fonte, a participação do público empreendedor feminino, em especial entre 18 e 34 anos⁷⁸, é igual ao masculino. Ou seja, a existência de um equilíbrio de gêneros na atividade empreendedora tende a qualificar melhor os negócios, pois leva em consideração a multiplicidade das experiências profissionais e pessoais das pessoas que se sentem estimuladas a abrir um negócio. Cabe ressaltar ainda que os dados referentes ao empreendedorismo contribuem para o nosso estudo, no que se refere à compreensão do ato de empreender pelas juventudes marginalizadas do Projovem Urbano. O estudo é de domínio público e está acessível na página do SEBRAE.

Diante do exposto, de acordo com as narrativas dos seis sujeitos-alunos do Projovem Urbano Maceió, Alagoas entrevistados para o nosso trabalho, observamos que quatro realizam trabalhos informais, citados como “bicos” por dois deles; outros dois nos informaram que trabalham em pequenos comércios e, segundo eles, já realizam o trabalho há alguns anos, porém sem carteira assinada, mas estão-se organizando para empreender no mesmo ramo comercial em que já atuam. Um dos sujeitos-alunos, no período em que havia concedido a entrevista, apesar de nos informar que realizava trabalhos esporádicos, segundo ele “quando aparece”, não se referiu a tais como “bicos”, mas se considerou desempregado, diferentemente dos demais. Por fim, apenas um deles afirmou possuir vínculo empregatício com uma empresa de grande porte em Maceió.

4.4 A participação social ofertada aos estudantes do Projovem Urbano Maceió, Alagoas

Compreende-se que a participação é elemento fundamental da democracia e, não por acaso, a questão da participação política e social dos sujeitos tem provocado

⁷⁸ O público alvo do Projovem Urbano (jovens de 18 a 29 anos) está contemplado nessa faixa etária.

inúmeras discussões e posicionamentos ao longo da história política, como pudemos acompanhar na **Seção 2** desta dissertação.

Nesse sentido, observa-se que tanto a educação formal quanto a não formal têm papel fundamental para a formação do requerido comportamento participativo dos sujeitos, comportamento este fomentado por recentes programas de atenção às juventudes das camadas brasileiras mais populares, como é o caso do Projovem Urbano Maceió, Alagoas.

Diante disso, tem-se a Participação Cidadã promovida no Projovem Urbano como um dos eixos que sustentam a proposta do programa. Nesse sentido, a disciplina compreende dois conjuntos de atividades: reflexões sobre os conceitos básicos para a cidadania e o PLA, que consiste no planejamento, realização, avaliação e sistematização de uma ação social que fica a critério de escolha dos próprios alunos, devendo estar alicerçada no conhecimento de sua realidade próxima, cuja referência é “a ideia de que participar e exercer cidadania são ações que se aprendem fazendo” (BRASIL, 2008, p.41).

O PLA propõe a construção de um mapa de desafios da comunidade em que os sujeitos-alunos estão inseridos e, por meio da realização de um mapeamento, seleciona o desafio-alvo do plano de ação a ser planejado e executado na comunidade. A fase final do referido plano é reservada para a avaliação de todo o processo percorrido, a fim de se extrair as lições adquiridas por essa experiência coletiva de intervenção social, sendo compreendida como uma experiência de trabalho colaborativo e de responsabilidade solidária.

Por conta disso, também foi de nosso interesse compreender a importância e, conseqüentemente, as possíveis relações estabelecidas entre os sujeitos-alunos do Projovem Urbano Maceió, Alagoas e a oferta referente à Participação Cidadã, terceiro eixo do Programa. Para isso, continuamos com as análises das falas dos referidos sujeitos participantes do nosso estudo.

Nesse sentido, de acordo com sujeito-aluno E.,

Em relação à participação cidadã, eu me considero muito ativo na sociedade, mas não apenas devido ao curso e sim ao meu engajamento na igreja. Quando concluí o Projovem, desenvolvi um projeto de informática para as crianças na comunidade, foi muito bom, mas não durou muito tempo por falta de recursos. Também já participei como educador popular no projeto Maceió Tira de Letra, passei quase três anos atuando no projeto, mas, por conta dos problemas estruturais, que sempre tem nesses projetos, infelizmente acabou. Mas, depois que eu terminei o curso de Engenharia Elétrica, eu penso em fazer outra graduação, história, filosofia ou política e pretendo fazer muita

coisa com esse conhecimento. (Sujeito-aluno E., 34 anos, estudante da edição de 2006).

O sujeito-aluno E. se mostrou muito ativo em sua comunidade, segundo ele devido a sua participação na comunidade evangélica que frequenta, revelando que sempre busca promover ações sociais. Porém, por conta do seu trabalho na fábrica, não consegue ser tão atuante como de fato gostaria.

Revelou ainda que, por três anos, dedicou-se a um projeto educacional no Município de Maceió, cujo início se deu em 2010 (quatro anos após a sua conclusão no programa) e cujo objetivo era a alfabetização de alunos por meio da EJA. Porém, enfatiza que o projeto, assim como o Projovem, apresentava problemas de ordem estrutural que impactavam negativamente nos salários dos alfabetizadores, no envio de materiais de apoio didático para professores e estudantes, bem como na estrutura física, pois, diferentemente do Projovem Urbano Maceió, Alagoas, as aulas não aconteciam nas escolas públicas, e sim em associações de bairro.

Outro relato bastante significativo é o do sujeito-aluno A. do Projovem Urbano Maceió, Alagoas, que afirma haver a participação social desenvolvida durante todo o curso auxiliando-a na superação da timidez e da falta de iniciativa, tudo por meio do engajamento nas ações propostas pelos professores do programa.

De acordo com o sujeito-aluno A.,

A disciplina de Participação Cidadã me ajudou muito, foi tudo novo, eu encabecei até um projeto social, fui até a Secretaria de Educação Municipal de Maceió – SEMED procurar saber de alguém para dar uma palestra na escola, fui no conselho tutelar conversar com representantes, consegui panfletos e materiais para distribuir entre os participantes, e, eu tomando a frente de tudo. E no final conseguimos desenvolver o projeto, envolvendo toda a escola e a comunidade. Antes do Projovem, eu tinha vergonha até de falar. (Sujeito-aluno A., 25 anos, estudante da edição de 2015).

Corroborando a narrativa de A., o relato de um ex-professor de Participação Cidadã – PLA do Projovem Urbano Maceió, Alagoas, revela a importância da sua disciplina para a formação dos jovens participantes do programa.

Enquanto professor, eu tentei ir além daquilo que está posto no projeto. Tentei fazer os estudantes conhecerem toda a estrutura do Estado, pois é preciso formar seres humanos, para que percebam a possibilidade de articulação com os órgãos públicos, e não contribuir para que sejam massas de manobra do Estado. Tento fazer um trabalho marcante para a vida do estudante; por isso, procuro conhecer bem o programa para que eles também o conheçam. Proporciono a eles a participação em audiências públicas, em ciclos de palestras, ou seja, durante o período em que lecionei a disciplina no Projovem Urbano, busquei fazer com que eles fossem atrás do conhecimento, buscassem os órgãos competentes para apoiar as ações comunitárias que

pretendíamos desenvolver e muitas dessas ações deram muito certo. Poder lembrar essas coisas que me deixam muito orgulhoso (Professor C., 37 anos, Participação Cidadã, edição 2009, 2013 e 2015).

Diante da narrativa exposta pelo professor C., observamos a coerência da proposta do programa ofertada aos jovens, que articula educação fundamental, capacitação profissional e participação cidadã. Ressaltamos ainda a participação fundamental desses professores que promovem, junto aos alunos, ações concretas de participação social no cenário do Projovem Urbano Maceió, Alagoas, proporcionando o entendimento e a participação ativa dos jovens na elaboração e desenvolvimento de todas as ações, culminando no protagonismo do sujeito. Conforme bem assinala Freire (2005), ninguém liberta ninguém, do mesmo modo que ninguém se liberta sozinho, pois os homens se libertam em comunhão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escrita desta dissertação de mestrado teve como principal motivação o estudo do Projovem Urbano Maceió, Alagoas, a partir da perspectiva dos sujeitos-alunos partícipes do programa. Para isso, o nosso trabalho buscou subsídios imprescindíveis nas narrativas concedidas pelos nossos entrevistados, sendo eles ex-estudantes, ex-professores e coordenação local do programa.

A partir da realização das entrevistas, foi possível a análise acerca dos três eixos que sedimentam a proposta pedagógica do Projovem Urbano Maceió, Alagoas, que se configuram na elevação da escolaridade, na qualificação profissional de caráter inicial e na participação cidadã ofertada às juventudes do programa, de modo que pudéssemos compreender a importância desta experiência para cada um dos sujeitos entrevistados para o nosso estudo.

Para o alcance desse objetivo, tomamos como pontos de partida questionar se a participação no Projovem Urbano Maceió, Alagoas estimulou os estudantes a dar continuidade aos estudos; se a qualificação profissional, de caráter inicial, favoreceu o ingresso ou a reinserção dos sujeitos-alunos no mercado de trabalho; se os conhecimentos construídos durante o curso os auxiliaram em relação à participação cidadã.

Os relatos obtidos por meio de entrevistas, previamente submetidas e aprovadas pelo comitê de ética da Universidade Federal de Alagoas – Ufal, ensejaram reflexões que transcenderam nossos questionamentos iniciais e, por conta disso, oportunizaram, conforme Certeau (1994), o direcionamento do nosso trabalho para novos olhares ao deparamos com a imprevisibilidade advinda das memórias dos sujeitos-alunos partícipes do Projovem Urbano Maceió, Alagoas.

Nesse sentido, foi possível abordar as políticas públicas, na figura dos programas de governo – como é o caso do Projovem Urbano Maceió, Alagoas –, que devem proporcionar a reparação das consequências danosas dos processos de exclusão social. Diante disso, oportunizou-se em nosso trabalho a investigação acerca dos principais obstáculos que dificultaram a efetivação da proposta assumida pelo referido programa.

Nosso estudo deu a devida atenção às juventudes, realizando um levantamento histórico acerca da participação dos jovens no processo árduo e contínuo de lutas em busca da efetivação de seus direitos, como o de estudar durante toda a vida, ou seja, sem

estar a sua garantia condicionada a uma faixa etária ou a uma fase da vida. Santos (2008), Carrano (2007) e Dayrell (2003) nos auxiliam nesse sentido.

Damos destaque à EJA como modalidade capaz de oportunizar às juventudes do programa a continuidade nos estudos, tendo como compromisso a formação integral do sujeito. Salientamos ainda que, apesar de a modalidade de ensino ser constantemente mencionada e valorizada em nosso estudo, a EJA não está firmada nas ações do Projovem Urbano.

De acordo com as narrativas dos sujeitos-alunos participantes de edições distintas do programa, o Projovem Urbano, Maceió Alagoas tem bastante representatividade para as juventudes marginalizadas, constituindo-se como um diferencial em face da escola pública tradicional e excludente.

As motivações para participar do programa mostraram-se de ordem pessoal, destacando-se, dentre elas, a conclusão do Ensino Fundamental, a possibilidade de dar continuidade aos estudos no Ensino Médio e no superior, a oportunidade de encontrar trabalho – esta última presente nos depoimentos de cada um dos sujeitos entrevistados – e, ainda, a viabilidade de se tornarem empreendedores, ou mesmo, melhorarem no comércio em que já atuavam.

Em relação às propostas de elevação da escolaridade, de capacitação profissional e de participação cidadã, verificamos que, embora que a maioria dos estudantes não tenha dado continuidade aos estudos no Ensino Médio, todos os sujeitos-alunos entrevistados para o nosso estudo conseguiram concluir o Projovem Urbano Maceió, Alagoas, nas respectivas edições de que participaram. Com efeito, apenas um sujeito-aluno entrevistado para o nosso estudo logrou êxito no Ensino Médio e ingressou na educação superior na rede privada de ensino da cidade de Maceió, Alagoas.

Cabe ressaltar que, embora tenha havido, com a conclusão do Ensino Fundamental, uma elevação do nível de escolaridade dos sujeitos-alunos do Projovem Urbano, Maceió, Alagoas, o atual cenário econômico brasileiro não oportuniza a promoção de novos postos de trabalho, já que os números relacionados ao desemprego são crescentes e extremamente preocupantes, contabilizando-se, nos primeiros três meses de 2018, 13,7% milhões de desempregados, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Acerca da importância do Projovem Urbano Maceió Alagoas, colhemos depoimentos dos sujeitos-alunos apontando, como parte do insucesso no Ensino Médio, o fato de não terem encontrado na escola pública o mesmo acolhimento, compreensão e

devida atenção que, segundo os ex-estudantes, é característica presente nos atores que fazem o referido programa, revelando-nos o desejo de darem sequência aos estudos no Ensino Médio, caso o programa ofertasse matrícula também para esse segmento.

Apesar disso, devemos pontuar o fato de os estudantes levarem consigo experiências acumuladas durante toda a vida, que são somadas ao conhecimento construído durante o curso, os quais oportunizam aos jovens do Projovem Urbano Maceió, Alagoas, não apenas a elevação da escolaridade, com a conclusão do Ensino Fundamental, mas a elevação de sua autoestima, traduzida no desejo de uma oportunidade de atuação na área para a qual receberam qualificação profissional inicial, mesmo no caso de alunos que ainda estejam executando trabalhos na informalidade.

Deparamos ainda com relatos de sujeitos-alunos que, embora já fossem empreendedores antes de participarem do programa, revelaram a aspiração de ampliar seus negócios assim que tivessem oportunidade, além do que constatamos casos de sujeitos-alunos que optaram por essa forma de trabalho a partir da participação no curso. Por fim, em ambas as situações descritas, os sujeitos afirmaram, em suas narrativas, estarem aptos para a realização dessa modalidade.

Apenas um sujeito-aluno participante do nosso estudo faz parte do quadro de funcionários de uma empresa privada na cidade de Maceió em Alagoas, enquanto os demais realizam atividades informais.

Acerca da participação cidadã proporcionada aos jovens do Projovem Urbano Maceió, Alagoas, estes mostram entendimento acerca da importância da participação ativa na sociedade, tanto que dois deles, inclusive, revelaram que promovem ou já promoveram ações de cidadania nas comunidades periféricas nas quais residem.

Destacamos a coerência dos relatos concedidos por professores e alunos em praticamente todas as indagações realizadas e estendidas desde as metodologias de ensino utilizadas durante o curso, fortalecendo o programa e estimulando os alunos a continuarem no Projovem Urbano Maceió, Alagoas, até os problemas de ordem estrutural e financeira no que tange à gestão do programa nas esferas federal e municipal.

Como um dos principais diferenciais do programa pontuados pelos sujeitos-alunos, observamos o engajamento dos professores na busca da efetivação da proposta do Projovem Urbano Maceió, Alagoas, os quais, segundo os informantes, são peças fundamentais desse processo que envolve o estímulo constante dos estudantes para continuarem no curso, apesar dos obstáculos que propiciam a evasão escolar.

Ao investigarmos acerca do auxílio no valor de R\$100,00 (cem reais) concedidos pelo Governo Federal aos jovens estudantes do Projovem Urbano Maceió, Alagoas, constatamos, nos relatos concedidos, que os atrasos referentes aos repasses do programa dificultam a participação do jovem no curso, não sendo isso, entretanto, segundo eles próprios, o principal motivo de sua permanência ou não no curso, apesar de revelarem ter presenciado casos de evasão no programa envolvendo a mencionada falta de apoio financeiro aos estudantes, que têm, segundo Moura (2000), necessidade de uma renda mensal e, por isso, entram na escola e dela se evadem com frequência.

Outro ponto a ser revisto, segundo os sujeitos entrevistados, concerne à gestão compartilhada, para o qual ofereceram sugestões importantes acerca da distribuição de responsabilidades, principalmente no que tange ao financiamento do programa, o que minimizaria os problemas de ordem financeira decorridos do atraso constante de repasses, entre eles a falta de merenda escolar e outros mais que repercutem negativamente na manutenção do Projovem Urbano Maceió, Alagoas.

Nosso estudo permitiu-nos constatar quanto falta ainda de caminho a percorrer para que, de fato, as diferenças sociais possam ser diminuídas de forma significativa entre aqueles que têm acesso à educação e aqueles que não conseguem o alcance mínimo dessa oferta, confinando-se na condição de excluídos desse processo sócio-educacional.

Nesse sentido, convém ressaltar a importância do Projovem Urbano Maceió, Alagoas para as juventudes marginalizadas da capital e de outras localidades do estado, favorecendo o jovem com a conclusão dos seus estudos no Ensino Fundamental, de modo a permitir-lhe, a partir daí, melhores condições de vida e trabalho, pois, como bem sabemos, embora este direito não venha sendo efetivado de modo a contemplar uma contingente cada vez maior de jovens, a educação é indispensável para uma vida humana e socialmente digna.

Por fim, salientamos que, apesar das conclusões alcançadas com o presente trabalho, entendemos que muitas reflexões se encontram em aberto, justificando-se, portanto, que a elas se possa dar continuidade. Ao mesmo tempo, sentimo-nos acrescidos pelo aprendizado construído durante as etapas do desenvolvimento deste estudo, enfatizando as importantes contribuições de todos os sujeitos partícipes desse processo para que chegássemos a uma compreensão mais aprofundada do programa, alimentada pela perspectiva de quem, superando todas as dificuldades apresentadas na

busca da concretização dos próprios objetivos, de fato vivenciou o Projovem Urbano Maceió, Alagoas.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. W. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In M. V. Freitas. (Org.). **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais** (pp. 19-35). São Paulo: Ação Educativa, 2005.

ABRAMOVAY, Miriam. CASTRO, Mary Garcia; WAISELFISZ, Júlio Jacobo. **Juventudes na escola, sentidos e buscas: Por que frequentam?** Brasília – DF: Flasco – Brasil, OEI, MEC, 2015.

AQUINO, Luseni. A juventude como foco das políticas públicas. In: CASTRO, Jorge Abrahão de. et. al. (org.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2005.

ARROYO, Miguel González. **Imagens Quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres**. 5. Ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2009.

_____. A educação de Jovens e Adultos em tempo de exclusão. In: **Construção Coletiva** – contribuição à educação de jovens e adultos. Brasília, MEC/UNESCO, 2008.

AZEVEDO, Sérgio de. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. Dos (et. al.). **Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais**. Rio de Janeiro: Fase, 2003.

BRASIL. **Estatuto da Juventude**. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htmAndgt; Acesso em: 1 ago. 2014

_____. Ministério da Educação. Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio. **Documento Base**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf>. Acesso em 20 jul. 2016.

_____. Ministério da Educação. **Políticas Públicas para a Educação Profissional Tecnológica EPT no Brasil**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/setembro.../22151-apresentacao-mec-setec-estado-pdf>>. Acesso em 20 jul. 2016.

_____. **Manual do educador – Orientações Gerais** / [organização: Maria Umbelina Caiafa Salgado; Revisão: Rafael Paixão Barbosa] – Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens e Adultos – PROJOVEM Urbano, 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS; Norma Operacional Básica NOB/SUAS**. Brasília, novembro de 2004.

DEMBOSKI, Beatriz; EUGENIO, Jessica Daminelli; SOUZA, Ismael Francisco de. O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) como política pública específica para jovens. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV, n. 106, nov 2012. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12050&revista_caderno=12>. Acesso em: 03 dez. 2017.

CAMBI. Franco. **A história da pedagogia**. São Paulo: Unesp (Feu), 1999.

CARRANO, P. Educação de jovens e adultos e juventude: o desafio de compreender os sentidos da presença dos jovens na escola da "segunda chance". **REVEJ@: Revista de Educação de Jovens e Adultos**, Belo Horizonte, v. 1, n. 0, p. 55-67, 2007.

CARRANO, P. C. **Juventudes e cidades educadoras**. Petrópolis: Vozes, 2003.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A Invenção do Cotidiano 1. Artes de Fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

CERTEU, Michel de. **A Escrita da história**/Michel de Certeau; tradução de Maria de Lourdes Menezes; *revisão técnica [de] Arno Vogel. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

COIMBRA, C. C.; BOCCO, F.; NASCIMENTO, M. L. Subvertendo o conceito de adolescência. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 57, n. 1, p. 2-11, 2005.

CORTI, A. P. e SOUZA, R. Aproximando-se do conceito de juventude. In: _____. **Diálogos com o mundo juvenil: subsídios para educadores**. São Paulo: Ação Educativa, 2004.

COSTA, Elaine Cristina Pimentel. **Projeto PIBIP Ação: Alfabetização e Cidadania para reeducandos do regime semiaberto e aberto**. Alagoas: UFAL, 2012.

CUNHA, L.A. **Educação, Estado e democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: Flasco do Brasil, 1991.

CUNHA, Luiz Felipe Lopes. **Uma interpretação filosófico-antropológica das experiências escolares de Jovens e adultos na EJA**. 2009, 105f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, UFMG, Belo Horizonte.

DA CRUZ, Neilton Castro. **Trilhas e enigmas do cotidiano: vivências, conflitos e representações de pessoas jovens e adultas na escola**. Ihéus – BA. Universidade Estadual de Santa Cruz: UESC, 2007, (Monografia).

_____. **Casos pouco prováveis: trajetórias ininterruptas de estudantes da EJA no ensino fundamental**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2011.

DEMO, Pedro. **Politicidade: razão humana**. Campinas: Papirus, 2002.

FREIRE, Paulo. **A Educação na cidade**. São Paulo: Cortês, 2006.

_____. **Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos**. 14^a ed. Ver. Atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, 42.^a edição.

_____. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. 2 ed. São Paulo: Olho d'água, 1993.

FOUCAULT, Michel. Sujeito e Poder. In: DREYFUS, Hubert L. & RABINOW. **MICHEL FOUCAULT: uma trajetória filosófica - para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

HOFLING, ELOISA DE MATTOS. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 21, n. 55, p. 30-41, nov. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622001000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso: 25 de março de 2017.

IFAL AL. **História**. Disponível em: <<http://www2.ifal.edu.br/ifal/reitoria/historia>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 40-52, Dec. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 jul. 2018.

DAYRELL, Juarez. CARRANO, Paulo. MAIA, Carla Linhares. **Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2015/01/livro-completo_juventude-e-ensino-medio_2014.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2018.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LURIA, A. B. A atividade consciente do homem e suas raízes histórico-sociais. Em A. B. Luria (Org.), **Curso de psicologia geral VI**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

MADEIRA, Lígia Mori. **Avaliação de Políticas Públicas**. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/cegov/files/pub_37.pdf>. Acesso em: 22 maio 2017.

MELLO, C J H de. **Focalização de Políticas Públicas: teoria e prática**. 2004. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação do Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2004

METODOLOGIA DO PROJovem INTEGRADO. Disponível em: <<http://sociologiaemteste.blogspot.com.br/2011/04/metodologia-projovem.html>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

MOURA, Tania Maria de Melo. **A Prática Pedagógica dos Alfabetizadores de Jovens e Adultos: Contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky**. Maceió: EDUFAL/INEP, 1999.

_____. **Os alunos jovens e adultos que buscam a Educação de Jovens e Adultos: quem são e o que buscam na escola**. Maceió: UFAL, 2000.

MORIN, Edgar. Desafios da Transdisciplinaridade e da Complexidade. In: AUDY, J. L. N.; MOROSI, M. C. (org.) **Inovação e Interdisciplinaridade na Universidade**. Edipucr: Porto Alegre, 2007. p. 22 -28.

NICOLESCU, Basarab; et al. **Carta da Transdisciplinaridade**. In: Primeiro Congresso Mundial de Transdisciplinaridade. Convento de Arrábida, Portugal, 2 – 6 novembro, 1994. Disponível em: <[http://www.ccsa.ufn.br/5sel/v2/pdf/minicurso_15_carta_transdisciplinaridade .pdf](http://www.ccsa.ufn.br/5sel/v2/pdf/minicurso_15_carta_transdisciplinaridade.pdf)>. Acesso em: 24 abr. 2010.

NICOLESCU, Basarab. **O manifesto da transdisciplinaridade**. Tri - om, São Paulo - SP, 2005.

NOVAES, Regina. **Os novos paradigmas da pesquisa em juventude**. Encontro de pesquisadores e pesquisadoras de políticas de juventude. 2014. Disponível em: <<http://www.participatorio.juventude.gov.br>>. Acesso em: 22 jul. 2018.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. **Políticas Públicas Educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática**. Disponível em: <<http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/texto-4-políticas-públicas-educacionais.pdf>> Acesso em: 12 de set. de 2015.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Das políticas de governo à política de estado: reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira**. Educ. Soc. [online]. 2011, vol.32, n.115 , pp.323-337. Disponível em: <[http://www .sciELO.br/pdf/es/v32n115/v32n115a05.pdf](http://www.scielo.br/pdf/es/v32n115/v32n115a05.pdf)> Acesso em: 15 nov. 2017.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de **Boaventura e a Educação**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

OLIVEIRA, M. K. Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, n. 12, 1999.

PAIVA, Jane. **Educação de jovens e adultos: questões atuais em cenários de mudança**. In: Educação de Jovens e Adultos/ [orgs. J. Paiva, I. B. Oliveira]. – Petrópolis. RJ: DP et Alli, 2009.

PAIVA, Jane. **Os sentidos do direito à Educação para Jovens e Adultos**. Petrópolis, RJ: DP et Alii; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2009.

PAIVA, Jane. Tramando concepções e sentidos para redizer o direito à educação de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33, set/dez. 2006

PARENTE, Cláudia da Mota Darós; PARENTE, Juliano Mota. **Avaliação, política e gestão da educação**. São Cristóvão: ed. UFS, 2011.

PASTOUREAU, M. Os emblemas da juventude: atributos e representações dos jovens na imagem medieval. In: LEVI, G; SCHMITT, J-C. (Orgs.). **História dos jovens: da antiguidade à era moderna**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

PAZ, S.R.S.; OLIVEIRA, Ramon de. **POLITICA PÚBLICA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL: análise crítica dos Planos Nacionais de Qualificação Profissional do Trabalhador**. IV Jornada Internacional de Políticas Públicas (IV JOINPP), Maranhão – São Luís, 2009.

PEREGRINO, Mônica, NOVAES, Regina. **Juventude no Brasil hoje: direitos, demandas e políticas públicas**. Disponível em <<http://cead.moodle.unirio.br/moodle/course/view.php?id=25>> Acesso em: 25 out. 2015.

PIAGET, J. The epistemology of interdisciplinary relationships. In: APOSTEL, L. et al. (Ed.). **Interdisciplinarity: problems of teaching and research in universities**. Paris: OECD, 1972.

SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo. **Sociologia do trabalho: no mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004

SANTOS. Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Afrontamento, 1985.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica**. Autores Associados, Campinas, 2007.

SEBRAE. Global entrepreneurship monitor. **Empreendedorismo no Brasil**. 2016. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/GEM%20Nacional%20-%20web.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Avaliação das políticas sociais: aspectos conceituais e metodológicos. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e. (org.). **Avaliação de Políticas e Programas Sociais – teoria e prática**. São Paulo: Veras Editora, 2001.

SOUZA, Jacqueline; KANTORSKI, Luciane Prado; LUIS, Margarita Antônia Villar. Análise documental e observação participante na pesquisa em saúde mental. **Revista Baiana de Enfermagem**, Salvador, v. 25, n. 2, p. 221-228, maio/ago. 2011. Disponível em <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/enfermagem/article/viewArticle/5252>> Acesso em: 15 de set. 2015.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>> Acesso em: 12 de set. de 2015.

SCHNAPP, A. A imagem dos jovens na cidade grega. In: LEVI, G; SCHMITT, J-C. (Orgs.). **História dos jovens 1: da antiguidade à era moderna**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996. (p.19-57).

SPOSITO, M. P. (Org.). **O estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006)** (vols. 1-2). Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

_____. **Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas**. São Paulo: Ação Educativa, 2003.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ZITKOSKI, Jaime José. HAMMES, Lúcio Jorge. Juventude, educação e cidadania: os desafios da participação social e política. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, mai.-ago. 2014.

**APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA (EX-
ESTUDANTES)**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

Pesquisa: Avaliação da Política Pública PROJOVEM Urbano no Município de Maceió
Alagoas – ingresso, permanência e conclusão no curso.

Grupo: Estudantes de diferentes edições do PROJOVEM Urbano.

Nome: _____

Data: ____/____/____

Horário de início: _____

Horário de término: _____

Local: SEMED Maceió

1. Antes de iniciar os estudos no PROJOVEM, você estava há quanto tempo sem estudar? E o que o motivou a dar continuidade aos estudos?
2. Já conhecia o PROJOVEM Urbano? Como você soube do processo de seleção?
3. Já participou do Programa em outras edições? Se SIM, quais os fatores que o levaram a desistir?
4. Em sua opinião, quais os maiores obstáculos do PROJOVEM que interferem diretamente no contexto de sala de aula?
5. Quais os impactos do PROJOVEM para a sua vida?
6. Para você, qual o sentido de Participação Cidadã antes e após a conclusão no curso?
7. Em sua opinião, enquanto estudante, quais fatores diretamente ligados ao PROJOVEM, contribuem para a evasão no curso?
8. Atualmente, você está estudando e/ou trabalhando? A participação no PROJOVEM o estimulou nesse sentido?
9. A conclusão no curso o auxiliou profissionalmente? Relate suas experiências.
10. No contexto da sala de aula, os métodos utilizados pelos professores do PROJOVEM se assemelham aos dos professores do Ensino Fundamental que você conhece?
11. Quais as situações/experiências mais relevantes vividas durante o Curso?
12. Algo mudou na sua vida? O que? O que você pretende daqui pra frente?
13. Você acha que o PROJOVEM Urbano enquanto Política Pública deve ter continuidade? Por quê?
14. A participação no curso lhe deu a oportunidade de promover alguma mudança na sociedade em que vive? Qual?

Obrigada pela colaboração

**APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA (EX-
PROFESSORES)**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

Pesquisa: Avaliação da Política Pública PROJOVEM Urbano no Município de Maceió
Alagoas – ingresso, permanência e conclusão no curso.

Grupo: Professores que atuaram no PROJOVEM Urbano em diferentes edições.

Nome: _____

Data: ____/____/____

Horário de início: _____

Horário de término: _____

Local: SEMED Maceió

1. Qual o ano em que você atuou no PROJOVEM Urbano? Já participou de edições anteriores, quais?
2. O que o motivou a participar do PROJOVEM? Já conhecia a proposta do Programa?
3. Qual a sua opinião em relação à proposta pedagógica do Programa?
4. De acordo com a sua experiência, a proposta é colocada em prática no planejamento e execução das aulas?
5. Que habilidades/conhecimentos você acredita que são exigidos na atuação cotidiana dos professores do PROJOVEM?
6. Qual foi a contribuição do PROJOVEM para a sua vida pessoal/profissional?
7. Em sua opinião, quais os impactos do PROJOVEM para a vida dos estudantes do PROJOVEM? O que pôde presenciar durante a sua permanência no Programa?
8. Na sua concepção, quais os maiores obstáculos para a plena execução do Programa?
9. Você já sugeriu a coordenação alguma proposta para melhoria do Programa na esfera local? Sim/Não, por quê?
10. A sua proposta foi colocada em prática pela coordenação do PROJOVEM? Obteve resultados através dela?
11. Que sugestões você poderia apontar para fortalecer a atuação do PROJOVEM em Maceió?
12. Qual a importância da sua disciplina para a Educação fundamental, Formação Cidadã e Profissional dos jovens do PROJOVEM?
13. Em sua opinião a que se deve o grande número de evasões no Programa?

Obrigada pela colaboração

**APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA
(MEMBRO DA COORDENAÇÃO)**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

Pesquisa: Avaliação da Política Pública PROJOVEM Urbano no Município de Maceió
Alagoas – ingresso, permanência e conclusão no curso.

Grupo: Membros da coordenação do PROJOVEM Urbano.

Nome: _____

Data: ____/____/____

Horário de início: _____

Horário de término: _____

Local: SEMED Maceió

1. Quais as suas atribuições no PROJOVEM Urbano? Já exerceu essas atividades anteriormente?
2. Há quanto tempo você faz parte do PROJOVEM Urbano? E o que o motiva a continuar?
3. Que habilidades/conhecimentos você acredita que são exigidos na atuação cotidiana das pessoas que fazem parte de uma Política Pública como o PROJOVEM?
4. Como você as Políticas Públicas vigentes direcionadas aos jovens?
5. Qual a contribuição do PROJOVEM para a sua vida pessoal/profissional?
6. Em sua opinião, quais os impactos do PROJOVEM para a vida dos estudantes do PROJOVEM? O que pôde presenciar durante a sua permanência no Programa?
7. Qual a importância dessa Política Pública para o município de Maceió?
8. Na sua concepção, o que dificulta a plena realização do Programa? Quais os principais desafios?
9. Que sugestões você poderia apontar para fortalecer a atuação do PROJOVEM?
10. Em sua opinião a que se deve o grande número de evasões no Programa?
11. Embora, haja um quantitativo expressivo de estudantes que evadem em todas as edições do Programa, você acredita que a permanência do PROJOVEM é importante? Por quê?
12. Qual a média do quantitativo de jovens que já concluíram o PROJOVEM nesses 10 anos de atuação do Programa? E quanto relatos de sucesso e/ou fracasso escolar, em relação à continuidade e descontinuidade dos estudos?

Obrigada pela colaboração

**APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(TCLE)**

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA PROJOVEM URBANO NO MUNICÍPIO DE MACEIO/ALAGOAS – INGRESSO, PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO NO CURSO. Sob a responsabilidade dos pesquisadores Inalda Maria dos Santos (orientadora), Martha Vanessa Lima do Nascimento (orientando) do Mestrado em Educação Brasileira do Centro de Educação da UFAL de AL. A seguir, as informações do projeto de pesquisa com relação a sua participação neste projeto:

1. O estudo se destina a avaliação qualitativa do PROJOVEM Urbano no município de Maceió em Alagoas. E, por meio de pesquisa bibliográfica e entrevistas semiestruturadas, a serem realizados com professores, estudantes e coordenação que fizeram parte de edições distintas do Programa, busca subsídios para o estudo.

2. A importância deste estudo é a de: esclarecer acerca da Avaliação da Política Pública PROJOVEM Urbano, quanto ao ingresso, permanência e conclusão dos estudantes no curso, os impactos do Programa na vida dos sujeitos participantes, de modo que, seja possível traçar uma avaliação qualitativa referente a atuação da Política Pública em seus dez anos de vigência no município de Maceió Alagoas.

3. Os resultados que se desejam alcançar são os seguintes: realizar levantamento quantitativo do número de matriculados e concluintes, chegando-se a um número de permanências e evasões no curso, realizar questionários com estudantes, professores e coordenação de diferentes edições do PROJOVEM Urbano em Maceió/AL. De modo que, possamos avaliar qualitativamente os dados obtidos acerca dos impactos do Programa na vida dos sujeitos participantes, chegando assim a um resultado acerca da avaliação do Programa em seus dez anos de atuação.

4. A coleta de dados começará em setembro/2017 e terminará em outubro/2017.

5. O estudo será feito da seguinte maneira: entrevistas semiestruturadas e pesquisa bibliográfica.

6. A sua participação será nas seguintes etapas: questionários e pesquisa bibliográfica.

7. Os incômodos e possíveis riscos à sua saúde física e/ou mental são mínimos, porém, poderá ocorrer: inibição/constrangimento diante de um observador, quebra de sigilo da pesquisa, não saber o que responder as perguntas, perda de tempo, e entre outros. Porém, para que tais riscos possam ser evitados, o pesquisador imparcial, explicitará cada item do T.C.L.E antes da entrevista, respeitará o tempo do entrevistado para a obtenção das respostas, bem como o seu posicionamento caso este não se sinta a vontade para responder qualquer pergunta, além disso, o pesquisador que se compromete em manter em sigilo todos os dados obtidos.

8. Os benefícios esperados com a sua participação no projeto de pesquisa, mesmo que não diretamente são: promover melhorias para a Política Pública

PROJOVEM Urbano e dar condições para os que os próximos estudos acerca do tema possam ser desenvolvidos e de modo mais aprofundado.

09. Você será informado (a) do resultado final do projeto e sempre que desejar, serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo.

10. A qualquer momento, você poderá recusar a continuar participando do estudo e, também, que poderá retirar seu consentimento, sem que isso lhe traga qualquer penalidade ou prejuízo.

11. As informações conseguidas através da sua participação não permitirão a identificação da sua pessoa, exceto para a equipe de pesquisa, e que a divulgação das mencionadas informações só será feita entre os profissionais estudiosos do assunto após a sua autorização.

12. O estudo não acarretará nenhuma despesa para você.

13. Você será indenizado (a) por qualquer dano que venha a sofrer com a participação na pesquisa.

14. Você receberá uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado por todos.

Eu.....
 .., tendo compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha participação implicam, concordo em dele participar e para isso eu DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADO OU OBRIGADO.

Endereço dos responsáveis pela pesquisa: Instituição: Universidade Federal de Alagoas Endereço: Avenida Lorival Mota, S/N – centro de Educação - Tabuleiro dos Martins-57082-970- Maceió – AL Telefones p/contato: (82) 99627-9669 Martha Vanessa Lima do Nascimento (82) 98845-8748 Profº Drº Inalda Maria dos Santos
--

ATENÇÃO: Para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo, dirija-se ao:

Comitê de Ética em Pesquisa da UFAL

Prédio da Reitoria, 1º Andar, Campus A. C. Simões, Cidade Universitária

Telefone: 3214-1041

Assinatura ou impressão datiloscópica d (o, a) voluntári (o, a) ou responsável legal e rubricar as demais folhas	Nome e Assinatura dos responsáveis pelo estudo (Rubricar as demais páginas)
--	---

Maceió, _____ de _____ de 2017

APÊNDICE E – ARCOS OCUPACIONAIS DO PROJÓVEM URBANO

Arcos Ocupacionais	Ocupações
Administração	Arquivador – Almoxarife – Contínuo (office-boy/girl) – Auxiliar administrativo
Agroextrativismo	Trabalhador em cultivo regional – Extrativista florestal de produtos regionais – Criador de pequenos animais – Artesão regional.
Alimentação	Chapista – Cozinheiros auxiliar – Repositor de mercadorias – Vendedor ambulante (alimentação).
Arte e cultura I	Assistente de produção cultural – Auxiliar de cenotecnia – Assistente de figurino – Dj/Mc.
Arte e cultura II	Revelador de filmes fotográficos – Fotógrafo social – Operador de câmera de vídeo – Cameraman – Finalizador de Vídeo
Construção e reparos (revestimento)	Ladrilheiro – Gesseiro – Pintor – Reparador (revestimento)
Construção e reparos II (Instalações)	Eletricista de instalações (edifício) – Trabalhador da manutenção de edificações – Instalador/reparados de linhas e aparelhos de telecomunicação – Instalador de sistemas eletrônicos de segurança.
Educação	Auxiliar de administração escolar – Contador de histórias – Inspetor de alunos - Recreador
Esporte e Lazer	Recreador – Agente comunitário de esporte e lazer – Monitor de esporte e lazer – Animador de eventos
Gestão pública e terceiro setor	Agente comunitário – Agente de projetos sociais – Controlador de dados e pesquisas e informações locais – Auxiliar administrativo
Gráfica	Guilhotineiro (indústria gráfica) – Impressor serigráfico – Operador de acabamento (indústria gráfica) – Encadernador.
Joalheria	Ourives na fabricação e reparação de joias – Fundidor – Auxiliar na confecção de bijuterias – Vendedor de comércio (joias, bijuterias e adereços)
Madeira e móveis	Marceneiro – reformador de móveis – Auxiliar de desenhista de móveis – Vendedor de móveis
Metalmeccânica	Serralheiro – Funileiro industrial – Auxiliar de promoção de vendas – Assistente de vendas (automóveis e autopeças)
Pesca e Piscicultura	Trabalhador na pesca artesanal – Trabalhador na piscicultura – Trabalhador em unidades de beneficiamento e processamento de pescados – Vendedor de pescados
Saúde	Auxiliar de administração em hospitais e clínica – Recepcionista de consultório médico e dentário – Atendimento de laboratório de análises clínicas – Atendente de farmácia (balconista)
Serviços domésticos I	Faxineira – Porteiro – Cozinheira no serviço doméstico - Caseiro
Serviços domésticos II	Cuidador de idosos – Passador de roupas – Cuidador de criança (babá) - Lavadeiro
Serviços Pessoais/Beleza	Manicura e pedicura – Depilador – Cabeleireiro - Maquiador
Telemática	Operador de Microcomputador – Helpdesk – Telemarketing (vendas) – Assistente de vendas (informática e celulares)
Transporte	Cobrador de transportes coletivos – Despachante de tráfego – Assistente de administração – Ajudante geral em transportes
Turismo e Hospitalidade	Organizador de eventos – Cumim (auxiliar de garçom) – Recepcionista de hotéis – Monitor de turismo local

**ANEXO F – LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO REFERENTE AOS
ESTUDOS E PESQUISAS QUE JÁ FORAM REALIZADAS NO BRASIL
ACERCA DO PROJovem URBANO**

Título	Autores	Ano	Disponível em
Perspectivas e desafios na gestão do Projovem urbano em Santa Catarina	VIGANO, Samira de Moraes Maia; LAFFIN, Maria Hermínia Lage.	2017	Capes
Diálogos possíveis através do Projovem	Maria Da Luz Cavasotto Botao	2015	Capes
Educadores do Projovem Urbano: Quem São Esses Novos Atores da EJA?	PINHEIRO, Diógenes; ESTEVE, Gil; Luiz Carlos; FARAH, Miguel Neto	2014	Capes
Avaliação de efeitos político/institucionais do Projovem em João Pessoa	SOARES, Swamy de Paula Lima.	2013	Anped
Educadores e a implementação de diretrizes contra desigualdades: o caso do Projovem Urbano	FERREIRA, Maria Inês Caetano.	2013	Capes
O arco ocupacional saúde nas políticas de educação profissional	Deluiz, Neise and Veloso, Bianca Ribeiro	2013	SciELO
O Sujeito-aluno do Projovem do município de Maceió	HOLANDA, Mariana Vasconcelos de	2013	UFAL
Políticas públicas, juventude e desigualdades sociais: uma discussão sobre o Projovem Urbano em Belo Horizonte.	LEÃO, Geraldo; NONATO, Symaira Poliana.	2012	Capes
O Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Projovem: uma análise entre a proposta oficial e a experiência vivida em Goiânia	Friedrich, Márcia, Benite, Claudio R. Machado and Benite, Anna M. Canavarro	2012	SciELO
Análise da evasão no Projovem Urbano: uma abordagem através do modelo de regressão logística multinível.	SOARES, Tufi Machado; FERRÃO, Maria Eugênia; MARQUES, Cláudio de Albuquerque.	2011	Capes
O Projovem urbano na trajetória das políticas para juventude - desafios do programa e perspectivas de análise	BLANCO, Diego Monte.	2010	Capes
A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controverso	Frigotto, Gaudêncio, Ciavatta, Maria and Ramos, Marise	2005	SciELO